



Ambiente

Gestão e Desenvolvimento



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Regys Odlare Lima de Freitas, *Reitor*.
Cláudio Travassos Delicato, *Vice-Reitor*.
Karine de Alcântara Figueiredo, *Pró-Reitora de Ensino e Graduação*.
Vinícius Denardin Cardoso, *Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*.
André Faria Russo, *Pró-Reitor de Extensão e Cultura*.
Alvim Bandeira, *Pró-Reitor Planejamento e Administração*.
Ana Lúcia Mendes, *Pró-Reitora de Orçamento e Finanças*.
Glória Maria Souto Maior Costa Lima, *Pró-Reitora de Gestão de Pessoas*.

EQUIPE EDITORIAL

Isabella Coutinho Costa.
Carlos Eduardo Bezerra Rocha.
Cláudio Souza da Silva Júnior.

REVISTA

Isabella Coutinho Costa, *Editora Chefe*
Carlos Eduardo Bezerra Rocha, *Editor de Seção*
Cláudio Souza da Silva Júnior, *Editor de Seção*

MISSÃO

Ampliar a visibilidade de pesquisas acadêmicas nas áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Artes, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Agrárias, Ciências Socialmente Aplicadas, fomentando um espaço reflexivo e democrático, e permitindo a difusão do saber de forma facilitada e sem custos ao leitor/pesquisador.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cláudio Souza Jr., claudio@uerr.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Márcia Teixeira Falcão - Universidade Estadual de Roraima.
Mário Maciel de Lima Júnior - Universidade Estadual de Roraima.
Rafael Parente Ferreira Dias - Universidade Estadual de Roraima.
Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima.

FOTO DE CAPA

"Rio Amajari"
Fotógrafo: Tiago Orihuela
<https://www.flickr.com/photos/roraima/3530302257/in/album-72157605274958159/>

UERR - Universidade Estadual de Roraima

Rua 7 de setembro 231, Bairro: Canarinho.
CEP. 69306-530 - Tel. (95) 2121-0949.
e-mail: reitoria@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br

Ambiente: Gestão e Desenvolvimento - ISSN 1981-4127

Tel. (95) 2121-0944
periodicos.uerr.edu.br/ambiente
e-mail: contato@periodicos.uerr.edu.br

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPEI

Tel. (95) 2121-0944
e-mail: propei@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br/propei

DIREITOS AUTORAIS

Todo o conteúdo desta revista está protegido pela Lei de Direitos Autorais (9.610/98). A reprodução parcial ou completa de artigos, fotografias ou artes no geral contidas nas publicações deve ser creditada ao autor em questão. A revista Ambiente é distribuída sob a licença Creative Commons – Atribuição – uso comercial – compartilhamento pela mesma licença (BY). Há permissão de uso e a criação de obras derivadas do material, contanto que haja atribuição de créditos (BY). As publicações são distribuídas gratuitamente no site oficial: periodicos.uerr.edu.br/ambiente.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Os conceitos e opiniões emitidas nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância do Conselho Editorial da revista. A responsabilidade pela correta citação das fontes que fundamentam as pesquisas também é totalmente dos respectivos autores.

CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares – Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Alfredo Gatto – Faculté de Philosophie, Institut Catholique de Toulouse (ICT), França
André Augusto da Fonseca – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
André Camargo de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Carlos Alberto Borges – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
César Augusto Battisti - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Claudinei Aparecido de Freitas da Silva - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Cláudio Sipert – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Edgard Vinícius Cacho Zanette – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Edmilson Evangelista da Silva – Embrapa/RR – Brasil
Elemar Kléber Favreto – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Francisco Rafael Leidens – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Josimara Cristina de Carvalho Oliveira – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Luiz Paulo Rouanet – UFSJ, Brasil
Márcia Teixeira Falcão – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Rafael Parente Ferreira Dias – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Raimunda Gomes da Silva – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Régys Odlare Lima de Freitas – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Ricardo Luiz Ramos – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Rosalvo Schütz – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Sandra Kariny Saldanha de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Serguei Camargo - Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Tiago Monteiro Condé – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Tatiane Marie Martins Gomes de Castro – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Wender Antônio da Silva – Universidade Estadual de Roraima, Brasil
Wilson Antonio Frezzatti Jr. - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil



Linguagens e Artes

ANANAZ, KANGUIMBU, SEIOS E VENTRE: POEMAS, TCHINGAPY EDITORA, LUANDA, 2020.....6

ANANAZ, KANGUIMBU, SEIOS E VENTRE: POEMAS, TCHINGAPY EDITORA, LUANDA, 2020

Huarley Mateus do Vale Monteiro

Ciências Humanas

O PAPEL DO MIGRANTE COMO SUJEITO DA GENEALOGIA E DINÂMICA URBANA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RORAIMA: DO INÍCIO DÉCADA DE 1970 A DÉCADA DE 2020.....10

THE ROLE OF MIGRANTS AS SUBJECTS OF THE GENEALOGY AND URBAN DYNAMICS OF THE CITY OF RORAINÓPOLIS - RORAIMA: FROM THE EARLY 1970S TO THE 2020'S.

Roniel Vitor de Oliveira

A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E MUNDO NAS DUAS FASES DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN.....27

LA RELACIÓN ENTRE EL LENGUAJE Y EL MUNDO EN LAS DOS ETAPAS DEL PENSAMIENTO DE WITTGENSTEIN.

Janaine Voltolini de Oliveira

IMPACTOS NA PAISAGEM DA MICROBACIA DO IGARAPÉ CARRAPATO DECORRENTES DA OCUPAÇÃO, ZONA RURAL DE BOA VISTA – RORAIMA.....38

IMPACTS ON THE LANDSCAPE OF THE IGARAPÉ CARRAPATO WATERSHED RESULTING FROM THE OCCUPATION, RURAL AREA OF BOA VISTA - RORAIMA

Márcia Teixeira Falcão, Sandra Kariny Saldanha de Oliveira

CONEXÃO E CONECTIVIDADE DOS ACADÊMICOS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM RORAIMA: DESAFIOS E NECESSIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AULAS REMOTAS.....46

CONNECTION AND CONNECTIVITY OF PUBLIC HIGHER EDUCATION ACADEMICS IN RORAIMA: CHALLENGES AND NEEDS FOR IMPLEMENTING REMOTE CLASSES.

Wender Antônio da Silva, Sérgio Mateus, Fernando Albuquerque Costa, Janaine Voltolini de Oliveira, Melanie Kaline Truquete

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM TEMPOS DE COVID-19: O CONTEXTO DO ESTADO DA BAHIA.....57

FIELD EDUCATION AND DISTANCE EDUCATION IN COVID-19 TIMES: THE CONTEXT OF THE STATE OF BAHIA.

Antônio Domingos Moreira, Jamile de Souza Soares



Ciências Biológicas e da Saúde

EFEITOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE INDICADORES DE SAÚDE DE JOVENS E ADULTOS AVALIADOS EM QUATRO MOMENTOS ANUAIS.....71

EFFECTS OF PHYSICAL EDUCATION ON YOUTH AND ADULT'S HEALTH INDICATORS EVALUATED IN FOUR ANNUAL MOMENTS

Vanilson Lemes, Arieli Fernandes Dias, Caroline Brand, Camila Felin Fochesatto, Adroaldo Cezar Araujo Gaya, Anelise Reis Gaya.

Ciências Socialmente Aplicadas

A EXPOSIÇÃO DA IMPRENSA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS PUBLICADOS NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA E OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM).....80

THE PRESS EXHIBITION ON VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RORAIMA: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE DATA PUBLISHED IN THE JOURNAL FOLHA DE BOA VISTA AND THE ATTENDANCE CARRIED OUT BY THE SPECIALIZED DELEGACY OF WOMEN'S SERVICE (DEAM).

Adria Leidens, Giseli Deprá

O CAPACITASUAS EM RORAIMA: AÇÃO ESTRATÉGICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....91

CAPACITASUAS IN RORAIMA: STRATEGIC ACTION FOR PERMANENT EDUCATION TO STRENGTHEN THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY.

Janaine Voltolini de Oliveira

A EQUIDADE NO SUBSISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO CONCEITO DE AMARTYA SEN AO MODELO DE SAÚDE INDÍGENA BRASILEIRO.....107

EQUITY IN THE INDIGENOUS HEALTH CARE SUBSYSTEM: AN ANALYSIS OF THE APPLICABILITY OF THE AMARTYA SEN CONCEPT TO THE BRAZILIAN INDIGENOUS HEALTH MODEL.

João Luiz Pereira de Araújo



Ambiente

Gestão & Desenvolvimento

ISSN 1981-4127

Linguagens e Artes



ANANAZ, KANGUIMBU, SEIOS E VENTRE: POEMAS, TCHINGAPY EDITORA, LUANDA, 2020

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/920>

*ANANAZ, KANGUIMBU, SEIOS E VENTRE:
POEMAS, TCHINGAPY EDITORA, LUANDA,
2020*

Huarley Mateus do Vale Monteiro - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<https://orcid.org/0000-0002-1181-5227>)

Ao longo de minha trajetória acadêmica tenho me dedicado ao campo literário como espaço de reflexão. É fato que minha leitura tem se construído em textos provocativos e transgressores às formas de poder e controle. Vejo que essa escolha é fortalecida a cada vez que me deparo com escritos como os de Kanguimbu Ananaz.

Confesso que minha imersão a literatura produzida por mulheres no continente africano se deu através da escrita romanesca de Dina Salustio. Mas, em fins de 2020 a Dra. Diane Santos (Universidade de Playa Ancha-Chile) me apresentou a obra *Seios e Ventres* (2020), um conjunto de poemas provocativos, tanto na forma como nos sentidos e efeitos produzidos pela potência das palavras.

A angolana Kanguimbu Ananaz, nome artístico de Maria Manuela Cristina Ananaz, em *Seios e Ventres* (2020), reafirma a escrita feminina no continente africano. Psicóloga e Mestre em Letras pela Universidade Agostinho Neto (Angola) é o campo literário que melhor traduz sua atuação: contista, ensaísta, romancista, ativista social e acima de tudo Mulher.

Seios e Ventre traz em sua composição cinquenta e um (51) poemas, cujo desenho do corpo feminino aponta para a vida cotidiana, em grupos de imagens, aromas, sabores e vozes que ressoam subjetivações. Construídos em versos livres, em que a temática centra-se na potência da poesia de cunho pós-colonialista, é marcado pela voz identitária presente nos poemas. Deles emergem vozes de sujeitos em processos de transformação o

que fortalece uma estética que se movimenta na subjetividade.

É válido lembrar que a capa do livro já traz fortes marcas de uma escrita corporal que replica outros corpos e vozes femininas. Contornos fortes inscrevem a historiografia de descobertas, superações da mulher sem perder o tom sensual e sedutor, rompendo recalques historicamente marcados. Isto pode ser confirmado por meio das inúmeras vezes em que aparece a palavra ‘seio’ em sentido de ‘seios ardentes’, ‘seios enrijecidos’, ‘meus seios abrasadores’, ‘seios tesos’ como que em gozo constante. Como exemplo, o poema *Desvendam segredos*:

Meus seios
abrasadores
desvendam segredos
atraem borboletas fecundam néctar
estação do amor
(*Seios e Ventre*, 2020, p. 32)

O título da obra, não é diferente das transgressões que os poemas trazem, e reafirma o argumento que venho construindo neste texto; expele a vida e sua forma mais íntima em um jogo de ideias em que o Seio se recobre de erotismos e sensações em relações ao Ventre que, robusto, dilata formas geográficas dando outro significado ao corpo. É a escrita historiográfica, o corpo como escrita da história, em constante movimento, atuante e provocador às formas de controle. Dessa maneira, o corpo reverberado na capa do livro, *Seios e Ventre*, não é o corpo de uma única mulher,

pois ressoa as muitas que encontram nele sua verbalização.

Publicado na Angola em 2020, pela Editora Tchingapy, tem a apresentação feita pela Dra. Daiana Nascimento dos Santos (Centro de Estudos Avançados da Universidade de Playa Ancha/Chile). O prefácio é assinado por Dra. Jurema de Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil). O prólogo é feito pelo poeta e ensaísta Ernesto Daniel (Círculo de Estudos Literários e Linguísticos Litteragris – CE3L/Luanda-África)

O conjunto de imagens que vertem das leituras feitas sobre os poemas de Kanguinbu Ananaz apresentam-se em formas corporais, aromas e sabores que nos levam a imergir em uma estética que desenha relações identitárias e culturais contemporâneas. A saber, que essas são chaves de leituras que podem nos levar à camadas mais profundas do texto. Vejamos em Discurso profético, de Ananaz:

No avesso minha alma
trilha o discurso periférico
entre legendas algemadas
falácias são pinturas rupestre
Mwangueji
rasga ecos
mutamba da Sanga
(Seios e Ventre, 2020, p. 51)

A palavra é manuseada de forma a extrair efeitos e significados que tornam o texto, sem dúvida alguma, uma das marcas desta obra. Da articulação linguística emergem construções poéticas que traduzem encontros culturais, as mesclas e interações, uma junção de palavra de línguas diferentes que dialogam em prenúncio a um novo processo linguístico. É a movimentação da língua ancestral em movência com aquilo que não pode ser extinto por completo frente às violações causadas pelos processos colonialistas. Rastros dessa historiografia são fortemente marcadas na ressignificação semântica de línguas em contextos de diversidade. A saber, em Lábios meus seios:

Sexo adormece
lábios meus seios Kitaba aroma
entre apertos
saboreia gonguenha
(Seios e Ventre, 2020 p. 26)

Os versos são curtos e apresentam uma ruptura na composição, como uma fratura atuando em sentido simbólico, o que nos leva a uma carga de significados outros ao verso. A técnica usada mostra um rompimento na linearidade de sentido, monta um mosaico de imagens, sons e sabores que se articulam ao conjunto dos outros versos. É como se fosse necessário romper o sentido das coisas e adentrar em outras possibilidades semânticas que a palavra proporciona e conseqüentemente do verso/poema. É uma forma despojada de transgredir o sentido único de poema, provocar a língua do colonizador e apresentar a emergência de outra relação identitária. Isto pode ser verificado no poema Tatuei minha íris:

Tatuei minha íris
abraçei belezas exóticas no punguandongo
sol aqueceu
bandu de Muatus imaculadas no ritmo
hipérboles fervilham
geografia malangina
(Seios e Ventre, 2020 p. 59)

O desenho poético que Kanguinbu Ananaz nos apresenta, afirma um projeto artístico literário maduro e consistente. Faz uso de uma simbologia de dores e delícias do corpo, acercado de tensões cuja existência se dá frente aos desafios que lhes são caros e que traduzem a vida em sua forma mais significativa, como no poema Seios empanturrados:

Ai dói!
seios empanturrados
ventres empanturrados
Alimentai-vos de mim!
sou vida
dou vida
alimentai-vos
boca do mundo

(Seios e Ventre, 2020, p19)

A forma sensual como os textos de Kanguimbu Ananaz nos enlaçam, fazem com que o texto poético vá, aos poucos, nos conduzindo a um sentimento voraz feminino, e nos lança ao desafio de conhecermos o nosso próprio corpo, seus sentidos e significados, dores e delícias. Contudo, para além dos referenciais de sensualidade, aromas e sabores, há um clamor maior, uma voz que se dilui por entre os versos, vertendo e questionando as formas de poder inscritas sobre estética corporal, raça e gênero.

Pensando por este ângulo chego a outra chave de leitura que, ao meu ver, se esconde por entre os desenhos de sensualidade, dos aromas e sabores. Acredito que são os levantes que emergem da forma de uso do texto poético como ato, contrário ao recalque que é instituído socialmente sobre o corpo, os desejos mais íntimos, os sonhos e devires da mulher. Nesse sentido os poemas expõem a fratura social escondida por entre os versos. A voz que silenciada encontra nas movimentações e descobertas corporais, sabores e sentidos outros de sua reexistência. Em Protestos das Panelas isso fica evidente, vejamos:

Mboas
raiva no olhar escaldantes
frustradas da zungaria
cansadas
chibatadas
protestos das panelas
lá no trinta
roque dança
suor apertado
(Seios e Versos, 2020, p. 65)

Ao que se pode verificar, não são as “panelas” que se rebelam frente às chibatadas e ao legado imposto pelos processos autoritários que impõem à mulher a forma mais cruel de lidar com as tensas e cansativas relações cotidianas. O desenho erotizado do corpo feminino é porta de entrada para vozes mais significativas presentes na

poesia de Kanguimbu Ananaz. Nela permanece viva a sensualidade, o aroma e sabores do que é experienciado, mas se potencializam os elementos subjetivos da forma poética de protestar com a palavra ao usar o corpo como escritura historiográfica. Vejo que a poesia que se afirma em Seios e Ventre não está alheia às lutas travadas pelas mulheres ao longo da História, é a forma criativa de potencializar a poesia como ato contestador de nossa relação com o corpo e aquilo que nos cerca. Entendo a poética de Ananaz como o sentimento de reencontrar-se consigo mesma e aquilo que dá sentido a sua reexistência.

O poema Andaime teu corpo apresenta não apenas a sensualidade do corpo, mas as formas de amar e se entregar como ato:

Odores sexuais
andaime
teu corpo
sobe desce
sobrevoando espaço
veloz água
sabores sexuais
teus seios
sobe andaime
és meu amor!
(Seios e Versos, 2020, p. 70)

Encerro esta leitura sobre os textos de Kanguimbu Ananaz dizendo que, em tempos tão difíceis como os que vivenciamos neste momento, ler Seios e Ventre é um ato necessário, pois amar, em suas múltiplas formas, também é uma atitude de resistir aos dissabores, desamores e desgovernos que a vida nos impõe.



Ambiente

Gestão & Desenvolvimento

ISSN 1981-4127

Ciências Humanas





O PAPEL DO MIGRANTE COMO SUJEITO DA GENEALOGIA E DINÂMICA URBANA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RORAIMA: DO INÍCIO DÉCADA DE 1970 A DÉCADA DE 2020.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/361>

THE ROLE OF MIGRANTS AS SUBJECTS OF THE GENEALOGY AND URBAN DYNAMICS OF THE CITY OF RORAINÓPOLIS - RORAIMA: FROM THE EARLY 1970S TO THE 2020'S.

Roniél Vitor de Oliveira - Secretaria Estadual de Educação de Roraima – SEED/RR <https://orcid.org/0000-0001-7573-1084>

RESUMO: O presente artigo analisa o papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis na Amazônia setentrional, que emergiu no final da década de 1970, em consequência das políticas de ocupação que tiveram a migração como elemento central. Assim, surge um pequeno aglomerado as margens da rodovia BR-174. Igualmente em 1979 marca instalação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ, assinalando a consolidação do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. A partir desse momento o pequeno aglomerado passa a ser conhecido como Vila do INCRA, recebendo grande incremento demográfico em virtude dos fluxos migratórios que se destinavam para esta porção Sul do Estado de Roraima, durante o final da década de 1970. Nesta trajetória, outro elemento que marca a história desse lugar se deu em 1995, quando a conhecida Vila do INCRA ganha status de cidade com o nome de Rorainópolis com a emancipação política do município. Neste contexto, sua expansão urbana vem acontecendo, marcado pela carência de infraestrutura básica consolidando a perda de qualidade de vida de seus residentes. Para atingir os objetivos da pesquisa, nosso aporte metodológico esteve agrupado de um levantamento bibliográfico sobre o tema abordado, além de uma minuciosa análise de dados do IBGE, INCRA, entre outros. Além de entrevistar moradores que contribuíram de forma efetiva para construção desse lugar.

Palavras-chave: Rorainópolis, Migrantes, Rodovia BR-174 e PAD-ANAUÁ.

ABSTRACT: This paper analyzes the role of migrants as subjects of the genealogy and urban dynamics of the municipality of Rorainópolis in northern Amazonia, which emerged in the late 1970s, as a result of occupation policies that had migration as a central element. Thus, a small agglomeration emerges on the margins of the BR-174 highway. Also in 1979 marks the installation of the Project of Directed Settlement PAD-ANAUÁ, marking the consolidation of the embryonic urban nucleus of Rorainópolis. From this moment on, the small agglomeration becomes known as Vila do INCRA (INCRA Village), receiving a large demographic increase due to the migratory flows that were destined for this southern portion of the State of Roraima, during the late 1970s. In this trajectory, another element that marks the history of this place happened in 1995, when the well-known INCRA Village gains city status with the name of Rorainópolis with the political emancipation of the municipality. In this context, its urban expansion has been happening, marked by the lack of basic infrastructure consolidating the loss of quality of life of its residents. To achieve the research's objectives, our methodological contribution was grouped from a bibliographical survey on the theme addressed, besides a thorough analysis of data from IBGE, INCRA, among others. In addition to interviewing residents who contributed effectively to the construction of this place.

Keywords: Rorainópolis, Migrants, BR-174 Highway and PAD-ANAUÁ.

INTRODUÇÃO

Desde a formação das primeiras cidades na Amazônia até o momento do despertar da cidade de Rorainópolis, no final da década de 1970, a região passa por importantes transformações no tempo e no espaço, as quais estão diretamente ligadas aos determinantes políticos e econômicos, como por exemplo, a extração da borracha, as drogas do sertão, a mineração, políticas de ocupação e assentamento do governo federal, entre outras. Assim, muitos núcleos urbanos floresceram antes da década de 1960. Em Roraima surgiram as cidades de Boa Vista e Caracaraí nesse longo período.

Contudo, foi somente a partir da década de 1960 que a urbanização da região passa a se relacionar intensamente com a intervenção estatal: é o momento que marca o controle da terra, bem como da política migratória induzida e financiada pelo Estado e o incentivo aos grandes empreendimentos (PEREIRA, 2004). A transformação do espaço na região está diretamente ligada à estratégia de defesa e ocupação do território, tendo à frente o discurso desenvolvimentista do Estado que fortaleceu políticas exógenas capazes de difundir o crescimento acelerado das cidades a partir da implantação de redes infraestruturais e informacionais.

A presente pesquisa parte do pressuposto de que as políticas de ocupação humana e territorial da Amazônia promoveram grande fluxo migratório para a região e favoreceram o surgimento de cidades e o revigoramento de outras, principalmente a partir da década de 1960. Em Roraima antes da referida década existiam apenas duas cidades, e hoje conta com quinze, sendo que treze delas surgiram a partir da década de 1970.

A opção por estudar a cidade de Rorainópolis deve-se ao fato de que estamos falando de uma das principais cidades de Roraima, localizada às margens da rodovia BR – 174 e que ocupa uma posição de referência espacial importante, tendo em vista que é a primeira cidade

do estado de Roraima no sentido Manaus – AM a Boa Vista – RR. Destaca-se ainda por ser sede administrativa municipal do segundo município mais populoso do estado, depois de Boa Vista, sendo também referência para os municípios do entorno e espaços rurais enquanto prestação de bens e serviços, atraindo e provocando deslocamentos humanos em sua direção e dessa forma influenciando na formação urbana do município.

A respeito da importância das questões levantadas, para responder as indagações, torna-se essencial conhecer os procedimentos desta pesquisa, assim sendo, foi realizado um levantamento bibliográfico no qual se realizou leituras sobre os temas que norteiam a pesquisa. Entrevistamos oito migrantes com o objetivo de entender o seu papel como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis, além de conhecer os principais fatores responsáveis pela migração.

O marco temporal da pesquisa sobre evolução urbana da população de Rorainópolis se dá do início da década de 1970 do século passado a década de 2020, assim em 2013 procuramos alguns moradores dentre eles os primeiros que chegaram a este lugar para obtemos informações mais concisas para chegarmos a nossa finalidade.

A opção por entrevistar oito moradores se deu de forma direcionada, considerando sua temporalidade de chegada, com intuito de conhecer a realidade dessa porção sul do estado de Roraima, suas dificuldades e desafios, além de suas contribuições para a gênese e formação desse espaço urbano, delineado a partir da visão e perspectiva desses moradores e suas trajetórias migratórias. Assim sendo, as entrevistas foram gravadas e transcritas, mantendo-se o conteúdo original conforme falas e respostas dos entrevistados

Como não submetemos as entrevistas a um comitê de ética, fez-se por bem identificar os migrantes entrevistados utilizando códigos mediante letras e números em algarismos romanos e as letras a e o entre parênteses para identificar o

gênero dos entrevistados, como, por exemplo, M(o) I 1976 – Migrante masculino e o primeiro entre os entrevistados, que chegou ao núcleo urbano de Rorainópolis em 1976. Esse procedimento de identificação fez-se necessário para preservar a identidade dos entrevistados.

Com o objetivo de coletar informações consultamos, principalmente em órgão público, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional de Roraima (INCRA), investigou-se e coletou-se significativas informações sobre a implantação dos Projetos de Assentamento PAD-ANAUÁ, decretos de criação e resoluções e primeiros assentados. No que diz respeito aos órgãos públicos municipais da cidade de Rorainópolis coletamos informações na Secretária de Saúde, obtemos dados do total de famílias cadastrada na área urbana de Rorainópolis; Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Interior e Trânsito, onde obtivemos o croqui da cidade.

RORAINÓPOLIS: A EMERGÊNCIA DE UMA CIDADE NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

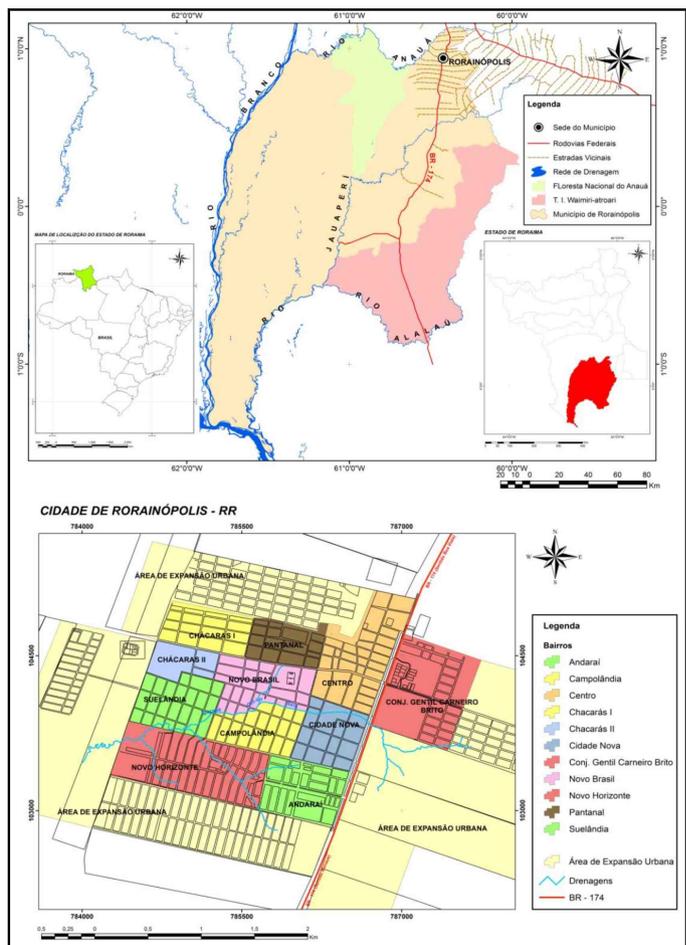
A cidade de Rorainópolis localiza-se as margens da rodovia BR-174 (figura 1), criado em 1995, pela Lei Estadual Nº 100 de 17 de outubro, com terras desmembradas dos municípios de São Luiz e São João da Baliza, possui uma população de 24.279 habitantes, sua extensão territorial é de 33.593,988 km² que corresponde a 14,98% do território de Roraima e com densidade demográfica de 0,72 hab/ km² (IBGE, 2010). A população estimada para 2020 foi 30.782 pessoas (IBGE,2020).

O seu surgimento está diretamente relacionado às ações geopolíticas e geoestratégias do governo central na política de interiorização do Brasil, que, por sua vez, teve início com o governo Getúlio Vargas (1930 -1946 e 1951 - 1954), que tinha por objetivo ocupar as áreas despovoadas visando o interesse econômico aliado ao apoio do capital e no discurso geopolítico de defesa do território.

Nesta conjuntura, a partir da década de 1960, as ações geopolíticas de ocupação da Amazônia foram retomadas pelos governos militares, neste período, conforme (SANTOS, 2006) os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, graças à extrema intencionalidade de sua produção e localização, assim o mesmo daria mais fluidez a este espaço permitindo que os fatores de produção, trabalho, mercadorias e o capital passe a apresentar uma grande mobilidade.

Com a construção dessas rodovias, iniciou-se um novo fluxo migratório para a região amazônica, oriundos de todas as regiões do Brasil, com destaque para a macrorregião Nordeste; inclusive Roraima recebeu parte desse fluxo, que Souza (2001) afirma que se deu de forma dirigida como espontânea, constituindo um novo padrão de povoamento na Amazônia, que antes se localizava

Figura 1 - Croqui de localização do município e da área urbana de Rorainópolis



Fonte: SEMSIT (2014). Elaborado Franzmiller Almeida Nascimento e organizado por Roniel Vitor de Oliveira

ao longo dos rios e passou a localizar ao longo das novas estradas.

RODOVIA BR-174: EMBRIÃO DE UMA CIDADE

Podemos ressaltar que no intento de 1847 se deu a primeira tentativa de abertura de uma rodovia ligando Manaus, capital do Estado do Amazonas, até a cidade de Caracarái no Estado de Roraima, tendo como meta a ligação entre a bacia amazônica com a do Prata, ligando esta região ao Centro-Oeste, pois essa rodovia partia da cidade de Cáceres em Mato Grosso, situada a margem esquerda do Alto Rio Paraguai (ESCOBAR, 1998; SOUZA, 1977).

Apesar das primeiras tentativas de abertura da rodovia no século XIX, somente nos anos de 1970 do século passado, mediante a um conjunto de políticas propostas através dos discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional, bem articulados, buscando a inserção da Amazônia no contexto econômico globalizado, é que ele ocorrerá, de fato. Nesse contexto, mediante convênio entre o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e o ministério do Exército que teve início a construção da rodovia BR-174, com a finalidade de proporcionar uma ligação terrestre entre Manaus e o Marco BV-8 na fronteira do Brasil com a Venezuela.

O objetivo da construção da rodovia BR-174 era consolidar a ligação rodoviária de Roraima e o restante do Brasil, visto que esta ligação era extremamente precária, uma vez que a trafegabilidade na região Sul do Estado era comprometida. O acesso fluvial ao estado só era possível apenas até a cidade de Caracarái e de forma intermitente, sendo interrompido durante os períodos de baixas vazões do rio Branco (DINIZ, 1996; SOUZA, 1977).

De acordo com Souza (1977), a construção da rodovia BR-174 com extensão de 970

quilômetros tinha por objetivo integrar o Brasil e Roraima ao sistema Panamericano, uma vez que do Amapá parte a rodovia BR-210 (Perimetral Norte) que atinge Roraima até Mitu, cidade colombiana que faz fronteira com o Brasil (ainda não concluída).

A execução da obra da rodovia BR-174 ficou a cargo do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), sediado em Boa Vista e Manaus, que trabalhou em duas frentes, uma com sede em Manaus e outra em Caracarái. A obra foi dividida em dois sub-trechos e iniciada no primeiro com 359 km através da Primeira Companhia do 6º BEC, entre Manaus (Marco Zero) e o rio Branquinho (destacamento Sul); o segundo, a extensão de 629 km pela segunda Companhia, entre o Rio Branquinho e o marco da fronteira BV-8, (destacamento Norte), e, ainda, restauração da estrada: Boa Vista-Caracarái (SOUZA, 1977). Destacamos, por sua vez, que no trecho Manaus – Caracarái esses dois eram os únicos núcleos populacionais consolidados no período.

Neste sentido, o tempo de construção da rodovia BR-174, foi sete anos e o efetivo populacional trabalhando nesta rodovia foi de 565 militares e 704 civis, no emprego da edificação da rodovia, dentro das distintas funções destes trabalhadores estava as construções das chamadas obras de arte que eram os bueiros e as pontes de madeira (SOUZA, 1977).

Durante o período de construção da referida BR no eixo de Manaus até Caracarái foram edificados alguns acampamentos (Tabela 1) para repouso dos trabalhadores que estavam incumbidos a construir a rodovia em tela:

Tabela 1 - Acampamentos no período de construção da rodovia BR-174.

Localidade	Estado do Amazonas		Divisa AM/RR	Estado de Roraima				
	Santa Cruz	Abonari		Município de Rorainópolis		Município de Caracarái		
			Alalaú	Jun diá	Arara Verm elha	Martin s Pereira	Paranapa nema	Carac arái
Km	122	207,5	255	328	386	470	511	624

Fonte: Souza (1977), organizado por Roniel Vitor de Oliveira

Como podemos observar na tabela 1, foram construídos oito acampamentos, sendo dois no Estado do Amazonas, um na divisa entre o Estado do Amazonas e Roraima e cinco no Estado de Roraima, sendo três no município de Rorainópolis e dois no município de Caracaráí, isso no trecho de Manaus a Caracaráí.

Os acampamentos que estavam dentro do perímetro da área que corresponde ao município de Rorainópolis era o de Alalaú, na divisa do Estado de Roraima com o Amazonas, o de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira. Ressalta-se que, o acampamento de Parapanema mesmo não fazendo parte da área que corresponde ao município de Rorainópolis, o mesmo ficava localizado a 11 quilômetros, da vila de Novo Paraíso (conhecida também como km 500) no sentido de Boa Vista, pertencente ao município de Caracaráí, uma vez que esse acampamento tinha grande importância por estar localizado no entroncamento das rodovias BRs 174 e 210 (Perimetral Norte).

Nesta perspectiva, os acampamentos de Jundiá, Arara Vermelha e Martins Pereira, funcionaram como possíveis focos populacionais para o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, haja vista que o mesmo já demandava certa estrutura que facilitaria a aglomeração de pessoas neste local.

Neste sentido, o acampamento de Parapanema, devido sua localização estratégica, era o local ideal para surgimento de um núcleo urbano de um possível município por se encontrar no entroncamento de duas BRs, ofuscando de certo modo o nascimento do núcleo urbano de Rorainópolis; contudo este lugar não prosperou a ponto de se tornar uma cidade, servindo apenas de instalações para a vila de Novo Paraíso.

Em 06 de abril de 1977 foi inaugurada a rodovia BR-174, e dessa forma concluída a ligação terrestre entre Manaus e o marco BV-8 na fronteira do Brasil com a Venezuela. Após a inauguração da referida rodovia, foi erguido um monumento (no ponto de passagem da linha do Equador) com o seguinte registro: “Em homenagem àqueles que

deram suas vidas pacificando os índios Waimiri-Atroari. Não morreram em vão. Abril de 1977” (SOUZA, 1977).

Durante a inauguração foi proferido um discurso ressaltando que “quatro militares e 28 civis desapareceram em holocausto ao seu surgimento” (SOUZA, 1977, p. 267). De acordo com os relatos em nenhum momento foi ressaltado que no mesmo período desapareceram mais de 2.000 indígenas lutando bravamente para proteger seu território dos invasores.

Contudo, todos os percalços relatados, durante o período da construção da rodovia BR-174, estabeleceram em Rorainópolis os seus primeiros moradores, e no ano de 1976 chegou a essas terras o seu primeiro morador e fundador, onde é a atual cidade de Rorainópolis, o senhor Francisco Carvalho Duarte, que reside até hoje. Assim, apontamos a construção da referida rodovia como embrião da cidade de Rorainópolis na Amazônia setentrional.

Portanto, a produção do espaço urbano de Rorainópolis aliou-se a um padrão de ocupação em que a rodovia ganha grande relevância para a circulação de pessoas, mercadorias e informações, marcado pelo contexto em que a floresta também se torna residência dessas pessoas.

PROJETO DE ASSENTAMENTO PAD-ANAÚ: A CONSOLIDAÇÃO DA VILA DO INCRA

Em nome da segurança nacional e desenvolvimento do país o governo brasileiro estabelece o Decreto-lei Nº 1.164 de 01/04/1971 (BRASIL, 2013) e declara indispensáveis a segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal já construídas, em construção ou projetadas.

Assim, as rodovias que estavam em construção no Estado de Roraima nesse período, a saber: rodovia BR-174, rodovia BR- 210

(Perimetral Norte) e rodovia BR- 401. As faixas de cem quilômetros dessas rodovias seriam destinadas aos projetos de assentamentos promovidos pelo INCRA. Concomitante a construção da rodovia BR-174, estava à rodovia BR-319, conhecida com Porto Velho-Manaus.

Como muitos posseiros de Rondônia estavam sendo expropriados de suas terras pelas capitalizadas empresas agropecuárias e por grileiros, o governo brasileiro já se antecipava e considerava que após a conclusão da rodovia Porto Velho – Manaus sucederia um grande fluxo migratório de Rondônia para outras áreas da Amazônia setentrional.

Sabendo da existência de terras devolutas no Sul do Território Federal de Roraima, no ponto do entroncamento da Perimetral Norte (BR-210) com a BR – 174, o governo central por intermédio do INCRA, através da resolução Nº 141 de 07 de outubro de 1975, autoriza a criação e a implantação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre com sede em Caracarái.

Devido às dificuldades de efetivação do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre, o INCRA por meio da resolução Nº 95 de 11 de junho de 1979, cria o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá PAD/ ANAUÁ (Figura 2) em substituição ao projeto anterior, para novas localizações e para atender as necessidades do grande fluxo migratório em direção ao Território Federal de Roraima em especial a região ao sul do Estado, uma vez que a rodovia BR-174 já estava concluída, e com alguns trechos da BR-210 concluídos, possibilitando o deslocamento populacional que estava ocorrendo neste período. Com as mudanças ocorridas o PAD/ ANAUÁ passa a ter os seguintes limites: ao norte, pela rodovia Perimetral Norte (210); ao Sul, pelo Igarapé do Jaburú e pelo Juaperi; ao Oeste, pelos rios Anauá e Barauna; a Leste, pelo rio Jauaperi. Com os referidos limites o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD/ANAUÁ abrangia uma área de 221.832,2046 hectares, com capacidade para instalação de 3.460 famílias, e destes 1.690 títulos foram expedidos (INCRA, 2014).

Consolidado parcialmente por meio da resolução INCRA/SR (25)/RR/Nº 01, de 31 de outubro de 2002, o PAD/ANAUÁ sofre novas alterações, visto que os objetivos esperados pelo INCRA não foram alcançados, uma vez que, não houve mudanças significativas no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas em função da consolidação do referido projeto. O INCRA argumentava que, devido às situações diversas e por sua complexidade, o inviabilizariam qualquer tentativa em consolidar de fato o referido projeto e promover a integração das famílias ao desenvolvimento local e regional.

Figura 2: Foto da sede do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD-ANAUÁ.



Fonte: Autores, 2013.

Portanto, foi a partir da instalação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ que se vislumbrou a consolidação da Vila do INCRA, núcleo embrionário urbano da atual cidade de Rorainópolis.

PRIMEIROS MIGRANTES - O DESPERTAR DE UMA CIDADE

Na construção da rodovia BR-174, os trabalhadores se estabeleceram nessas terras no sul do Estado de Roraima, destacando-se como os primeiros migrantes, os quais foram responsáveis diretamente pela genealogia do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, durante o processo de ocupação humana e territorial.

Assim, buscamos investigar como se deu o surgimento da cidade de Rorainópolis, para tanto, tornou-se necessário entrevistar seus primeiros moradores. Foi a partir da análise de seus depoimentos que verificamos como os primeiros migrantes vieram para esse lugar que remonta ao período da construção da BR-174, e ainda neste contexto, procuramos saber como tiveram conhecimento desse lugar em Roraima, especificamente Rorainópolis na Amazônia setentrional e como foi o processo de deslocamento até aqui, bem como as dificuldades que encontram.

Olha eu tava procurando um lugar pra mim morar, queria saí do Maranhão, eu não tava gostando da região que eu tava, sai do maranhão e vim conhecer a Amazônia que eu ainda não conhecia eu vim pra Amapá, Santarém, vim pra Manaus, Porto Velho, Cuiabá, Campo Grande voltei fui pra Rio Branco do Acre, Cruzeiro do Sul aí voltei novamente pra Manaus aí eu vim pra Roraima eu cheguei em Roraima em 1975, vim pra Mucajaí, as terras do Mucajaí não mi agradou aí um compadre meu era empeleiteiro desses bueiros e nos se topemo lá, meu primo e meu compadre aí ele mi falou dessas terra aqui que ele tava trabalhando, que era empeleiteiros dos bueiros, que era uma região boa, aí falou se eu queria olhar aí eu disse quero, aí vim mais ele no carro dele, porque ninguém podia passar que o BEC não deixava aí eu vim e mi agradei aí resolvi vim logo com a família, não deixava ninguém passar mais por intermédio dele no carro dele eu passei com a família, chegei nesse local em 1976 (M (o) I, 1976).

Eu tava em Imperatriz eu tava assim na calçada aí eu assuntei um cabra falar de Roraima aí eu cheguei pa perto dele aí digo rapaz a donde fica isso aí, ele disse, mi contou e por donde a gente vai, vai aqui, por Belém aí eu digo e tu mora lá, disse moro eu digo mi diz uma coisa se a gente arrumar assim uma viagem pra ir contigo com você ele disse é o maior prazer rapaz a Roraima está desabitada e tá querendo de gente, para habitar a Roraima aí eu digo que dia tu vai, daqui uns vinte dias eu to viajando aí eu falei com a mulher aí digo olha tem um pé de mercadoria aí, aí tu fica com teu povo e do meu que eu vou procurar um lugar se eu mi der bem, aí ela [...] queria vim comigo essa coisa toda eu disse oia você vai mais eu, mais donde nós chegar nós não temos o que eu tenho aqui e saí com criança aí vai dar trabalho aí não que num queria, mais a gente vei. Tomei a iniciativa de vim, a primeira cidade que fiquei foi Mucajaí, vim de barco pelo Rio Branco, eu encontrei com o [...] que tava trabalhando na estrada, rapaz tem como teu patrão me coloca lá, ele disse tem [...] aí falou pode levar se é maranhense pode levar, aí eu vim como trabalhador da estrada. Quando cheguei aqui e olhei pras terras aqui, aqui é o meu lugar que eu vou ficar, porque ta entre duas capitais e

essa estrada nunca haverá de morrer então Chico Reis, como já tava mais velho trabalhando na estrada junto com o primo dele, eu falei compadre eu vou tirar um lote pra mim (M (o) II, 1976).

Eu morava em Imperatriz, nós tava lá um veim chegou lá conversou mais nós lá e nos queria possuir terras [...] ele disse que aqui já tava bom pra tirar terra, [...] nos vimo mais ele, ele já morava aqui ele que incentivou nós, aí nós saímos de la pela Transamazônica, Santarém nos pegamos um barco pra Manaus, de Manaus nós passamos 4 dias no Abonari, porque essa estrada em 1977 não tava liberada ainda, na época que nós viemo aí o tenente do BEC, passou 4 caminhão carregado de telha indo pra Boa Vista de uma empresa, conversemos com ele, aí ele ajeitou com ele lá aí nós viemo pro INCRA, naquele tempo o INCRA quais num funcionava a estrada ainda não tava liberada em 1977, nós acampemo aqui na BR tiremo lote trabaiamo cheguei aqui em 1977. Eu vim mais [...] um senhor já tava com uma morada dele aqui pra la do INCRA, ele vei mais nós desde Imperatriz ele foi daqui e de lá nós viemo pra cá porque ele era de lá (M (o) III, 1977).

Meu cunhado vei pra cá em 1974, meu cunhado foi que foi buscar nós, meu cunhado foi no final de julho, nós saimo em agosto de 1976, eu vim de Alto Alegre de Santa Luzia pegemo o ônibus em Açailândia pra Belém, em Belém passamo três dias aí despois que nós viemo, fiquemo outros dias em Santarém possamos dois dias Manaus só pegano os pior transporte, chegemos com 17 dia que tinha saído de lá, cheguei em 1976 em Caracarái aí em 1977 liberou a 174, ai como meu cunhado já estava aqui ele vei trabalhar na estrada, e marcou nossas terras aqui pra família toda, cheguei aqui em 1977 com a inauguração da BR. (M (a) IV, 1977).

Saí de Cascavel para Ji-Paraná Rondônia em 1980, aí lá em Rondônia a gente não se deu bem [...] ficamos apenas um ano e pra nós não voltar pra Cascavel sem nada só com um carro e com as crianças um que nasceu em Rondônia, porque eu vim grávida pra Rondônia e um menino de 5 pra 6 anos, aí a gente [...] soube que tava vindo gente de Rondônia aqui pra Roraima, que aqui era bom que a gente encarou uma estrada de chão vindo pra Porto Velho- Manaus, aquela estrada ali né horrorosa dormindo pelas beiras de estrada no carro na estrada na areia, viemos parar aqui, quando nós chegamos no Jundiá, aí acabou o dinheiro, ai nós pegamos umas terras lá aí ficamos um ano lá, as coisas não iam muito bem falta de emprego, aí eu peguei uma terra na vicinal 06 aí nos viemos embora, aí em seguida comecei trabalhar rapidinho, eu cheguei em Jundiá em 12-09-1981 dia 12-09-1982 eu vim pra cá tudo aniversario, e dia 01 de janeiro de 1983 eu comecei a trabalhar na secretaria de saúde como funcionaria federal (M (a) V, 1982).

Um cunhado meu, cunhado de segundo grau, terceiro porque a mulher dele é filha de uma irmã do meu pai em 1983 era executor dessa unidade,

eu nunca tinha visto ele, então foi fazer uma visita a esposa dele que tinha chegado de Brasília lá no Maranhão e aí a minha irmã perguntou se aqui não tinha uma vaga para uma pessoa desempregada, aí eu vim através dele, eu entreguei meus documentos pra ele em fevereiro e o contrato saiu em setembro, eu cheguei onze hora do dia e quatro da tarde eu assinei, eu vim mais ele, ele já era daqui, o executor da unidade na época [...] eu cheguei em 1983 (M (o) VI, 1983).

Eu fiquei sabendo por que no Maranhão se fala muito em Roraima aí eu fiquei com vontade de conhecer, vim do Zé Doca, de lá peguei [...] eu vim pro Marabá eu peguei a Transamazônica direto pra Santarém era época de verão passei dois dias até chegar em Santarém, vim de barco de Santarém até Manaus, de Manaus vim de carona de caminhão, não tinha mais dinheiro pra pagar, porque nesse tempo era fácil pegar carona [...] aí meu irmão morava no Equador aí eu fiquei lá morei nove anos [...] cheguei em 1978, aí nós passamos esse tempo lá uns 8, 9 anos aí nós viemos pra cá, mudamos pra cá, lá era muito atrasado aí pra cá mesmo vim em 1989 (M (o) VIII, 1989).

Levaram umas passagens pra buscar umas pessoas de lá do Maranhão, através do deputado, do governador, aí eles juntaram as parentes deles, a mãe deles, as tias deles o sobrinho deles aí sobrou 15 passagens pra vim cá, aí ele pegou agente lá no Tuntum e trouxe agente, eu morava em Tuntum Maranhão, nós viemos 49 pessoas, incluindo 15 crianças [...] da minha família veio 8 pessoas minha mãe, minha irmã, meus filhos e sobrinhos [...] agente pegou o pau de arara, que é um caminhão, ele jogou todo mundo dentro, viemos de Tuntum pela Barra do Corda aí viemos pra Belém aí peguemos um barco até Santarém, de Santarém nós peguemos outro barco até Manaus, nós peguemos outro caminhão aí joguemos as coisas encima, um caminhão do governo [...] aí eu cheguei aqui em 03 de setembro de 1995 (M (a) VIII, 1995).

Nos depoimentos, observamos que a maioria é de origem nordestina. Ressalta ainda que a maioria realizou a migração por etapas, visto que dos oito entrevistados, três são do Estado do Maranhão, dois do Estado do Piauí, um de Pernambuco e um do Estado cearense e apenas um do Estado paranaense, região sul. O que chama atenção é o fato de terem migrado para Rorainópolis vindos do Estado do Maranhão, já num segundo ou mais processo de migração.

A despeito do processo migratório, observamos entre os entrevistados a presença da migração por etapas, que ficou nítida durante o processo migratório realizado pela Migrante (M (a)

V, 1982), pois o último deslocamento da migrante em questão foi realizado no corredor migratório que o Estado previa com a construção da BR-319 (Porto Velho – Manaus) e a construção da rodovia BR-174, as duas rodovias ligava via terrestre o Estado de Rondônia a Roraima com intersecção com o Estado do Amazonas. A realização da migração para a região sudeste de Roraima se daria pela existência de terras devolutas no sul do Estado de Roraima.

A forma como os migrantes ficaram sabendo de Rorainópolis e/ou dos que aqui chegaram de forma espontânea para produzir este espaço urbano, foram marcados por grandes desafios desde o início do processo migratório até a sua chegada a região sudeste de Roraima. Os deslocamentos realizados pelos primeiros moradores de Rorainópolis partiram geralmente de Estado da região Nordeste do Brasil, sendo que a maioria era proveniente do Estado do Maranhão. Assim a formação deste espaço urbano na Amazônia setentrional se deu, sobretudo em virtude dessa mobilidade populacional.

Os dois primeiros migrantes entrevistados (foram também os primeiros moradores de Rorainópolis) saíram do Estado maranhense e vieram para Roraima, destacamos que o (M(o) I, 1976), sua primeira ocupação foi a colônia agrícola de Fernando Costa (atual Mucajaí), depois em consequências da construção da rodovia BR-174, migrou para o núcleo embrionário urbano em 1976, já o segundo (M(o) II, 1976), veio atuar como trabalhador da referida rodovia, chegando nessa porção sul do Estado também no ano de 1976, este período marca a chegada de outros migrantes como trabalhadores da rodovia e futuros moradores permanentes que contribuíram para ocupação humana e territorial do município de Rorainópolis.

Neste sentido, a construção da rodovia BR-174, marca o primeiro evento de ocupação e formação de núcleos embrionários urbanos ao longo da rodovia, inclusive o de Rorainópolis, sendo evidente pela presença e concentração de seus primeiros moradores. Segundo evento se deu no ano de 1977, pois marca o término da construção

da já mencionada rodovia e conseqüentemente a sua abertura para o tráfego de veículos e de pessoas, e, possibilitou a chegada de muitos migrantes e para favorecer aos recém-chegados foi instalada a sede do INCRA, na denominada Vila do INCRA, atual cidade de Rorainópolis, com isso possibilitou a fixação de maior contingente de migrantes com a facilidade de acesso a terra. Como exemplo desse acontecimento, evidenciamos nos depoimentos dos entrevistados.

Os migrantes começaram a dar corpo e formar esse núcleo embrionário urbano e uma das primeiras iniciativas no período da construção da rodovia, foi à ocupação espontânea das terras as margens da rodovia, à escolha dos lotes eram sugeridos pelos moradores, sendo 500 metros a área de cada terreno, como observamos no relato do (M(o) III, 1977), “antes do INCRA nós media 500 metros”, e o (M(o) II 1976) acrescenta “nós ficava 500 metros uns dos outros”. No ano de 1977 o INCRA instala a sua sede neste local, de acordo com o (M(o) I 1976), primeiro morador deste lugar:

O INCRA fui eu que trouxe ele pra cá, encontrei com o professor Moisés, que foi o primeiro executor lá no 500, ele tava procurando um lugar pra implantar a sede do INCRA, aí nós viemos com ele e que tinha esse lugar muito bom alto uma picarreira boa aí pediu pra vim mais nós pra olhar se agradou aí conseguiu a sede do INCRA pra cá [...] a sede do INCRA foi construída em 1977.

Desta forma, destaca a experiência do morador que para sobreviver na floresta se tornava necessário buscar melhorias, haja vista a precariedade de elementos necessários à sobrevivência como gêneros alimentícios, assistência à saúde, transportes, entre outros. Para tanto seria essencial atrair órgãos públicos para desenvolver este núcleo embrionário urbano, uma vez que traria nova estrutura para absorver novos migrantes além de reduzir as dificuldades. A instalação da sede do INCRA nesse lugar proporcionaria a regularização da área. Neste sentido evidencia que a experiência do morador em buscar melhorias se deu pelo fato ter vivido em vários lugares do Brasil (como relato anterior).

A partir da implantação da sede do INCRA, começa a regularizar as terras dos moradores que já estavam assentadas espontaneamente neste espaço, e assentando os migrantes que estavam chegando. Partindo desse pressuposto, afirmamos que após a criação do Projeto de Assentamento Anauá (PAD-ANAUÁ) em 1979, em substituição ao projeto de assentamento anterior Coronel Raimundo Vinagre, que se consolida a Vila do INCRA como aglomerado populacional, que posteriormente se tornou o núcleo urbano do então Município de Rorainópolis.

Fixada a sede do INCRA em 1977, contudo foi a partir de 1979, que o projeto de assentamento ganha maior dinamicidade, período em que já existiam algumas famílias vivendo às margens da recém-construída rodovia BR-174. Os moradores residentes já se articulavam para a formação de uma vila como observamos na entrevista de uma migrante que fez parte da formação desse espaço urbano, que relata “nós fazemos reunião com o executor do INCRA todo mundo nas suas barraquinhas na BR, lá em casa, a chefe de fazer as caminhada que buscava pra gente ta aqui era eu, porque meu marido era na roça” (M(a) IV, 1977).

Assim, o processo de formação da Vila do INCRA ganha ânimo, como relata outro morador (M(o) III 1977), “nós juntamos 70 home e derrubamos até o Chiquim da borracharia nós tiremo esse trecho ali pra fazer as casas aí, aí começou a vila, aí depois o finado Ottomar fez aquela COBAL (Companhia Brasileira de Alimento)” neste sentido a ação de construção da vila continua, como observamos no depoimento da migrante (M(a) IV 1977), que acrescenta o “pessoal começou ajuntar, pra formar a vila foi dois dias de roço nessa área aqui todinha, 92 home trabalhando aqui 92 home com as foice na mão”. De acordo com outro morador a formação do futuro espaço urbano do município de Rorainópolis passou por mais uma etapa:

Agente se acoletou no lote e quando o INCRA chegou e nos assentou nós ficava 500 metros uns dos outros, cuma o Ottomar era um homem muito estudado, quando da visita dele, ele vei, e disse vocês tem que criar uma vila, que eu não posso pra cada um botar um colégio, ai diz vocês

caça ai um lugar, ai o administrador da BR, era o Gentil que era o empeleitante, foi botado ele como administrador da BR, ai ele foi com o professor Moisés, que foi o executor primeiro daqui, e ele doou essa parte de frente, pra fazer a vila, ai nós reunimo um mutirão broquemo, derrubemo, aí nessa época era município de Caracarái, ai quem era o prefeito na época era o Diomédio, ai o Diomédio ofertou cinco ou seis corrente de motosserra e um quarto de boi e mandou e assim nós fizemo a primeira etapa, ai quando queimou o Ottomar chegou e reuniu o povo e perguntou que era o mais véi na idade, era eu e o chico Reis, ai o Chico Reis era o mais velho na idade, ai ele botou o Chico Reis como administrador e eu como vice. Ai fumo cortar os terrenos pra doar pro povo e foi assim que começou a vila (M(o) II 1976).

Analisando as entrevistas notamos que a mobilização para a formação de uma da vila neste local, primeiramente partiu dos moradores que estavam disperso as margens da rodovia, que se reuniram e foram diretamente a sede do INCRA, para que o órgão cedesse uma área para a construção da vila, que obtiveram êxito e começa a construção do núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, e neste contexto começam a surgir as figuras políticas como do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. A participação desses políticos estivera diretamente relacionada às políticas de ocupação humana e territorial de Roraima.

A Vila do INCRA que teve como embrião a rodovia BR-174, pois através desta possibilitou a chegada de seu primeiro morador em 1976, e teve sua consolidação a partir da instalação da sede do INCRA neste local em 1977, assim sendo as primeiras tentativas de mobilização para a construção de uma vila surge no despertar de 1979, pelos moradores locais, pela atuação política federal, pela presença do INCRA e pela constituição de administrador local da vila.

Podemos apontar como o período áureo para a formação e produção do atual espaço urbano de Rorainópolis a década de 1980, isto porque existiam dificuldades em reunir os moradores em virtude de os mesmos estarem dispersos espacialmente as margens da BR, e dedicados ao serviço na roça, e as tentativas de reunir os mesmos se dava por suas esposas como o caso da moradora (M(a) IV 1977), que foi perspicaz nas suas tentativas para reunir os moradores para

constituição da vila e lutar pela prestação de serviços como saúde, educação, entre outros.

Portanto, todos os elementos para o desenvolvimento dessa povoação estavam alicerçados, os anos anteriores serviram de maturação para o êxito deste fato geográfico, desse modo em 1981 ocorreu o mutirão para formação da vila. Nesta lógica em 1982, a vila estava consolidada e em franco processo de expansão.

No que se refere ao processo de produção deste espaço urbano, verificamos que desde a chegada de seu primeiro morador em 1976 até 1983, como por exemplo da chegada do morador (M(o) VI 1983), o aglomerado populacional já se mostrava em expansão, quando afirma “quando cheguei aqui tinha 18 casas neste lugar”. Destacando também que existiam moradores ao longo da BR que posteriormente vieram a incorporar esse núcleo populacional, além de outros migrantes que aqui adentraram diante do processo migratório em evidência.

Buscando compreender a contribuição do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana de Rorainópolis, observamos que a partir de 1982, há intensificação no processo de migração proporcionado principalmente pelas redes de interações sociais. De acordo com Martins (1996, p, 17) essas redes se dão principalmente pela “circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante”. Desse modo, as redes de interações sociais produzem uma corrente migratória, como relata Martins (1996, p.17) “a teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas”.

Este processo fica visível nos depoimentos dos entrevistados, quando indagados se convidaram parentes ou conhecidos para vir morar neste lugar em Roraima.

Convidei sim, porque eu sou assim aquelas pessoas bem de vida que existia lá em nosso meio, nem toquei no assunto porque eles já tinha o meio de vida lá, mas aquele que tava com

condição de saber fazer, convidei pra vim pra cá meu irmão foi um ele mora aqui [...] aqui é um lugar ideal pra si viver (M(o) II 1976).

Segue os depoimentos “olha parente eu convidei só um cunhado, mas outras pessoas eu mesmo trouxe um bocado do Maranhão o governador doou um bocado de passagem as outras eu paguei, certos que eu trouxe muita gente pra cá” (M(o) I 1976). Já o (M(o) VI, 1983) constata a contribuição da rede de interação social para o incremento populacional deste núcleo populacional quando afirma “eu com dois anos que morava aqui eu convidei meu pai, veio toda minha família, veio 53 pessoas em uma carrada e depois veio mais 44 pessoas, depois veio 46. Neste sentido observamos a migração como um fenômeno impulsionado por redes de solidariedade entre indivíduos da mesma família e comunidade, ou seja, as redes de interação social ficaram evidente no processo de deslocamento conduzidos pelos entrevistados, que se deu por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade. Conforme Martins (1996, p. 41) os deslocamentos de fragmentos de grupos familiares, de amigos e vizinhos, não só facilita a difusão de informações, mas também anima o indivíduo a se deslocar, pois já há uma espécie de base de apoio”.

Fato que se deu década de 1980 e está diretamente ligado à produção do espaço urbano de Rorainópolis, se deu na Constituição de 1988, data que Roraima ganha status de Estado. Nesta lógica a passagem de Território Federal de Roraima para Estado de Roraima trouxe perspectivas que obedeciam a novas exigências, uma vez que, existia necessidade de se formar uma nova composição administrativa política e socioeconômica. A estrutura do Estado se fazia necessária e imediata para fazer com que o mesmo estivesse pronto para atender as populações que se instalaram e estavam por se instalar, haja vista o grande fluxo populacional no período. Época que marca a implantação de muitos recursos, principalmente federais para atender as novas estruturas do Estado (RODRIGUES; SOUZA, 2008).

Outro evento importante que ocorreu no início da década de 1980 foi à escolha do nome

Rorainópolis. A denominação foi dada por seu primeiro morador, também considerado um dos seus fundadores, e também o primeiro administrador da vila, Francisco Carvalho Duarte, mais conhecido como Chico Reis, segundo ele a escolha do nome da cidade era uma homenagem ao Estado de Roraima.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: STATUS DE CIDADE

Os acontecimentos ocorridos no final da década de 1970 e na década de 1980, fez com que um fluxo migratório expressivo se efetivasse nesse lugar tendo como consequência direta a produção do espaço urbano do município. Assim, dada essa dinâmica, o Censo do IBGE de 1991, contabilizou que nas primeiras décadas de existência, a Vila do Inca já contava com 5.496 habitantes, sendo que 1.457 habitantes residiam no núcleo embrionário urbano de Rorainópolis. Os dados do censo são relativos à contagem dos habitantes que residiam na área correspondente ao município de Rorainópolis e sua sede, uma vez que, no período mencionado, o atual município não detinha tal status, acontecimento que viria a se efetivar em 1995.

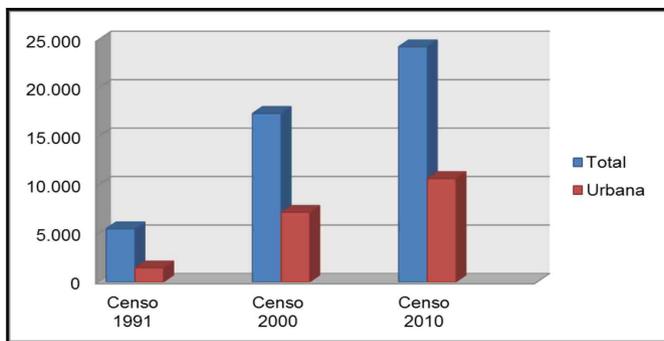
Evidencia-se o crescimento demográfico como indicativo de um processo migratório contínuo. Além dos fatores já abordados (de atração migratória) no início da década de 1990, ocorreu o garimpo como um elemento indireto na ocupação de Rorainópolis, devido à presença de muitos migrantes que aí se estabeleceram posteriormente de sua migração diretamente ao garimpo. Destaca também a intervenção de grupos políticos com intuito de criar seus currais eleitorais.

Os migrantes que chegaram da região de garimpo que contribuíram para a formação do espaço urbano de Rorainópolis se deram principalmente após o ano de 1991. Período em que os garimpos em áreas indígenas foram fechados por intervenção federal e grande parte dessa população, completamente descapitalizada e sem condições de voltar à terra natal, permaneceu em Roraima (VALE, 2007). Contudo, muitos dos garimpeiros destinaram-se ao sul do Estado, principalmente ao

município de Rorainópolis para os projetos de assentamento do INCRA, já que além de serem assentados, recebiam também uma ajuda de custo para que permanecessem em suas glebas e/ou lotes.

Assim, como destacamos os fatores que proporcionaram a atração de migrantes para Rorainópolis como as construções de rodovias, projetos de assentamento e atividade garimpeira, essas somadas às redes de interação social, entre outros, fizeram com que o município e consequentemente sua área urbana tivesse um considerável crescimento demográfico nas últimas décadas, como mostra a (Figura 3):

Figura 3 - Evolução da população total e urbana de Rorainópolis no período de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010), organizado por Roniel Vitor de Oliveira

Observando os dados da figura 3, verificamos que a população total do município de Rorainópolis de acordo com os do censo do IBGE (1991) era de 5.496 habitantes, e, passou para 17.393 habitantes no ano de 2000; ressaltamos que a população do município no período correspondente teve uma taxa de crescimento anual da população de 13,66%. Já a população urbana do município no ano de 1991 era de apenas 1.457 habitantes e no censo do IBGE (2000) passou para 7.185 habitantes, tendo uma taxa de crescimento anual nesta década de 19,40%.

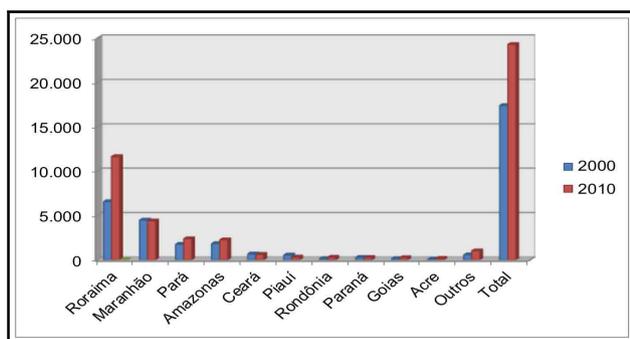
No ano de 2010, os dados do IBGE apontam que a população do município de Rorainópolis já contava com 24.279 habitantes, e desse modo, verificamos que no período entre o ano de 2000 a 2010, a população teve uma taxa de crescimento anual de 3,39%. Por sua vez, a população urbana do município em 2010 era de 10.673 habitantes,

e, no intervalo entre o censo anterior e o último a taxa de crescimento anual da população urbana de Rorainópolis foi de 4,04%.

O crescimento demográfico acelerado do município de Rorainópolis está diretamente atrelado aos fluxos migratórios que se destinaram a esta porção do território roraimense, e, estiveram inteiramente ligados aos fatores já abordados, além da crescente migração espontânea¹. Nesta conjuntura, observamos que os grandes adensamentos demográficos de Rorainópolis na primeira década de existência estão relacionados à efetivação do Projeto de Assentamento PAD-ANAUAÁ, assim como a criação de novos Projetos de Assentamentos nos anos de 1990, além da materialização da estrutura do município e da cidade de Rorainópolis para sua emancipação.

Os fatores citados geravam perante aos moradores, que migraram para este lugar na Amazônia setentrional em busca de oportunidades, além da expectativa de vislumbrar aqui o que não conseguiram em seus lugares de origem, como o acesso a terra, entre outros. Migrantes que passaram a desempenhar papel fundamental na produção do espaço urbano de Rorainópolis. Assim, buscou-se saber qual a origem desses migrantes (Figura 4), que aqui chegaram de diferentes lugares do Brasil, trazendo consigo o sonho e a esperança de dias melhores para si e suas famílias.

Figura 4 - População residente no município de Rorainópolis por lugar de nascimento em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2000 e 2010), organizado por Roniel Vitor de Oliveira

¹ “A migração espontânea é aqui usada para contrapor a imigração dirigida e não no sentido da espontaneidade do deslocamento, pois consideramos que a migração está baseada em causas estruturais, sendo por isso um processo social que depende mais do grupo do que do indivíduo” (SINGER, 1987, p. 51).

Os dados do gráfico nos permitem visualizar que no decênio 2000/2010, houve consideráveis mudanças na configuração da origem da população migrante no município de Rorainópolis. No ano de 2000, observa-se que a maioria população migrante no município de Rorainópolis era oriundo do Estado do Maranhão, este funcionando como um dos principais Estado de origens de migrantes para esse lugar na Amazônia setentrional. Deste modo em 2000 à população de origem do Estado do Maranhão correspondiam 26% da população total do município, já no ano de 2010 esse número passa para 18%, havendo com isso um decréscimo no número de migrantes maranhenses.

Já com relação a outros migrantes que compõem a população deste município, conforme a figura 4, notamos que houve diminuição nos números de migrantes oriundos dos Estados nordestinos no decênio 2000/2010. Por sua vez, teve aumento dos migrantes dos Estados da região Norte, prevalecendo desta forma a migração intra-regional e de curta distância se comparado a década anterior.

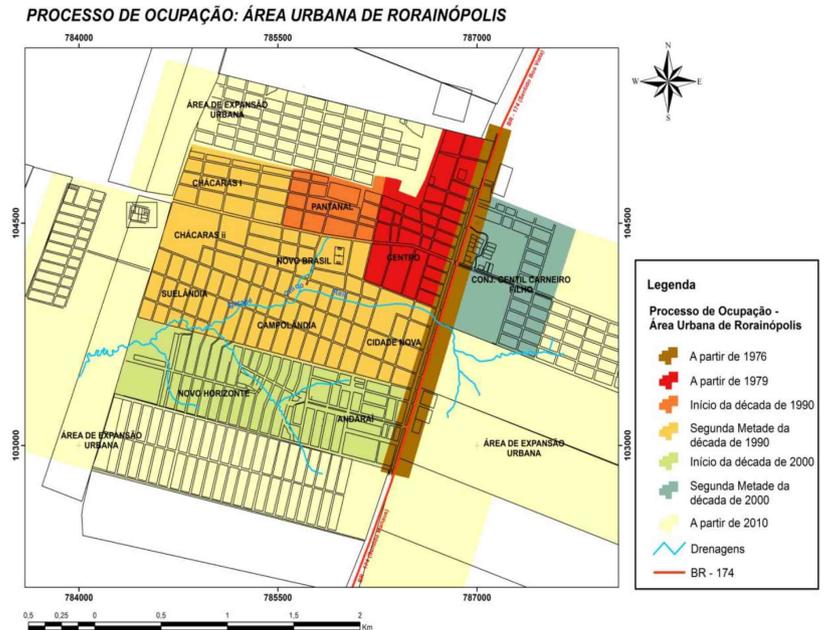
Cabe destacar o aumento da proporção da população de origem roraimense no município de Rorainópolis, que em 2000 representava 38%, e, que em 2010 passou para 49% da população total, por outro lado à população migrante que esteve diretamente ligado a produção do espaço de Rorainópolis ainda representa a maioria da população do município.

EXPANSÃO E ESPACIALIZAÇÃO URBANA DE RORAINÓPOLIS

No final da década de 1970 as margens da rodovia BR-174, durante o “[...] rasgo na floresta [...]” (ROCHA, 2013, p. 33), chegam a este lugar os seus primeiros migrantes e moradores encaminhando assim, o surgimento o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis (Figura 5). Já

no início da década de 1980, o até então o simples aglomerado populacional já mostra sinal de consolidação ao se especializar as primeiras ruas as margens esquerda da rodovia BR-174 no sentido Manaus - Boa Vista, e que hoje forma o bairro Centro e devido a sua pionicidade como bairro, ainda se encontram os principais equipamentos urbanos como comércios, praças, igrejas, residências e prédios públicos, entre outros.

Figura 5 - Croqui do processo de ocupação urbana de Rorainópolis



Fonte: SEMSIT (2014). Elaborado Franzmiller Almeida Nascimento e organizado por Roniel Vitor de Oliveira

Neste aspecto, no início dos anos de 1990, surge o segundo bairro chamado de Pantanal, o mesmo surge como resultado do crescimento demográfico, assim a Vila do INCRA amplia sua espacialização geográfica e humana mostrando o desenho de um fluxo migratório em direção a este lugar as margens da rodovia BR-174. Fluxo que aumentou em grandes proporções nas décadas posteriores. Em meados da década de 1990, o futuro núcleo urbano de Rorainópolis ganha novas dinâmicas, e, este fato se deu em 1995, com a emancipação política municipal e o então núcleo urbano, ganha o status de cidade sede municipal e passa a assumir novas formas, funções, estrutura e características com o emprego de infraestruturas, aberturas de ruas e avenidas, construções de prédios públicos municipais, a exemplos de escolas, posto

de saúde e praças, entre outros.

A partir da emancipação política de Rorainópolis começa a surgir novos bairros na cidade, a saber, Nova Cidade, Campolândia, Novo Brasil, Suelândia e Chácaras I e II, num total de seis bairros todos no sentido oeste, a margem esquerda da rodovia BR-174, no sentido Manaus - Boa Vista, demonstrando uma cidade em expansão tanto espacial, quanto demográfica, como podemos observar na figura 5 acima. Os surgimentos desses bairros estão diretamente ligados ao fluxo migratório para a cidade de Rorainópolis na década de 1990, período que houve o maior incremento demográfico desde o seu surgimento na final na década de 1970.

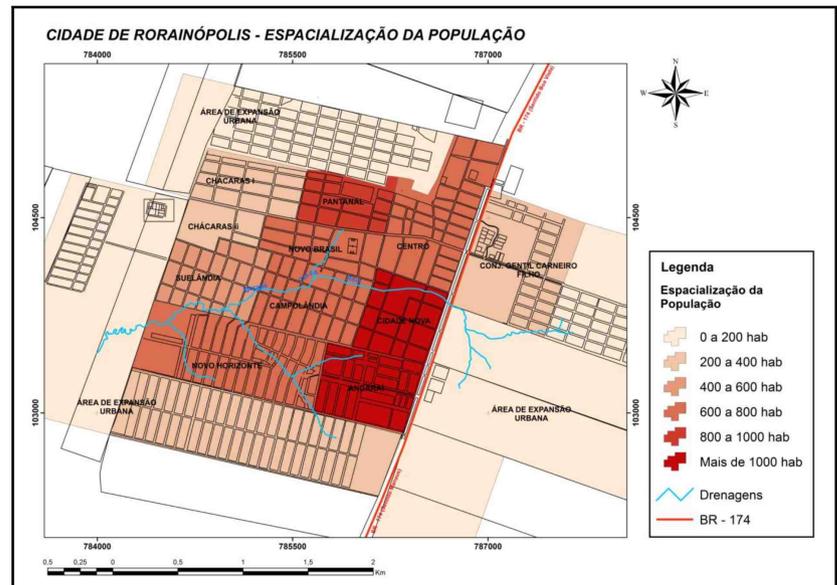
Neste sentido, o processo de produção do espaço urbano de Rorainópolis, com o crescimento demográfico e da expansão da cidade pressupõe o reconhecimento senão do conjunto, mas ao menos de parte de sua história, nesse processo, os subespaços rurais se decompõem em meio ao avanço da expansão urbana. Este acontecimento sempre se mostrou evidente, contudo o mesmo volta a florescer com a expansão que a cidade está passando a partir de 2010. A área de ocupação recente, observamos a presença da floresta, mostrando as contradições atinentes a produção do espaço urbano de Rorainópolis.

De acordo com os dados do censo do IBGE (2010) a população urbana de Rorainópolis, era composta por 10.673 habitantes. Já de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis (SEMSA, 2013), por meio do cadastro domiciliares realizado pelos agentes comunitário de saúde, o referido órgão possui um total de 7.937² pessoas cadastradas na área urbana, números inferiores aos dados do IBGE. Neste aspecto, de acordo com os dados da (SEMSA, 2013) a população cidade está

especializada da seguinte forma (Figura 6).

Neste contexto, a cidade de Rorainópolis ainda se encontra em pleno processo de expansão urbana, suscetível a receber novo direcionamento migratório. Atualmente a migração rural-urbana aparece com maior destaque. Consideramos que as dificuldades encontradas no meio rural no Brasil e também em Rorainópolis, uma vez que, esses agricultores não conseguem se inserir no modo de produção vigente e fica a margem do processo produtivo, submetidos a problemas sociais, os quais são impulsionados a buscar melhores oportunidades nas cidades, e, desta forma verifica-se um gradativo aumento na população urbana, pois o campo responde aos interesses do capital de forma mais rápida que na cidade, como o caso de Rorainópolis. De acordo com Santos (1997, p. 96), “a racionalidade perversa se instala com mais força no campo”.

Figura 6 - Croqui da espacialização da população urbana de Rorainópolis por numero de habitantes.



Fonte: SEMSA (2013). Elaborado Franzmiller Almeida Nascimento e organizado por Roniel Vitor de Oliveira

Percebemos que o aumento da população urbana de Rorainópolis, não se deu somente em virtude dos fluxos migratório, apesar de que estes foram responsáveis diretos para a formação deste espaço, porém outro processo que contribuiu para o aumento da população urbana diz respeito ao crescimento vegetativo, corroborando com os

2 Dados fornecidos pela SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis referentes aos dados cadastrais realizados pelos agentes comunitários de saúde na área urbana do município de Rorainópolis em 2013.

dados que a população nascida em Roraima nos últimos anos representa parcela significativa na população urbana de Rorainópolis.

Consideramos que, aos seus poucos anos de existência, desde seu núcleo embrionário urbano em 1976 até os dias de hoje, foram mais de três décadas do surgimento deste lugar, e neste aspecto, deste o ano de 1995 quando esse núcleo populacional ganha status de cidade já são 21 anos. Mesmo os poucos anos desde sua emancipação política do município de Rorainópolis, a sede municipal passou pelo vertiginoso crescimento demográfico. Contudo, na cidade a vida urbana possui muitas características com a vida rural, como afirma Santos (1996, p. 227) “nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes”.

Neste sentido, no município de Rorainópolis a maioria de sua população ainda reside na zona rural³ com 13.606 habitantes (IBGE, 2010), e desta forma na cidade existem características de uma constante relação entre o estilo de vida urbano e rural, uma vez que, muitas pessoas que vivem na cidade desenvolvem suas atividades no meio rural, o que Santos (1993) chama de população agrícola⁴, ou ainda algumas utilizam o meio rural apenas como moradia, deslocando-se para a cidade diariamente para trabalhar. Existem ainda, as pessoas que moram na cidade e que plantam pequenas lavouras no meio urbano, como o cultivo de hortaliças e frutas, demonstrando uma interação entre o urbano e o rural, que retratam a experiência vivenciada por estes indivíduos com o trabalho na roça.

Logo, Rorainópolis como uma cidade emergente tanto no aspecto demográfico, como econômico na Amazônia setentrional, a margem da principal rodovia do Estado formada por migrantes que, passou por rápidas transformações que possibilitou novas formas de vida. Neste aspecto, as mudanças ocorridas no tempo e no espaço se

apresentam pela carência de planejamento, o que faz com que a cidade apresente muitos problemas, causado principalmente pela expansão urbana sem que haja preocupação com o futuro. Contudo a respectiva expansão surge sem infraestrutura adequada à população cidadina (VERAS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do urbano em Roraima está ligado à formação das cidades, visto que em Roraima o urbano compreende a sede municipal. Ainda sobre as considerações da formação do urbano em Roraima e suas particularidades dentro do processo de urbanização este estudo “[...] não se trata de estabelecer a versão mais fiel, e sim de compreender que, mesmo na contradição, se revelam aspectos essenciais dessa gênese urbana, tais como os processos determinantes e o tempo” (SILVA, 2007, p. 137).

O exemplo do urbano em Rorainópolis, que teve sua genealogia a partir do evento rodoviário, dos projetos de assentamentos agrícolas e de forma indireta da atividade garimpeira, entre outros. Esses elementos foram basilares e proporcionaram a fixação e permanência dos primeiros migrantes em Rorainópolis, que a partir desse momento engajaram-se na constituição desse espaço urbano. Cabe destacar que, um determinante não pode ser visto como um evento isolado, ou seja, uma cidade não surgiu com um único determinante. Mesmo que um elemento surge como principal motor para formação de determinada cidade.

Dadas às particularidades da gênese das cidades em Roraima, consideradas última fronteira da Amazônia, Rorainópolis surge na década de 1990 como uma das quinze cidades de Roraima na Amazônia setentrional, que está localizada as margens da rodovia BR-174, e entre as capitais Boa Vista em Roraima e, Manaus no Estado do Amazonas.

3 População rural é aquela que habita imóveis localizados em áreas consideradas oficialmente não urbanas, ou seja, relaciona-se à situação do domicílio.

4 De acordo com Santos (1993), a população agrícola é definida de acordo com sua ocupação, ou seja no Brasil existem muito municípios com mais população agrícola que rural. Esse fenômeno se dá pelo grande número de pessoas habitantes das cidades que estão ocupadas em atividades agrícolas.

Neste aspecto os migrantes que constituíram Rorainópolis, eram oriundos das várias macrorregiões brasileira, com destaque a macrorregião Nordeste, e por sua vez, nessa região se destacou com principal locais de origens desses migrantes o Estado do Maranhão, Piauí e Ceará. Como ainda hoje representa o principal contingente de residentes não nascidos em Roraima, na cidade de Rorainópolis.

Neste sentido, a cidade de Rorainópolis é resultado de um fluxo migratório para a Amazônia, principalmente para Roraima, e especificamente nesta porção sul do Estado, onde surge no ano de 1976, o núcleo embrionário urbano de Rorainópolis, hoje atual cidade de Rorainópolis. Assim, entendemos o importante papel do migrante como o sujeito responsável diretamente por sua genealogia, e, também na dinâmica do espaço urbano municipal, e estadual roraimense, sendo os desbravadores e formadores de novos lugares a partir de processos migratórios, dirigidos ou espontâneos.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, Comitê da Verdade do. 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade. O genocídio do povo waimiri-atroari, Manaus, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2013. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/ataEscolaBrasil/home.seam>. Acesso em dezembro de 2013. Rever
- DINIZ, Alexandre Magno. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: , v.13, n.21, p.44 - 59, 2003.
- _____. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org.). Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista: CCSG/UFRR, 1997. p. 47-91.
- ESCOBAR, Maria da Conceição Sant’ana Barros. Populações tradicionais e as políticas públicas para

a Amazônia: os Waimiri-Atroari e a BR – 174. In.: ALVES, Cláudia L. E. (org). Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista/RR: UFRR, 1998. p. 209-230.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <www.censo2000.ibge.gov.br>. Acesso em: Fev. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: Fev. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/rorainopolis.html>>. Acesso em: Fev. 2020.

INCRA, Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado de Roraima – SR (25). Resposta à solicitação de dados para elaboração de dissertação. Boa Vista/RR, 2013.

LIMA, Dvanes Freitas. As Injunções políticas na implantação do Território Federal o Rio Branco. 2011. 53p. (Monografia de Especialização). UFRR, Boa Vista, 2011.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias, Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943 - 1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 215p.

MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.

_____. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social, revista de sociologia, USP, São Paulo, 8(1), 1996, 25 – 70 p.

_____. Expropriação e Violência. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

PEREIRA, José Carlos Matos. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. 139p.

- Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpando” a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. 1996, 134p. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Para, Belém. 1996.
- ROCHA, Valcleia Barros. O Significado do “Novo” Urbano na Última Fronteira Amazônica. 2013. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2013.
- RORAINÓPOLIS. Prefeitura de. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Interior e Trânsito – SEMSIT. Dados obtidos para elaboração de croqui em 2013.
- _____. Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA. Dados obtidos para elaboração de croqui e habitantes por bairros em 2013.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- _____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. 2004. 271. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: NAEA/UFPA, 2004.
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Dinâmica Territorial Urbana do Estado de Roraima – Brasil. 2007. 327p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, Hélio de. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244.
- _____. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. Migração e metropolização. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 1, n. 2, p. 28-31, 1987.
- SOUZA, Carla Monteiro de. Gaúchos em Roraima. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 106p.
- SOUZA, João Mendonça de. A Manaus-Boa Vista (roteiro histórico). Manaus/AM: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977. 370p.
- TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica
http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/rieb51_1349289647.pdf. Acesso em fevereiro de 2013.
- VALE, Ana Lia Faria. Imigração de Nordestinos para Roraima. In, Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2006.
- VERAS, Antônio Tolrino de Resende. A Produção do espaço urbano em Boa Vista – Roraima. São Paulo, 2009. 235p. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.



A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E MUNDO NAS DUAS FASES DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/854>

LA RELACIÓN ENTRE EL LENGUAJE Y EL MUNDO EN LAS DOS ETAPAS DEL PENSAMIENTO DE WITTGENSTEIN.

Elisângela Andrade do Nascimento - Universidade Federal de Roraima/UFRR <https://orcid.org/0000-0001-8342-3823>
Francico Rafel Leidsen - Universidade Estadual de Roraima/UERR <http://lattes.cnpq.br/0581903657571070>

RESUMO: Temos como objetivo apresentar as razões que conduzem Wittgenstein a estabelecer a teoria dos jogos de linguagem como modelo de linguagem que de maneira mais coerente corresponde ao pluralismo do mundo, na segunda fase de seu pensamento. Assim, pretendemos explicitar os principais argumentos que promovem a guinada linguístico-pragmática na segunda fase do pensamento de Wittgenstein. Estudamos as suas duas principais obras: no *Tractatus Logico – Philosophicus* (TLP), ele buscou reconhecer uma estrutura lógica que pudesse dar conta do funcionamento da linguagem na representação do mundo. A concepção de mundo em Wittgenstein, enquanto “totalidade dos fatos”, ou seja, a estrutura lógica do mundo, determinará, em um passo posterior, a estrutura da linguagem. Desse modo, uma linguagem significativa será possível como descrição do mundo. Já na segunda fase de seu pensamento, nas *Investigações Filosóficas*, rompe com a análise que fez no *Tractatus*. A partir de então, linguagem e mundo se unem pragmaticamente, ela não mais representa o mundo, mas faz parte de sua constituição e se adequa ao contexto de vivência de acordo com o uso que se faz dela. Wittgenstein chama a atividade do uso da linguagem no contexto de vivência, de jogos de linguagem. Assim, a linguagem é atrelada às ações humanas, são as Formas de Vida, elas contêm regras que determinadas coletividades seguem e, portanto, compreendem múltiplas possibilidades, que dão significados variados ao mundo e engrenam os jogos de linguagem dando sentido à linguagem.

Palavras-chave: Wittgenstein, Linguagem, *Tractatus Logico – Philosophicus*, *Investigações Filosóficas*.

ABSTRACT: Nuestro objetivo es presentar las razones que llevan a Wittgenstein a establecer la teoría de los juegos del lenguaje como un modelo de lenguaje que corresponde de manera más coherente al pluralismo del mundo, en la segunda fase de su pensamiento. Así, pretendemos explicar los principales argumentos que promueven el cambio lingüístico-pragmático en la segunda fase del pensamiento de Wittgenstein. Estudiamos sus dos obras principales, en el *Tractatus Logico - Philosophicus* (TLP), buscó reconocer una estructura lógica que pudiera dar cuenta del funcionamiento del lenguaje en la representación del mundo. La concepción de Wittgenstein del mundo, como “totalidad de hechos”, es decir, la estructura lógica del mundo, determinará, en un paso posterior, la estructura del lenguaje. De esta manera, será posible un lenguaje significativo como descripción del mundo. En la segunda fase de su pensamiento, en *Investigaciones Filosóficas*, rompe con el análisis que hizo en el *Tractatus*. Desde entonces, lenguaje y mundo confluyen pragmáticamente, ya no representa al mundo, sino que forma parte de su constitución y se ajusta al contexto de la experiencia según su uso. Wittgenstein llama a la actividad de usar el lenguaje en el contexto de la vida, juegos de lenguaje. Así, el lenguaje está ligado a las acciones humanas, son Formas de Vida, contienen reglas que siguen determinadas colectividades y, por tanto, comprenden múltiples posibilidades, que dan diferentes significados al mundo y se involucran en juegos de lenguaje que dan sentido al lenguaje.

Keywords: Wittgenstein, Lenguaje, *Tractatus Logico - Philosophicus*, *Investigaciones Filosóficas*.

PENSAMENTO, LINGUAGEM E MUNDO NO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende explicitar, de maneira clara e sistemática, os principais argumentos que promovem a guinada linguístico-pragmática no pensamento de Wittgenstein. Ao invés de inaugurar uma via interpretativa ou suplantando leituras consolidadas, o texto indica o núcleo da mudança de perspectiva sobre o problema da relação entre linguagem e mundo promovida por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Trata-se, portanto, de uma justificativa pouco pretenciosa em termos de inovações, porém, fundamental enquanto esclarecimento dos aspectos mais relevantes dessa substancial mudança de perspectiva no pensamento de Wittgenstein.

Para isso, iniciamos com uma caracterização da primeira fase do filósofo austríaco como meio para expor o caráter positivista de sua visão de mundo e, especialmente, de seu entendimento sobre a linguagem. Por contraste, ao explicitarmos a alteração promovida pelas *Investigações Filosóficas*, queremos indicar que o pluralismo que passa a prevalecer em sua avaliação do mundo, ao contrário do positivismo do *Tractatus*, também reflete o modo como considera a linguagem em seu uso concreto. Em outros termos, em um mundo pragmaticamente configurado e com formas de vida indeterminadas, também a linguagem é vista como variável de acordo com o uso em contextos específicos, justamente o que Wittgenstein designa como jogos de linguagem. Por fim, esta última perspectiva, de acordo com aquilo que o próprio Wittgenstein defende, é vista como uma mais apropriada caracterização do mundo e da linguagem.

O MUNDO

Para Wittgenstein, “o mundo é tudo o que ocorre” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 44). No entanto, ele delimita o que ocorre no mundo a partir de dois conceitos fundamentais no seu *Tractatus Logico – Philosophicus* (TLP), são eles: a noção de

fato e objeto, mas dentro de uma condição de possibilidades no espaço lógico. “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55), com essa proposição Wittgenstein considera o fato como a ligação entre vários objetos em um estado de coisas. Estado de coisas é a ligação que existe entre os objetos e que lhes confere a possibilidade de ser. Essa possibilidade determina o que pode ocorrer ou não no mundo, isto é, “a totalidade dos fatos determina, pois, o que ocorre e também tudo que não ocorre” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55). O conjunto total das possibilidades de ser do objeto, o fato, definidor do mundo, compõe o próprio espaço lógico, pois para Wittgenstein, “os fatos, no espaço lógico, é o mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55). A lógica possui ampla autonomia frente ao mundo, ela determina sua estrutura que é a relação entre os objetos em um estado de coisas. Wittgenstein conceitua a lógica no aforismo (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55-56), segundo o autor:

Parece, por assim dizer, accidental que à coisa, que poderia subsistir sózinha e para si, viesse ajustar-se em seguida a uma situação. Se as coisas podem aparecer em estados de coisas, então isto já deve estar nelas (Algo lógico não pode ser meramente-possível. A lógica trata de cada possibilidade e tôdas as possibilidades são fatos que lhe pertencem.). Assim como não podemos pensar objetos espaciais fora do espaço, os temporais fora do tempo, assim não podemos pensar nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros. Se posso pensar o objeto ligando-o ao estado de coisas, não posso então pensá-lo fora da possibilidade dessa ligação.

Para Wittgenstein “Nada é accidental na lógica: se uma coisa puder aparecer num estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar antecipada nela” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55). A ligação que há entre os objetos, em seu pensamento, nesse sentido, rompe com a concepção de Gottlob Frege. De acordo com Carneiro,

É sobremaneira com Frege que vimos surgir uma preocupação filosófica com a linguagem, principalmente sobre os fundamentos da matemática, conduzindo indagações sobre a natureza da linguagem, logo sendo estas inquietações também incorporadas por Russel e Wittgenstein. (CARNEIRO, 2011, p.14)

Frege, junto a Bertrand Russel, ambos, importantes matemáticos lógicos e filósofos,

compõem o alicerce da Filosofia da Linguagem contemporânea e as bases da filosofia de Wittgenstein. Frege concebe o mundo como a totalidade (soma), dos objetos no mundo. Nessa perspectiva, há a dimensão do sentido e da referência em que a linguagem precisa corresponder com exatidão. Para Frege todo nome designa algo e possui sentido, de modo que o sentido é a maneira como o objeto se manifesta (OLIVEIRA, 1996, p. 62). De acordo com Frege (2009, p.128):

É, pois, plausível pensar que exista unido a um sinal (nome combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chama-do de sua referência (Bedeutung), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (Sinn) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Conseqüentemente, segundo nosso exemplo acima, a referência das expres-sões "o ponto de interseção de a e b" e "o ponto de interseção de b e c" seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de "estrela da tarde" e "estrela da manhã" é a mesma, mas não o sentido

Com isso ele busca apreender um pensamento possível exprimido de maneira exata e sem ambiguidades a partir da lógica, a fim de se ter uma linguagem precisa.

Em Wittgenstein “o objeto é o fixo, o subsistente; configuração é o mutável, o instável” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 58). Assim, ele se diferencia de Frege pela dimensão relacional que há entre os objetos, o que lhes confere a possibilidade de ser das coisas, possibilidade esta que é inerente ao objeto e que também possibilita a figuração do mundo. A figuração é o espelho da realidade, é a estrutura falada de combinações de nomes, onde o objeto ganha significado, ou seja, pode ser pensado.

A realidade em Wittgenstein é um conjunto de fatos ou estados de coisas que podem ou não ocorrer. A realidade em sua totalidade é o mundo. De acordo com Oliveira (1996, p. 99), o fato se refere à realidade; a algo que realmente ocorre. Já os estados de coisas se referem ao conteúdo descritivo das frases, representa algo que possivelmente pode ocorrer. Tendo em vista que a concatenação dos objetos no mundo constitui o fato, “(...), o fato, é o subsistir dos estados de

coisas” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55). Podemos inferir que os objetos são a condição de possibilidade do mundo, mas essa condição não é dada de qualquer maneira, “a possibilidade de seu aparecer nos estados de coisas é a forma dos objetos” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 57). Segundo Wittgenstein, é a forma dos objetos que confere a estrutura dos estados de coisas. “A estrutura não é, pois, um objeto, mas um tipo de configuração de objetos” (OLIVEIRA, 1996, p. 99).

Em cada configuração os objetos formam um fato diverso. Entendemos que, nesse sentido, é preciso compreender o que Wittgenstein busca em sua análise lógica sobre o mundo: ele busca compreender como o mundo é, portanto, sua concepção de mundo é qualquer mundo possível dentro de uma perspectiva lógica, pois o mundo não é uma coisa e nem um amontoado de coisas, mas é a totalidade dos fatos, inclusive fatos que ainda podem ocorrer, isto é, que sejam logicamente possíveis. (OLIVEIRA, 1996, p. 100). Partindo desse pressuposto, entendemos que a figuração é uma descrição de um fato que está previsto na lógica, pois o mundo para Wittgenstein é logicamente estruturado; não caótico e com regras.

Embora fatos e estados de coisas pertençam à mesma categoria, ter em mente a diferença que há entre eles é de fundamental importância para a compreensão da Teoria Figurativa de Wittgenstein. Pois é somente a partir dessa compreensão que podemos entender o sentido de uma proposição e os limites do mundo. O mundo além de ser a totalidade dos fatos é também a totalidade das possibilidades nos estados de coisas, enquanto o fato é a efetivação de algo, os estados de coisas configuram sua possibilidade. Essa diferença impõe os limites no mundo de tudo o que ocorre e o que não ocorre, como também o que pode ser pensado e falado por meio das proposições.

Segundo Reale (2005, p. 315), os fatos podem ser, em uma analogia, proposições moleculares que podem se dividir em: atômica (fatos simples), que é a menor parte de um enunciado e pode qualificar verdadeira ou falsa a proposição atômica; e proposição simples que é a

combinação de proposições atômicas que qualificam verdadeira ou falsa a proposição molecular. Dessa estrutura que são combinações de nomes, o objeto ganha significado, ou seja, pode ser pensado e, para Wittgenstein, o que é pensado, dentro dos limites do pensamento, pode ser falado. Somente dessa forma podemos descrever como é o mundo e conhecê-lo em sua totalidade, assim como apregoa o aforismo: “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 55).

De acordo com Marques (2005), a relação entre elementos da figuração e os objetos do mundo, Wittgenstein chama de relação afiguradora. É na figuração e na relação afiguradora que os objetos e as proposições ganham valor de verdade, ou seja, sentido. Para Wittgenstein, as proposições são figurações do mundo, o que equivale a dizer que a proposição e o mundo possuem a mesma forma lógica. A proposição é um modelo do mundo; ela é uma figuração do mundo possível e é a partir da relação afiguradora entre a proposição e o estado de coisas que é possível descrever o mundo filosoficamente, ou seja, esclarecer e delimitar logicamente o mundo por meio da linguagem. Nesse sentido é que Wittgenstein declara toda a teoria do seu *Tractatus* que diz: “Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 111), esse limite é dado pela proposição, pois somente ela é dotada de sentido.

A LINGUAGEM COMO DESCRIÇÃO DE MUNDO

No *Tractatus*, a linguagem representa a expressão dos pensamentos, o mundo é representado em uma estrutura lógica por meio de proposições, de modo que a estrutura lógica da linguagem nos possibilita entender a estrutura lógica do mundo. Linguagem e Mundo estão intrinsecamente ligados ao ponto de um determinar os limites do outro. Segundo Marques,

O objetivo central do *Tractatus*, conforme declara o próprio Wittgenstein no prefácio, consiste no estabelecimento dos limites do que se deixa expressar por meio de proposições dotadas de sentido. Segundo ele, ao traçarmos os

limites do discurso significativo, traçamos também os limites do pensamento, uma vez que os pensamentos nada mais são que conteúdos proposicionais. Trata-se assim, no *Tractatus*, de uma tentativa de determinação dos limites daquilo que pode ser pensado, através de uma delimitação do que pode ser dito por meio da linguagem (2005, p. 13).

Segundo Oliveira (1996, p. 101), “a expressão linguística não é algo accidental ao pensamento, mas a expressividade é algo essencial para o pensamento”, no entanto, a expressividade só pode exprimir proposições que tenham sentido, ou seja, por não ser algo accidental ao pensamento a expressão linguística também possui uma ordem delimitada pelo espaço lógico, isto é, há uma forma lógica comum entre linguagem e mundo, que determina tanto as possibilidades de ligações entre os objetos, quanto as possibilidades de ligações entre as proposições. Sobre a forma lógica, Carvalho (2008, p.3), esclarece que “essa forma lógica não é um objeto (afinal, não há ‘objetos lógicos’), e como uma figuração consiste em apresentar a relação entre objetos por meio de sinais, a própria forma lógica não pode ser figurada”.

Ainda segundo Carvalho (2008, p.5):

Após estabelecer a concepção de linguagem como figuração do mundo, o *Tractatus* se alonga primeiramente na caracterização de que a linguagem e o pensamento se limitam à figuração de fatos e, em seguida, na caracterização da independência e igual valor das proposições lógicas, desdobrando as implicações dessa concepção para a lógica e matemática, de um lado (que são tratadas da perspectiva do “cálculo”, como operações, não dizendo nada sobre o mundo e sequer tendo “sentido”), e para a ciência empírica, de outro, evidenciando a contingência de qualquer teoria sobre o mundo, mesmo de princípios que pareceriam universais, como o princípio de causalidade. Toda necessidade é lógica e essa se refere apenas à estrutura da gramática de nossa linguagem, não aos fatos no mundo de que trata essa linguagem.

A forma lógica possibilita a ligação entre a proposição e o fato, somente ela é o elo de relação comum para que uma figuração seja figuração de um fato, pois para Wittgenstein “fazemo-nos figurações dos fatos” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 59), e o “pensamento é a figuração lógica dos fatos” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 61), nesse sentido, o “signo proposicional consiste em que

seus elementos, as palavras, estão relacionados uns aos outros de maneira determinada” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 62). Nesse sentido, Wittgenstein estabelece os limites da linguagem. Para ele, ao fazermos figurações dos fatos só podemos dizer ou pensar algo que esteja dentro da possibilidade de relação, isto é, assim como as proposições só podem representar fatos pela relação que uma palavra tem com outra, os objetos só podem ser pensados pela relação que um tem com o outro.

De acordo com Wittgenstein “Se conheço o objeto, também conheço tôdas as possibilidades de seu aparecer em estados de coisas. (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto.). Não é possível posteriormente encontrar nova possibilidade” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 56). Ao compreendermos uma proposição significativa, tomamos conhecimento do que ela trata, assim podemos diferenciá-la de outras proposições, ou seja, uma proposição significativa apresenta uma coisa definida e clara. Isto é o que chamamos de linguagem, o conjunto de coisas formados por objetos gráficos ou sonoros que nos fornecem um modelo ou figuração da realidade, pois “A proposição é figuração da realidade. A proposição é modelo da realidade tal como a pensamos” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 71).

De acordo com Lima (2015), para Wittgenstein “o pensamento é a proposição significativa” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 44), é nesse sentido que, como já abordamos, a proposição é *conditio sine qua non* para conhecermos o mundo em sua totalidade, as proposições são a estrutura lógica da linguagem que afiguram o mundo e que delimitam os seus limites pela figuração dos fatos. A delimitação do mundo se dá pela delimitação do que pode ser pensado, os limites da linguagem são, pois os limites do pensamento. De acordo com Wittgenstein:

A lógica preenche o mundo, os limites do mundo são também seus limites. Não podemos pois dizer na lógica: isto e isto existem no mundo, aquilo não. Porquanto se pressuporia aparentemente que excluímos certas possibilidades, o que não pode ocorrer pois, do contrário, a lógica deveria colocarse além dos limites do mundo, como se pudesse considerar

esses limites também do outro lado. Não podemos pensar o que não podemos pensar, por isso também não podemos dizer o que não podemos pensar. (1968, p. 111).

Desse modo, segundo Carvalho (2008), Wittgenstein elege a linguagem mais simples, a linguagem ordinária como a linguagem fundamental, a que melhor descreve o mundo, ele parte do seu atomismo em que divide as proposições em elementares e complexas, para ele “A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma)” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 89), pois ela não depende da verdade de nenhuma outra proposição, desse modo, esclarece Carvalho, que:

Na medida em que a proposição limita-se a figurar fatos, resulta que tudo o que pode ser dito ou pensado com sentido são fatos. Mais ainda, na medida em que todas as proposições são funções de verdade de proposições elementares e as proposições elementares são funções de verdade de si mesmas (ou seríamos levados a uma regressão ao infinito), essas proposições elementares são independentes entre si, a verdade de uma não mantendo qualquer relação com a verdade de qualquer outra. Ou seja, o pensamento limita-se a fatos, todos eles de igual valor, independentes entre si. Qualquer coisa que não seja um fato entre outros não pode ser pensado ou dito, de tal forma que só se pode conceber o mundo como um conjunto de fatos (TLP, 1.1), todos eles contingentes (só há necessidade na lógica, mas ela não trata do mundo nem de qualquer objeto realmente existente, apenas da “gramática” da linguagem). (2008, p. 4).

Como assinalamos, no pensamento filosófico de Wittgenstein a lógica determina a estrutura do mundo, e as proposições são, de acordo com Wittgenstein, relacionadas aos fatos. Nesse sentido, a lógica não só determina a estrutura do mundo, como também determina a estrutura da linguagem. Segundo Buchholz (2009), Wittgenstein compreende que assim como há uma relação entre os objetos, há também com as palavras. Uma palavra só tem sentido se relacionada com outras palavras, o que lhes confere uma forma lógica que permita avaliar, posteriormente, a verdade ou falsidade em um estado de coisas. Ou seja, assim como as palavras se organizam, na perspectiva do *Tractatus*, para formar as proposições, os objetos se organizam para formar os fatos, desse modo a forma lógica

determina o sentido proposicional.

Ainda de acordo com Buchholz (2009, p.65), a proposição é articulada e não uma mera combinação de palavras. É essa articulação lógica que possibilita a figuração da realidade, pois “assim como um estado de coisas é o estruturamento encadeado de objetos, também a proposição é um encadeamento de nomes”.

Segundo Carvalho (2008), após estabelecer a concepção de linguagem como figuração do mundo, Wittgenstein não busca uma teoria qualquer sobre o mundo, mas uma maneira de ver o mundo corretamente. Ao declarar que os limites da linguagem correspondem aos limites do mundo, Wittgenstein desenvolve no *Tractatus* a Teoria Figurativa da Linguagem, nessa teoria ele esclarece que a lógica, a linguagem e o mundo estão estreitamente ligados e, assim, qualquer descrição logicamente construída é válida.

Como já mencionado, uma proposição só possui sentido se afigurar um fato, o que possibilita a proposição de figurar os fatos no mundo é a mesma estrutura que possuem linguagem e mundo. Desse modo, pode-se verificar o valor de uma proposição a partir de sua comparação com os estados de coisas e assim evitar contrassensos. Esse era o objetivo de Wittgenstein ao escrever o *Tractatus Logico – Philosophicus*, evitar os erros de linguagem, ou seja, as proposições sem sentido. Ao estabelecer os limites da linguagem, daquilo que pode ser mostrado, Wittgenstein acreditava ter resolvido todos os problemas da linguagem e finaliza com a seguinte proposição “O que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129). Para ele, no contexto do TLP, o que não está dentro dos limites da linguagem, também não está nos limites do mundo, portanto, não pode ser expresso.

LINGUAGEM E MUNDO NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS

O SIGNIFICADO DA LINGUAGEM

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein

não abandona o problema central do seu estudo sobre a relação entre linguagem e mundo desenvolvido no *Tractatus*, contudo, muda consideravelmente sua concepção sobre o significado da linguagem que deveria possuir uma essência lógica a fim de se chegar a uma estrutura sólida. Abordamos anteriormente que a proposição com sentido representa um fato possível dentro do espaço lógico e a totalidade de todos os fatos possíveis é o mundo, há também uma correspondência entre a linguagem e o mundo onde estão estritamente ligados a ponto de um determinar a estrutura do outro. Segundo Oliveira (1996, p.117):

Wolfgang Stemuller tem razão quando fala em duas filosofias de Wittgenstein. Sem dúvida, já o vimos antes, a problemática fundamental permanece a mesma. No entanto, a perspectiva segundo a qual essa problemática é considerada muda radicalmente na segunda fase de pensamento de Wittgenstein, de tal modo que não se pode considerar esta fase como um desenvolvimento linear da primeira. Muito pelo contrário, Wittgenstein desenvolve seu pensamento na segunda fase como crítica radical à tradição filosófica ocidental da linguagem, cuja expressão última havia sido precisamente o *Tractatus*. Em suma, sua obra da segunda fase encontra-se em fundamental oposição com a da primeira, mesmo que o problema central permaneça o mesmo. Wittgenstein, depois de ter abandonado a filosofia por coerência com o *Tractatus*, passou por uma lenta e dolorosa transformação espiritual desde mais ou menos 1930 até o fim de sua vida, e as Investigações Filosóficas são, propriamente, a expressão desse itinerário de pensamento.

Autores como Pereira(2015); Reis (2010), sobre as duas fases de pensamento de Wittgenstein abordam que as experiências vivenciadas a partir de seu distanciamento da filosofia, a fim de se dedicar ao ensino em escolas primárias e as mudanças ocorridas no sistema escolar austríaco daquela época contribuíram significativamente para a reformulação dos conceitos e significados da linguagem desenvolvidos no *Tractatus*.

Segundo Oliveira (1996), Wittgenstein critica o sistema agostiniano da linguagem que acompanha a tradição ao colocá-la como instrumento secundário do nosso conhecimento do mundo, em que o significado da linguagem tem a única função de designar e declarar, ou seja, se

referir ao objeto. Nas *Investigações*, no Parágrafo 23, Wittgenstein corrobora que esta é apenas uma das funções da linguagem, mas não é a única como apregoava a tradição, pois assumindo uma abordagem pragmática em relação ao significado, ele concebe a linguagem como parte da atividade e forma de vida humana. Ao citar o livro *Confissões de Santo Agostinho*, Wittgenstein busca justificar sua crítica e mudança de pensamento:

Se os adultos nomeassem algum objeto, e ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isso e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indica-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão a meus desejos. (Agostinho apud Wittgenstein, 1999, p. 27).

O significado do sistema agostiniano de linguagem é considerado uma representação primitiva da língua por Wittgenstein, para ele, esse sistema é apenas de compreensão, pois nem tudo o que é linguagem está nele.

De acordo com Luna (2009), essa concepção levou a uma delimitação em relação aos nomes e objetos. A crítica que Wittgenstein faz a esse sistema também se estende a ele próprio, pois como já mencionamos, para ele só poderíamos falar sobre aquilo que fosse dotado de sentido, visto que no *Tractatus* os nomes necessariamente precisam representar os objetos no interior da proposição e terem significado, e a proposição com sentido, por sua vez, só pode representar um fato possível. Isso leva a uma delimitação rigorosa, pois cria a dependência de sentido e significado entre o nome e o objeto, onde aprender uma palavra significa nomear um objeto ou, nas palavras de Wittgenstein, “denominar algo é semelhante a colocar uma etiqueta numa coisa” (1999, p. 32). Isso faz com que Wittgenstein reconheça no Prefácio das *Investigações Filosóficas* os graves erros que publicara no seu primeiro livro.

Segundo Oliveira (1996, p. 138), nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein rejeita a ideia de que haja uma correspondência estrutural entre linguagem e mundo, para ele os significados da linguagem estão no seu uso. Desse modo, a essência do significado da linguagem também acompanha essa ideia, ele não é mais fixo, mas variável conforme o uso que fazemos da linguagem. Portanto, o que há é uma identidade entre linguagem e uso, de modo que não se podem separar essas duas considerações. Assim, quando nas *Investigações* ele descreve as possibilidades de usos da linguagem, mediada pelo homem, o que interessa é a palavra e seu significado inseridos nos contextos de ação, ou seja, a linguagem não representa mais o mundo, mas o constitui, contudo a compreensão dos contextos de ação só é possível a partir dos horizontes contextuais em que a linguagem está inserida.

Wittgenstein critica a concepção de que a linguagem serve apenas para comunicar aos outros o conhecimento da razão, ou seja, a linguagem era tratada de maneira separada, era independente dos contextos em que era utilizada, para ele “isso é falso em sua exclusividade, pois com a linguagem podemos fazer muito mais coisas do que designar o mundo” (OLIVEIRA, 1996, p. 127). Segundo Wittgenstein:

Pode-se para uma grande classe de utilização da palavra “significação” – se não para todos os casos de sua utilização explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem.

E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o seu portador. (1999, p. 43)

Em vista disso Wittgenstein entende que é o contexto de uso que dá significado à linguagem e desenvolve essa teoria no que ele vai chamar de jogos de linguagem.

OS JOGOS DE LINGUAGEM

Para Wittgenstein não podemos reduzir o conceito de significado da linguagem apenas para a função de substituição dos objetos no mundo, ela não é simplesmente um mero espelho do mundo, essa é apenas uma das funções da linguagem. Isso

fica claro em Wittgenstein na crítica ao sistema agostiniano da linguagem, onde ele mostra no Parágrafo 3 das Investigações que no conjunto das atividades humanas podemos usá-la para várias outras coisas. Ele não despreza esse sistema, pois o considera útil, mas não para a totalidade do que seja a linguagem, que para ele é uma forma de vida, ou seja, o seu significado está diretamente ligado à sua utilidade. Nesse sentido, ele considera que a linguagem primitiva faz parte de uma preparação do conhecimento humano, ela é apenas uma etapa, para o que chamará de jogo de linguagem. Segundo Wittgenstein:

O termo jogo de linguagem deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.

Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por estes exemplos e outros:

Comandar e agir segundo comandos –

Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas –

Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) –

Relatar um acontecimento –

Conjecturar sobre o acontecimento –

Expor uma hipótese e prová-la –

Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas –

Inventar uma história; ler –

Representar teatro –

Cantar uma cantiga de roda –

Resolver enigmas –

Traduzir de uma língua para outra –

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*). (1999, p. 35 – 36).

O conceito de *jogo de linguagem* busca evidenciar que nos mais diferentes contextos há diferentes regras, essas regras determinam a linguagem dentro do jogo, É desse modo, para Wittgenstein, que se pode definir o sentido das expressões linguísticas de acordo com o contexto.

Diferentemente do que ele fez no *Tractatus*, ele não estabelece um conceito fechado para a linguagem, pois o significado da linguagem está no uso que se faz dela. Sendo assim, o conceito é amplo e obedece a multiplicidade dos jogos dentro dos inúmeros contextos.

Desse modo, segundo Faustino (2013), Wittgenstein não concebe mais a linguagem ligada a estados de coisa no mundo, como no *Tractatus*, mas agora, nas Investigações, ela está ligada às formas de vida. Por esse motivo, a linguagem passa a ser regida por regras determinadas pela atividade prática nos contextos de vivências; ela é similar a um jogo.

Segundo Machado (2016, p. 849), a forma de vida é “a junção entre cultura e linguagem, entre um modo de vida em uma sociedade e os sistemas linguísticos de regras sintáticas, semânticas e pragmáticas que, para além de nomear coisas, regem e dão significado às ações humanas, portanto evidencia uma práxis”, desse modo, a linguagem como forma de vida, de acordo com Wittgenstein, é vivida coletivamente, ela é uma construção que se dá na relação onde somos instruídos de suas regras gradativamente nos contextos de vivências e aprendemos o jogo.

Para Wittgenstein, as regras do jogo devem ser seguidas por seus usuários, só o domínio da regra possibilita aos jogadores conhecerem a linguagem. Para ele, as palavras são similares às peças de um jogo, contudo, para se jogar é preciso ter treinamento, prática, pois não basta apenas conhecer as palavras e saber a relação entre o objeto e a linguagem, é preciso dominar as regras pragmáticas do contexto de vivência, é preciso “dominar uma técnica” para se conhecer a linguagem, pois os termos só adquirem significado nos seus usos. De acordo com Wittgenstein (1999, p. 92):

O que chamamos “seguir uma regra” é algo que apenas uma pessoa pudesse fazer apenas uma vez na vida? – E isto é, naturalmente, uma anotação sobre a gramática da expressão “seguir a regra”.

Não pode ser que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra. Não é possível que

apenas uma única vez tenha sido feita uma comunicação, dada ou compreendida uma ordem, etc. – Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (costumes, instituições).

Compreender uma frase significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica.

De acordo com LUNA (2009), para Wittgenstein, seguir uma regra se assemelha a cumprir uma ordem, e uma ordem se obedece porque se aprendeu a obedecer desta e desta maneira. Isso é resultado de treinamento e aprendizado. Podemos inferir que, de acordo com Wittgenstein, nos parágrafos 17 e 19 das Investigações Filosóficas, quando um pedreiro dirige a fala para seu ajudante e em vez de dizer “traga-me uma lajota” disser “lajota”, a linguagem opera como uma ferramenta que de acordo com o contexto faz sentido para os seus usuários (WITTGENSTEIN, 1999, p. 18). Assim, se alguém cumpre uma ordem ou uma regra diante de um determinado contexto, como um ajudante de pedreiro diante de uma ordem ou regra, isso não muda o que foi falado porque tanto regra, como ordem, são aprendidas na prática, o que muda são as circunstâncias e seus falantes. Mais uma vez Wittgenstein critica a tradição e a si próprio, para ele o significado não está na relação entre a linguagem e o objeto, muito menos a linguagem é puramente descrição, mas ela é uma ferramenta que possui distintos significados, tal como as peças do jogo de xadrez que possuem múltiplos movimentos.

O entendimento da regra, o significado que se tem com a compreensão da linguagem é uma forma de vida e como tal não é individual, visto que os usuários da linguagem estão de acordo com ela e com o uso das suas regras. A linguagem é, nesse sentido, mediadora da realidade, ela está relacionada às ações do homem e ao seu conhecimento no uso que se faz dela, quando Wittgenstein considera que a linguagem primitiva é parte do jogo de linguagem, ele leva em consideração que aprendemos as palavras no ato designativo, mas como assinalamos, apenas o conhecimento da palavra não é o bastante para se compreender uma linguagem. Portanto, Wittgenstein considera que os usuários só podem

jogar a partir de uma coletividade. Desse modo, de acordo com Oliveira, Wittgenstein

Vai situar o homem e seu conhecimento no processo de interação social o que vai levar, posteriormente, não só à consideração da relação entre conhecimento e ação, linguagem e práxis humana, como também à consideração explícita do papel da comunidade humana na constituição do conhecimento, e da linguagem humana (melhor dito: do conhecimento linguisticamente mediado do homem) (1996, p.126).

Luna (2009), aponta que a regra não pode ser estabelecida e aplicada por um único indivíduo, ela deve ser estabelecida e aplicada por uma coletividade, é isso que faz com que as palavras tenham significado e finalidade dentro do jogo de linguagem, pois a linguagem é pública, de outro modo, seguindo o sistema agostiniano da linguagem, as palavras não teriam sentido, pois não existiria uma regra. As palavras só têm significado nos jogos de linguagem porque a “linguagem é um jogo público, constituído por regras públicas, que dão a cada jogo de linguagem um sentido cujo aspecto dinâmico e cujo aspecto público fazem dele um sentido muito diferente daquele sentido defendido no *Tractatus*” (LUNA, 2009, p. 86), e na tradição. Agora as palavras ganham significado a partir do seu uso no jogo de acordo com as pretensões dos jogadores nos contextos e não pelas descrições dos fatos.

No Parágrafo 66 das Investigações, Wittgenstein (1999, p.41-42) apresenta as semelhanças e diferenças entre alguns exemplos de jogos, o que podemos inferir em uma analogia como contextos de linguagem. Para ele, os jogos são jogados de acordo com regras estabelecidas dentro de cada contexto, a partir do uso convencional dentro desses contextos. De acordo com Machado (2016), os contextos são espaços de atuação humana, portanto, os jogos de linguagem de um coletivo, podem ser diferentes dos jogos de outro coletivo, isso retrata o caráter dinâmico dos jogos que podem mudar a qualquer momento, pois ele não é fixo, diferente da tradição segundo a qual a palavra tem sua correspondência no mundo, mas pelo contrário, ela está sempre em construção, isso retoma a linguagem como uma forma de vida, em que, por possuir um caráter público, é necessário

ver qual uso as coletividades fazem da linguagem.

Wittgenstein, ao reconhecer no prefácio das *Investigações Filosóficas* os graves erros que cometeu no *Tractatus*, busca corrigir o problema do significado da palavra, visto que, conforme mencionamos, na tradição designativa uma palavra se refere a um objeto no mundo e isso é fixo, contudo, nem sempre usamos as palavras para designar algo, como bem evidencia Wittgenstein no parágrafo 1:

Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra na frente desta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos numerais – suponho que a saiba de cor – até a palavra “cinco” e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. – Assim, e de modo semelhante, opera-se com palavras. – “Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra ‘vermelho’, e o que vai fazer com a palavra ‘cinco’? – Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. – Mas qual é a significação da palavra “cinco”? – De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra “cinco” é usada. (Wittgenstein, 1999, p. 28)

A palavra cinco não está vinculada a um objeto, ela não substitui nenhum objeto no mundo, a sua utilização se dá por meio da prática de uso, das regras que foram convencionadas pelas coletividades. Portanto, o significado das palavras está no resultado prático delas, algo que compreende aprendizado, domínio da técnica, uma coletividade e contextos de vivências. Assim, para Wittgenstein, a linguagem é algo prático; é uma atividade, uma forma de vida, logo, a tradição designativa é incapaz de dar conta de todas as suas possibilidades de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar os modelos de linguagem de Wittgenstein e qual deles o autor assume que traz uma melhor caracterização do mundo. Por possuir dois pensamentos filosóficos complexos e sem uma continuidade linear de um para o outro, mas, ainda assim, abordar o mesmo problema em ambos os

pensamentos, nos propusemos a esse estudo no interior das duas fases do pensamento de Wittgenstein.

Ao eleger a linguagem pautada pela lógica no *Tractatus* como a que melhor descreve o mundo, Wittgenstein não considera a linguagem em sua totalidade, o que impõe um grande limite, pois a proposição exige uma verificação lógica para então estabelecer o que é dizível. Assim, é evidente que Wittgenstein também não considera os enunciados cotidianos em suas diversas expressões humanas, pois eles também possuem significados e isso leva a inúmeros equívocos que mais tarde ele próprio reconhece que cometeu no *Tractatus*. Tais equívocos Wittgenstein expõe na sua segunda obra, as *Investigações Filosóficas*.

Nas *Investigações Filosóficas*, a estrutura lógica e fixa dá lugar ao jogo de linguagem, como Wittgenstein mostrou: “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, pois a forma de vida é uma ação humana no jogo e como tal possui regras de uso, que de acordo com o contexto de vivência, o uso da palavra no jogo de linguagem confere significado ao mundo. Nessa concepção é o homem que conhece que dirá e significará o mundo conforme sua experiência com a linguagem.

Para Wittgenstein, pensar significa obedecer às regras da linguagem dentro de um jogo específico, pois a linguagem nem sempre expressa o que ela diz. Nesse sentido, a linguagem é significada a partir da perspectiva do uso da palavra, pois há variadas possibilidades para se exercitar a linguagem.

Desse modo, consideramos que a linguagem, para Wittgenstein, é o que ele descreve que seja nas *Investigações Filosóficas*, ou seja, atrelada a uma Forma de Vida. Contudo, assim como Wittgenstein, não ignoramos que a descrição dos estados de coisas não seja útil para a Filosofia da Linguagem, ela só não é suficiente para dizer como o mundo é, pois está claro que o mundo é um múltiplo jogo de linguagem, que assume as mais distintas possibilidades, regido por regras de uso

que lhe conferem o seu significado.

REFERÊNCIAS

- BUCHHOLZ, Kai. Compreender Wittgenstein. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARVALHO, Marcelo. O *Tractatus*: roteiro de leitura a partir de uma ideia básica. In: Sobre o conhecimento, a lógica e a ética. São Bernardo do Campo: Ed. Universidade Metodista, 2008.
- CARNEIRO, Maristela. O Primeiro Wittgenstein e sua Obra: o lugar da linguagem em “*Tractatus Logico - Philosophicus*”. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Filosofia, Ponta Grossa, 2011.
- FAUSTINO, Silvia. O Debate Contemporâneo Sobre a Linguagem. In: Filosofia: conhecimento e linguagem. Org: CARVALHO, Marcelo & CORNELLI, Gabriele. Cuiabá, MT: Central de Textos, 2013.
- FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: Lógica e Filosofia da Linguagem. Org e Trad: ALCOFORADO, Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Wittgenstein e a Delimitação Lógico-Linguística do Mundo no *Tractatus*. Revista Contemplação, 2015 (12), p.299-310.
- LUNA, José Marcos Gomes de. Sentido e Jogos de Linguagem nas Investigações Filosóficas. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Filosofia. Recife, 2009.
- MACHADO, José Roney de Freitas. A Construção do Mundo Humano pelos Jogos de Linguagem: da lógica à pragmática wittgensteiniana. Sapere aude – Belo Horizonte, v. 7 – n. 14, p. 845-853, Jul./Dez. 2016 – ISSN: 2177-6342.
- MARQUES, Edgar. Wittgenstein e o *Tractatus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta Linguístico – Pragmática na Filosofia Contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- PEREIRA, Rafael Ferreira de Souza Mendes. Das perguntas wittgensteinianas à pedagogia das competências: ou desmontando a caixa-preta de Perrenoud. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 229- 242, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0229.pdf>
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia, 6: de Nietzsche à escola de Frankfurt. v. 6. São Paulo: Paulus, 2005.
- REIS, Maria Fernanda de Moura. O Dicionário para Escolas Primárias de Ludwig Wittgenstein e a Virada Linguística. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. Coleção Os Pensadores XLVI. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução: José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.



IMPACTOS NA PAISAGEM DA MICROBACIA DO IGARAPÉ CARRAPATO DECORRENTES DA OCUPAÇÃO, ZONA RURAL DE BOA VISTA – RORAIMA

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/911>

*IMPACTS ON THE LANDSCAPE OF THE IGARAPÉ
CARRAPATO WATERSHED RESULTING FROM
THE OCCUPATION, RURAL AREA OF BOA VISTA -
RORAIMA*

Márcia Teixeira Falcão - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<https://orcid.org/0000-0003-3190-3192>)
Sandra Kariny Saldanha de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<https://orcid.org/0000-0002-6274-4609>)

RESUMO: O artigo tem como objetivo demonstrar o impactos na paisagem da microbacia do igarapé Carrapato, localizado na zona rural de Boa Vista - Roraima, decorrentes do uso da terra. A metodologia envolveu visita in loco, aplicação de método check list para análise dos impactos ambientais. Os resultados demonstraram que a microbacia do igarapé Carrapato se caracteriza pelo crescente uso da terra decorrentes do processo de ocupação e especulação imobiliária o que vem causando diversos impactos que alteraram o meio abiótico tais como: diminuição do processo de infiltração de água no solo; depreciação da qualidade do solo através da extração mineral; danos à microbiota do solo; contaminação e poluição das águas superficiais e subterrâneas devido a disposição de resíduos sólidos; piora no microclima devido a diminuição da mata ciliar. Esses fatores acarretam a diminuição da sustentabilidade do ecossistema, entre outros. Assim, ressalta-se a importância da inserção políticas mais efetivas voltadas a educação ambiental junto aos moradores do entorno e conter a ocupação urbana.

Palavras-chave: Carrapato, Uso da terra, Impactos ambientais.

ABSTRACT: The article aims to demonstrate the impacts on the landscape of the Carrapato stream basin, located in the rural area of Boa Vista - Roraima, resulting from land use. The methodology involved an on-site visit, application of a check list method to analyze environmental impacts. The results showed that the Carrapato stream basin is characterized by the increasing use of land resulting from the occupation process and real estate speculation, which has been causing several impacts that altered the abiotic environment such as: Decreased water infiltration process in the soil; depreciation of soil quality through mineral extraction; damage to the soil microbiota; contamination and pollution of surface and groundwater due to the disposal of solid waste; worsening in the microclimate due to the decrease in riparian forest, these factors lead to a decrease in the sustainability of the ecosystem, among others. Thus, it emphasizes the importance of inserting more effective policies aimed at environmental education with the surrounding residents and containing urban occupation.

Keywords: Carrapato, Land use, Environmental impacts.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um intenso processo urbanização, marcado pelo rápido crescimento do número de habitantes nas cidades, situação decorrente principalmente pelo processo migratório e em alguns casos como Roraima, devido também a imigração de venezuelanos, decorrente da crise do país vizinho.

Essa situação, proporcionou um aumento significativo no número e tamanho das cidades como nunca ocorreu antes, seguindo-se em crescimento contínuo nos últimos anos.

O crescimento e expansão das cidades ocorreram sem que houvesse um planejamento urbano adequado, proporcionando uma crise urbana bastante acentuada, no qual uma parcela elevada da população não tem acesso ao solo urbano e a moradia, senão através de formas ilegais, tendo como principal característica a ocupação de áreas impróprias para moradia, em áreas de vulnerabilidade ambiental próxima a corpos hídricos urbanos, levando a uma má qualidade de vida.

Mendonça (2004) reforça que os absurdos observados nas cidades brasileiras evidenciam a perda da cidadania, a degradação ambiental, perda da qualidade de vida, a usurpação dos valores culturais e a perda da identidade e soberania das pessoas, sendo essa situação mais evidenciada em grupos sociais com poder aquisitivo menor, como acontece na África, América Latina e Ásia.

Silva (2003) reforça que a natureza na cidade passa por um processo de intensa degradação através do uso do solo e do desrespeito a legislação proporcionando a destruição de corpos hídricos, manguezais, erradicação das áreas verdes e outros impactos que provocam danos irreversíveis a qualidade de vida.

Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima vem se tornando frequente o aparecimento de áreas periféricas invadidas, que a princípio, descumprem o plano diretor da cidade e a própria legislação

ambiental, ameaçando a integridade do meio ambiente e contribuindo para a proliferação dos impactos ambientais e das mazelas urbanas relacionadas com os problemas de insuficiência em serviços de saneamento ambiental.

Para apreender a problemática ambiental é necessário uma visão complexa do ambiente, na qual, existem as relações naturais, sociais e culturais, Neste contexto a Educação Ambiental é um fantástico mecanismo de auxílio na promoção do pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo e lugar, em suas expressões formais, não formal e informal, promovendo a transformação” (SATO, 2002, p.108).

Art. 1º- Entende por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e de sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Neste contexto insere-se a área de estudo, que a partir de 2012 iniciou o processo de ocupação com a criação da Área de Interesse Social – AIS (Pedra Pintada) e o Bairro Said Salomão (especulação imobiliária) iniciou o loteamento em 2011. Nessa perspectiva este estudo tem como objetivo demonstrar o impactos na paisagem da microbacia do igarapé Carrapato, localizado na zona rural de Boa Vista - Roraima, decorrentes do uso da terra..

CRESCIMENTO URBANO: O CASO DA CAPITAL BOA VISTA - RORAIMA

A cidade de Boa Vista capital do estado, cresceu nas margens do Rio Branco, principal rio da cidade e partir da chamada ‘Fazenda Boa Vista’ (1830) em 1858 foi elevada à categoria de Vila em 09 de julho de 1890, através do Decreto Estadual nº 49 sob o governo de Augusto Ximeno de Villeroy, passou a categoria de cidade do recém-criado município de Boa Vista, desmembrado de Moura (província do Amazonas). Já na década de 1920, Boa Vista possuía uma malha urbana com ruas paralelas, à margem do Rio Branco (FALCÃO; BURG; COSTA, 2015).

Esse tipo de crescimento as margens dos rios é característico das cidades amazônicas, os rios funcionam como dinâmica de escoamento de pessoas e produtos, antes Boa Vista era marcada múltiplas interações de sua população residente com o rio Branco. Morales (2020) destaca que a partir da década de 40 a morfologia urbana da capital, se modifica a partir das intervenções do plano urbanístico de Darcy Derenusson (Figura 1).

Figura 1: Plano urbanístico de Darcy Derenusson



Fonte: Acervo de Darcy Derenusson (1948 apud MORALES, 2020).

A partir da década de 80 Roraima teve o boom populacional e colocou no centro das discussões o planejamento urbano e ambiental, demonstrando que não houve um acompanhamento dos serviços públicos básicos como infraestrutura sanitária, saúde, educação, moradia e outros (ARAÚJO JÚNIOR, 2018).

Na década de 90 com o asfaltamento da BR-174 (liga Boa Vista a Manaus) a relação com a rede hidrográfica urbana se modificou, proporcionando grandes alterações impactantes nos cursos hídricos urbanos, principalmente pelo fato do crescimento da cidade se direcionar ao setor oeste e sudoeste da capital, devido crescimento populacional, aliado ao fechamento dos garimpos e ao intenso processo migratório para capital. O setor oeste e sudoeste se destaca pela densa rede de drenagem, com a presença de lagos, igarapés que abastecem as principais bacias urbanas: as dos rios Cauamé e Branco.

Nos últimos anos, o crescimento urbano da capital ficou em média 6,4%, para alguns

estudiosos, isso deve principalmente ao intenso pelo fluxo de imigração venezuelanos, em especial de mulheres grávidas e têm seus filhos em Roraima (maior concentração na capital) e que por lei, os filhos são registrados como roraimenses e brasileiros.

Com a evolução do aumento populacional, iniciou-se a demanda por ocupação do solo na capital, nesse sentido surgiram diversas áreas de ocupação, no setor oeste e sudoeste, e posteriormente no setor norte do município (as margens da BR-174, sentido Venezuela) com o surgimento do primeiro shopping da cidade, ocorreu especulação imobiliária nessa área, surgindo assim empreendimentos imobiliários localizados na zona rural tais como: Said Salomão e consolidação de área de interesse social (AIS) denominada Pedra Pintada, ambos tem influências significativas nos impactos ambientais do Igarapé Carrapato tais como: a disposição irregular de resíduos sólidos, poluição, desmatamento e outros que proporcionam interferências significativas no sistema físico e biótico.

METODOLOGIA

A área de estudo foi o entorno do igarapé do Carrapato, área rural do município, corresponde aos bairros Said Salomão e Pedra Pintada. O Carrapato é afluente da margem esquerda do rio Cauamé (afluente da margem direita do rio Branco) possui cerca de 18km de extensão. O acesso ocorre através da BR-174, sentido Venezuela, fica a cerca de 12 km do centro da cidade.

O bairro Said Salomão teve o seu início em 2011 com a venda de loteamentos por uma imobiliária, com o processo de vendas dos lotes, corroborando com Santos (1988) que comenta que o setor imobiliário organiza o espaço de forma hierárquica, definindo ações como a comercialização e financiamento de terrenos, iniciou-se a especulação imobiliária da área.

Veras (2016) destaca que o capital imobiliário buscar ter acesso a terra esta quando não tem preços elevados, e que após os investimentos

com melhorias internas e externas, públicas e ou privadas, ocorre a valorização da área antes da sua comercialização.

Em 2014 o Ministério Público de Roraima protocolou uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa na Justiça por fraude na titulação de terras públicas que originou o loteamento, na ação foram identificadas diversas ilegalidades na condução do processo e expedição de título da área da "Fazenda Real", localizada na Gleba Murupu.

As ações foram contra o então governador da época, ex-servidores do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - ITERAIMA e empresários locais. Em 2015 os empresários comprovaram posse efetiva da área loteada, através de documentação de posse, então a justiça deu como improcedente a ação de fraude e considerou aquisição dos terrenos por pessoas de boa fé.

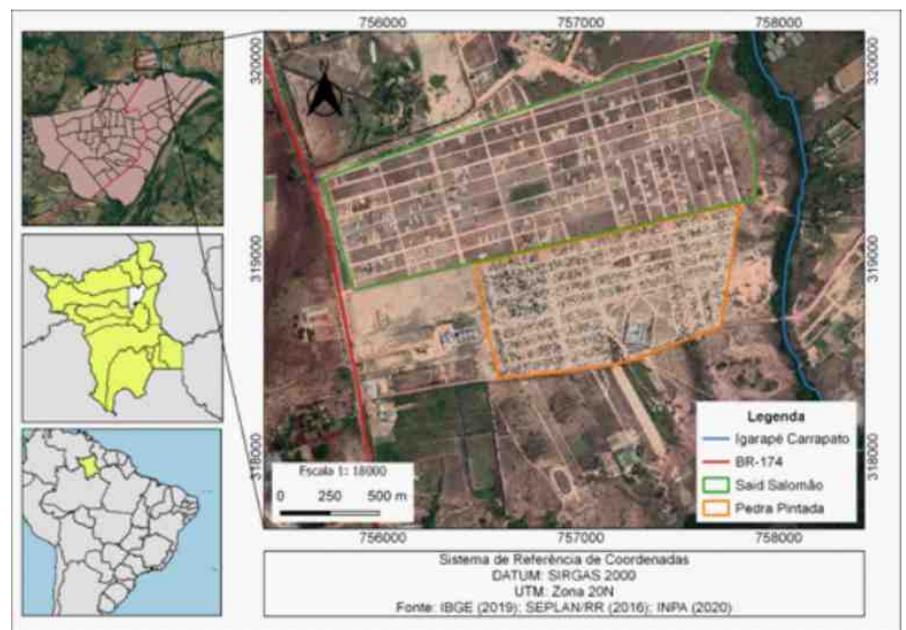
Já o processo de ocupação irregular do Pedra Pintada ocorreu a partir de 2012, ressalta-se que a área era propriedade do Estado e a partir de 2014 iniciou-se o processo de regularização quando o Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA). No entanto, no início de 2015 sob nova gestão, o ITERAIMA cancelou as licenças, por terem sido foram expedidas de forma irregular. No mesmo ano, através do Projeto de Lei nº 172/2015 a ocupação foi denominada de Área Especial de Interesse Social (AEIS) denominada Pedra Pintada, localizada no bairro Cauamé, com extensão de 6.099.542,77 m².

A necessidade de moradia é um fato que envolve a questão social vigente no estado de Roraima e no Brasil como um todo – o chamado déficit habitacional. As famílias de baixa renda não

têm recursos suficientes para financiar um imóvel, ou até mesmo comprar um terreno e construir uma casa e acabam sendo levadas ao processo de ocupação de terras, que por sua vez moram em condições insalubres, muitas vezes sem condições de moradia, sem saneamento básico, que por sua vez podem ocasionar em danos ao meio ambiente em sua volta.

Assim o processo de ocupação do bairro Said Salomão e da AIS Pedra Pintada (Figura 2), se configurou com diversos pontos que na época foram questionados pela justiça e os órgãos do Estado. Na área de estudo localizam-se ainda a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (masculina e feminina) construída na década de 80 e o Centro Sócio-Educativo do Estado, construído em 2014

Figura 2: Localização da área de estudo



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

(voltado aos menores infratores)

Com relação as características físicas da área de estudo: a geologia pertence a Formação Boa Vista (sedimentos que datam do terciário-quaternário), a geomorfologia se caracteriza pela Depressão Boa Vista (presença de relevo plano suavemente dissecado) em média 80 m de altitude. O clima segundo Koppen é do tipo Aw com períodos seco (outubro a março) e chuvoso (abril a

setembro).

A vegetação se caracteriza pela presença das savanas, regionalmente chamada de ‘lavrado’ e de floresta de galeria, ao longo dos rios e igarapés. A hidrografia é marcada pelo rios Branco (principal rio de Roraima) e pelo rio Cauamé afluente do rio Branco.

O método da pesquisa se caracteriza por ser do tipo qualitativo pois conforme Yin (2016) trata de um estudo que busca explicar acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes, através de diversas fontes de evidências. Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza por ser exploratória, pois teve a finalidade proporcionar informações sobre o assunto pesquisado, no que se refere aos procedimentos técnicos se confira como pesquisa pois consistiu em observar “fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessários: levantamento bibliográfico, em periódicos, teses e dissertações, coleta de dados in loco no ano de 2020 (período seco e período chuvoso) no qual foram realizados registros fotográficos, coleta de coordenadas geográficas, anotações em caderneta de campo e identificação dos impactos ambientais.

Para análise dos impactos ambientais foi utilizado o método de Oliveira et al. (2015), trata-

se de uma listagem dos fatores ambientais no meio abiótico foi feita por meio da metodologia de check-list descritivo, onde se listou todos os

Quadro 01: Parâmetros de análise qualitativa dos impactos ambientais.

Critério de ordem	Direto (D)	Resulta em uma simples relação de causa e efeito.
	Indireto (I)	Resulta de uma ação secundária ou quando é parte de uma cadeia de reações, também denominado (Impacto Secundário).
Critério de valor	Positivo (P)	Resulta em um dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental.
	Negativo (N)	Resulta na melhoria de um fator ou parâmetro ambiental.
Critério de dinâmica	Temporário (T)	Possui duração limitada.
	Permanente (PE)	Não cessa num período conhecido, permanecendo mesmo após cessar a ação.
	Cíclico (C)	Quando o efeito se manifesta em intervalos de tempo determinados.
Critério de tempo	Curto prazo (CP)	A ação permanece num curto espaço de tempo.
	Médio prazo (MP)	A ação pode ser cessada após um tempo.
	Longo prazo (LP)	O impacto pode ser considerado irreversível.
Critério de plástica	Reversível (R)	O local pode voltar a ter a paisagem original.
	Irreversível (I)	Após a ação impactante, mesmo com medidas mitigadoras, o local não volta a ter a paisagem original.
Critério de espaço	Local (LO)	Quando afeta apenas a área local do empreendimento.
	Regional (RG)	Quando o efeito extrapola a área de implantação do empreendimento.
	Estratégico (E)	Quando o efeito assume reflexo estadual ou nacional.

Fonte: Oliveira et al., 2015..

processos de degradação no meio abiótico observado na área (Quadro 01).

Após a aplicação do método, os dados foram tabulados e analisados e para elaboração do mapa, foi utilizado o software QGis 2.18 que auxiliaram na análise dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados referentes aos impactos ambientais na paisagem a microbacia do igarapé do Carrapato decorrentes do processo de ocupação do residencial Said Salomão e da Área Especial de Interesse Social (AEIS) são:

- Diminuição do processo de infiltração de água no solo;
- Depreciação da qualidade do solo (retirada de cascalho);

- Danos à microbiota do solo;
- Contaminação e poluição das águas

Pedra Pintada, ressaltar-se que durante o período chuvoso afloram todos os problemas do bairro, em especial os alagamentos, o que pode contribuir para geração de diversos vetores, que podem afetar a saúde dos moradores (Figura 3).

Quadro 02: Classificação dos impactos na área de estudo.

Tipos de impactos ambientais	Classificação dos impactos na paisagem do Igarapé Carrapato				
	Diminuição do processo de infiltração de água no solo	Depreciação da qualidade do solo	Danos à microbiota do solo	Contaminação e poluição das águas superficiais e subterrâneas	Piora no microclima
Ordem	D	D	D	D	D
Valor	N	N	N	N	N
Dinâmica	PE	PE	PE	PE	C
Tempo	MP	LP	LP	MP	CP
Plástica	R	R	IR	R	R
Espaço	L	L	L	L	L

Legenda: D: Direta; I: Indireta; P: Positivo; N: Negativo; T: Temporário; PE: Permanente; C: Cíclico; CP: Curto Prazo; MP: Médio Prazo; LP: Longo Prazo; R: Reversível; IR: Irreversível; LO: Local; RG: Regional; E: Estratégico.

superficiais e subterrâneas;

- Piora no microclima.

Com base no método utilizado, com relação a diminuição do processo de infiltração de água no solo, os resultados demonstram impactos diretos, negativos, permanente, no entanto, se houver intervenção do poder público no que se refere a inserção de políticas de melhorias referentes ao saneamento básico, revitalização de vegetação ciliar os danos poderão ser reversíveis.

Devido ao processo de compactação do solo, aliado a falta de saneamento básico, na área do

proporcionando impactos diretos; negativos; permanentes; a longo prazo e local, podendo ser reversível se houver intervenção do poder local (Figura 4).

Com relação aos danos à microbiota do solo, os impactos são decorrentes da presença de chácaras no entorno da bacia que utilizam pesticidas, além da falta de saneamento na área do Pedra Pintada, com base no método check list verificou-se que os impactos se classificam como: diretos; negativos; permanentes; longo prazo; irreversíveis e local.

Durante o processo de visita in loco, notou-se a possível contaminação e poluição das águas

superficiais e subterrâneas decorrentes do descarte de resíduos sólidos provenientes das residências, banhistas e transeuntes. Menezes, Costa e Costa (2007) destacam que a ocupação desordenada de Boa Vista, promovem sérios impactos nos corpos hídricos comprometendo a qualidade da água através de diversas atividades domésticas como a lavagem de roupas e o lançamento de forma indiscriminada de efluentes domésticos contribuindo para a extinção de lagos, rios e igarapés. Os resultados do método check list resultados foram: diretos; negativos;

Figura 3: Problemas decorrentes dos alagamentos durante o período chuvoso no AIS Pedra Pintada.



Fonte: Alan Chaves/G1 RR, 2018.

Figura 4: Área de extração mineral para construção civil.



Fonte: Autores, 2020.

Figura 5: Área de uso para balneabilidade no igarapé Carrapato, nota-se a presença de resíduos sólidos descartados pelos banhistas.



Fonte: Autores, 2020.

permanentes; médio prazo; reversível e local (Figura 5).

Piora no microclima, devido a retirada da vegetação deixa a área vulnerável a ação dos agentes climáticos, principalmente a chuva, que pela ação da gravidade provoca erosão, lixiviação e transporte de sedimentos para dentro do corpo hídrico proporcionando o empobrecimento do terreno, pela perda de nutrientes orgânicos e físico-químicos.

O igarapé do Carrapato vem sofrendo diversos impactos negativos na sua paisagem ao longo dos anos, decorrentes do processo de ocupação e uso com destaque para presença de chácaras e balneários, e a partir dos anos 2012 o processo de urbanização se iniciou com a inserção de loteamentos e invasões, que se intensificaram com o surgimento do primeiro shopping da cidade

localizado nas proximidades da área de estudo, proporcionando a perda do ambiente natural; espaços de lazer naturais; de educação ambiental e de pesquisa, para expansão urbana sem considerar os impactos do processo de ocupação no entorno da bacia do igarapé Carrapato, proporcionando impacto visual na paisagem e por consequência a perda do valor cênico e a piora na qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o igarapé Carrapato é um corpo hídrico de grande extensão (cerca de 18km) possui importância ecológica e econômica devido as diversas formas uso no se entorno (moradias, agrícola e balneário) e nos últimos anos vem passando por um processo de ocupação mais intensa, em especial devido ao processo de urbanização.

Durante a pesquisa observou-se que a existe influencia significativa do conjunto habitacional Said Salomão e a Área de Interesse Social - Pedra Pintada na paisagem do Igarapé Carrapato, proporcionando diversos impactos ambientais, decorrente do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Os impactos ambientais são resultados da ocupação em muitas vezes de forma inadequada, ou que estão fora do plano diretor da cidade, a falta de fiscalização dos órgãos ambientais, políticas públicas insuficientes, ausência de consciência ambiental, educação ambiental e a exploração da natureza de forma insustentável, e tal influência que acontece é negativa, trazendo assim uma degradação ambiental levando a depreciação da paisagem.

Dessa forma, torna-se necessário a inserção de políticas efetivas de ocupação, uso e educação ambiental que visem à preservação e prevenção de impactos ambientais decorrentes das diversas formas de uso no entorno do igarapé.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, JÚNIOR, A.C.R. Bacia hidrográfica e ordenamento do espaço urbano de Boa Vista-RR. In: BESERRA NETA, L.C.; HOLANDA, E.C. (Orgs.). Geociências de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 97-116.
- BRASIL. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.
- FALCÃO, M.T.; BRUG, I.P.; COSTA, J.A.V. Expansão urbana de Boa Vista / RR e os reflexos sobre os recursos hídricos. Revista Equador (UFPI), Vol. 4, Nº 2, 2015. p. 98 - 113. Disponível em: <<https://ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/viewFile/3208/2068>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- MENEZES, M.E.N.S.; COSTA, M.L.; COSTA, J.A.V. Os lagos do lavrado de Boa Vista - Roraima: fisiografia, fisico-química das águas, mineralogia e química dos sedimentos. Revista Brasileira de Geociências. V.37, n.3. p.478-489, 2007.
- MORALES, J.E. Mudanças na paisagem: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no núcleo histórico de Boa Vista - Roraima. 2020, 148f. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, 2020.
- OLIVEIRA, A. L. de, et. al. Análise Qualitativa dos Impactos Ambientais no Meio Abiótico em um Depósito de Resíduos Sólidos. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11 n.22; p. 184. 2015. Disponível em: , <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/agrarias/analise%20qualitativa%20dos%20impactos.pdf> >. Acesso em: 12 jun. 2020.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: Rima, 2002.
- SILVA, J.B. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade - eis a questão. In: CARLOS, A.F.; LEMOS, A.I.G. (Org.). Dilemas urbanos; novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-34
- VERAS, A.T.R. Produção e reprodução do espaço urbano de Boa Vista - RR. In: HOLANDA, E.C.; BESERRA NETA, L.C. (Orgs.). Geociências na Pan-Amazônia. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p.181-201
- YIAN, R.K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso 2016



CONEXÃO E CONECTIVIDADE DOS ACADÊMICOS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM RORAIMA: DESAFIOS E NECESSIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AULAS REMOTAS.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/866>

CONNECTION AND CONNECTIVITY OF PUBLIC HIGHER EDUCATION ACADEMICS IN RORAIMA: CHALLENGES AND NEEDS FOR IMPLEMENTING REMOTE CLASSES.

Wender Antônio da Silva - Universidade Estadual de Roraima/UERR <https://orcid.org/0000-0002-5705-8372>

Sérgio Mateus - Universidade Estadual de Roraima/UERR <https://orcid.org/0000-0001-8691-7466>

Fernando Albuquerque Costa - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa <https://orcid.org/0000-0001-9604-5542>

Janaine Voltolini de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima - UERR <https://orcid.org/0000-0001-8347-6677>

Melanie Kaline Truquete - Universidade Federal de Roraima/UFRR <https://orcid.org/0000-0001-7947-1857>

RESUMO: No século XXI a internet tem se tornado uma tecnologia decisiva na vida das pessoas, principalmente com o advento da comunicação sem fio, gerando o que se pode chamar de “sociedade em rede”. Porém, existe um descompasso entre as pessoas que possuem acesso às tecnologias digitais e à internet, e aquelas que estão na condição de exclusão digital. Com a pandemia causada pelo novo Coronavírus e, conseqüentemente, com a obrigatoriedade do distanciamento social, o acesso às tecnologias digitais e à internet tornou-se ainda mais necessário. Neste sentido, a partir das definições de conexão e conectividade, este estudo apresenta os resultados de pesquisa realizada com acadêmicos de uma universidade pública do estado de Roraima/Brasil, que verificou a possibilidade e/ou viabilidade da substituição das disciplinas teóricas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação. A pesquisa, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, foi realizada por meio de coleta de dados online, tendo como objetivo conhecer o perfil tecnológico, do ponto de vista de acesso às tecnologias digitais e de conexão e conectividade com a internet dos alunos de graduação e pós-graduação. Os resultados apontam que os acadêmicos entrevistados, de forma geral, possuem acesso aos dispositivos para conexão com a internet, porém, não possuem pacote de dados móveis suficientes para acompanhar aulas por meio de videoconferências. No entanto, a maioria dos acadêmicos entende que as aulas por meio das tecnologias de comunicação e informação se fazem necessárias, confirmando seu interesse em continuar o semestre letivo de forma remota.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais, Aulas Remotas, Conectividade, Acesso à internet.

ABSTRACT: In the twenty first century the Internet has become a key technology in people's lives, especially with the advent of wireless communication, generating what can be called "network society". However, there is a gap between people who have access to digital technologies and the Internet, and those who are in the digital exclusion condition. With the pandemic caused by the new coronavirus, and consequently with the mandatory social distancing, access to digital technologies and the Internet it has become even more necessary. This study presents the results of research carried out by academics from a public university in the state of Roraima / Brazil, which found the possibility and the feasibility of replacing the face-theoretical subjects for classes using media and information and communication technologies. The research, descriptive, with a qualitative approach, was carried out through online data collection, aiming to know the technological profile, the point of view of access to digital technologies and the connection and connectivity to the internet of undergraduate and graduate students. The results show that respondents scholars, in general, have access to devices to connect to the internet, however, do not have sufficient mobile data package to accompany classes through video conferencing. However, most scholars understand that the classes through information and communication technologies are needed, confirming the interest in continuing the academic activities remotely.

Keywords: Digital Technologies, Remote classes, Connectivity, Internet access.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos do século XXI, principalmente nas áreas de telecomunicações e transmissão de dados, impõem à sociedade da informação vários desafios, a exemplo da aquisição de habilidades que permitam lidar com as tecnologias digitais da informação e da comunicação na realização das tarefas diárias. Para além das habilidades e competências necessárias para o uso das tecnologias digitais, é preciso um olhar mais atento aos excluídos digitais. Para Almeida e De Paula (2005, p. 56) a “[...] exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um computador, ou por não saber utilizá-lo (saber ler) ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual convive-se no dia-a-dia”.

Observa-se que a exclusão digital também afeta grupos de pessoas que não possuem conectividade ou aqueles em que a conexão com a *internet* se torna complexa ou com baixa velocidade de navegação. Neste sentido, “a exclusão digital nos países em desenvolvimento está fortemente relacionada às desigualdades sociais” (Silva, 2018, p. 52), isto porque “[...] os fatores da exclusão social aprofundam a exclusão digital e a exclusão digital contribui para o aumento da exclusão social” (Almeida; De Paula, 2005, p. 66), ou seja, os “fatores de exclusão social existentes interagem com a exclusão digital” (Park, et al, 2015, p. 3632 – tradução nossa).

Com a obrigatoriedade do distanciamento social a partir da pandemia do novo Coronavírus – Covid19, as tecnologias digitais tiveram destaque em quase todas as áreas da vida, especialmente do trabalho e dos estudos. No caso das crianças e adolescentes, estes passaram a estudar em casa por meio de aulas *online*; no caso dos adultos, passaram a utilizar o teletrabalho em grande parte do serviço público ou, no caso de comerciantes, por exemplo, tiveram que lançar mão das mídias sociais para criação de lojas virtuais, comunicação com clientes e realização de vendas, fazer pagamentos e recebimentos etc.

Na educação, em especial no ensino superior, as tecnologias vêm sendo utilizadas em diversas metodologias e estratégias de ensino para a realização de aulas remotas, o que reforça a necessidade de uso de dispositivos computacionais para acesso à *internet*, democratizando o acesso à informação, uma vez que a rede mundial de computadores “oferece um vasto campo para a pesquisa científica, estudos e autoaprendizagem, bem como abre a possibilidade para trabalhos colaborativos com pessoas geograficamente separadas” (Silva, 2018, p. 94).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no mês de abril de 2020 sobre o perfil tecnológico dos acadêmicos de graduação e pós-graduação de uma instituição pública do estado de Roraima/Brasil, no sentido de entender quais condições são necessárias para que estes alunos consigam participar de aulas remotas por meio das tecnologias de informação e de comunicação. A pesquisa é justificada pela necessidade de compreensão do perfil destes acadêmicos, visando atender o instituído pela Portaria do MEC nº 343/2020 (Brasil, 2020) e Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 007/2020 (Roraima, 2020) que recomendam, diante do aumento do número de pessoas infectadas no estado de Roraima pelo Covid-19, a realização de aulas remotas por meios e tecnologias de informação e de comunicação.

Contextualizando o estudo, destaca-se que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2018), no ano de 2018, a *internet* chegava em oito de cada dez domicílios do país. Destes, nas residências em que não havia utilização da *internet*, os motivos que mais se destacaram para esta não utilização foram: 35,7% por falta de interesse em acessar; 25,4% pelo alto custo do serviço de acesso à *internet*; 24,3% por falta de habilidades e competências digitais.

A PNAD (IBGE, 2018) revela ainda que, na região Norte do Brasil, 65,7% da população possuem acesso à *internet*. Destes, cerca de 99,2% utilizam o telefone móvel, seguido pelo

microcomputador com 48,1%, demonstrando que os aparelhos de telefonia móvel são os principais meios de acesso à *internet*; no estado de Roraima/Brasil, a telefonia móvel representa 98,4% dos acessos realizados.

Apesar de o estado ter o telefone móvel como principal meio de acesso à *internet*, a pesquisa revelou que Roraima teve uma queda na aquisição destes aparelhos se comparado aos anos anteriores. Ao pensar em conexão e conectividade aliados ao processo educativo, entende-se que os dispositivos móveis possuem características que dificultam a realização de atividades remotas, pois é preciso entender que “cada tecnologia tem a sua especificidade e precisa ser compreendida como um componente adequado no processo educativo” (Kenski, 2012, p. 57) e mesmo entendendo o avanço tecnológico dos telefones móveis, estes ainda não oferecem as mesmas condições de acesso à *internet*, de processamento de dados e de facilidade de produção acadêmica, tornando-se um fator de atenção quando da utilização nos processos educacionais.

Sendo assim, os fatores que podem influenciar de forma negativa à realização de atividades por meio das aulas remotas podem estar relacionados à exclusão digital, bem como da relação com a infraestrutura inadequada, questões de adoção de *internet* e banda larga e, por fim, a falta de motivação e engajamento digital. Assim, este trabalho realiza uma análise do perfil dos acadêmicos de uma universidade pública do estado de Roraima/Brasil, no sentido de entender qual sua relação com as tecnologias digitais de comunicação e informação e como estes alunos percebem e recebem a proposta das aulas remotas. A partir das informações obtidas com a pesquisa, foi possível ter uma visão ampliada das possibilidades de gestão acadêmico-administrativa no tocante ao perfil dos acadêmicos a respeito do uso de tecnologias de informação e de comunicação como ferramenta de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

No tocante à metodologia, parte-se do

pressuposto de que toda pesquisa é uma produção social e coletiva, já que permite melhor compreensão da realidade pesquisada e, portanto, deve ser disponibilizada, a fim de cumprir o seu papel social, permitindo entender o objeto, os fatos que o envolvem e suas particularidades (Silva, 2018).

Como o objetivo da presente pesquisa, foi melhor compreender o perfil dos acadêmicos de uma universidade pública do estado de Roraima/Brasil no tocante ao uso de tecnologias de informação e, de comunicação e de acesso à *internet* como ferramentas de ensino-aprendizagem, a pesquisa qualifica-se como qualitativa, já que possibilita compreender melhor as informações obtidas no levantamento dos dados e mensurar os percentuais de alunos que teriam condições, a partir das respostas obtidas, de uso de tecnologias de informação e de comunicação, bem como acesso à *internet* como ferramentas de ensino-aprendizagem. Neste sentido, a pesquisa qualitativa permite “compreender a perspectiva dos participantes sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade” (Sampieri; Collado e Lucio, 2013, p. 376).

Ao analisar, entender e relatar o perfil tecnológico de uma amostra de acadêmicos em um universo de sujeitos, a pesquisa é do tipo descritiva, pois busca visualizar e descrever a realidade tecnológica e de acesso à *internet* deste grupo, cujo objetivo é levantar dados que auxiliaram a gestão da universidade sobre as aulas remotas durante o período de distanciamento social para prevenção ao Covid-19.

No tocante aos procedimentos técnicos (modo de obtenção dos dados), classifica-se como de levantamento, porque realiza a solicitação de informação aos acadêmicos de uma universidade pública do estado de Roraima/Brasil, utilizando-se um questionário elaborado por meio do Google Formulários como instrumento de coleta dos dados, assim como a exportação para uma planilha

eletrônica que melhor possibilitou a organização, tabulação e análise dos dados coletados, facilitando a descrição das características e dos fenômenos da amostra. Desta forma, a realização desta pesquisa ocorreu em duas etapas básicas: a) na primeira, realizou-se a elaboração e disponibilização de um formulário de pesquisa; e b) na segunda etapa, operou-se a organização, tabulação e análise dos dados e produção de relatório final.

Sendo assim, compreendendo que “[...] na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com representatividade numérica [...]”, mas sim, “[...] com o aprofundamento da compreensão de um grupo social [...]” (Goldenberg, 2004, p. 14), utilizou-se a técnica de entrevistas por meio de questionário fechado, que foi apresentado e respondido com auxílio de uma plataforma *online*.

A pesquisa foi realizada entre os dias 17 e 24 de abril de 2020, por meio de questionário elaborado no Google Formulários e disponibilizado no Sistema Acadêmico a todos os alunos de graduação e pós-graduação ativos da instituição de ensino superior, sendo solicitada, preferencialmente, a participação dos acadêmicos matriculados no semestre 2020.1. As informações fornecidas pelo Departamento de Registro Acadêmico e obtidas com as respostas dos participantes da pesquisa foram organizadas, tabuladas e analisadas com o auxílio da Coordenação do Núcleo de Educação a Distância – NEaD.

Ressalta-se que a opção pela coleta dos dados por meio de um sistema *online*, vinculado ao sistema de registro acadêmico, deu-se em atendimento às normas da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde do Brasil e pela implementação do Plano Institucional de Prevenção ao Covid-19 da universidade, que previa o distanciamento social e a suspensão de todas as atividades letivas. Para além do distanciamento social, entende-se que o sistema de registro acadêmico é um ambiente informatizado e com o qual os acadêmicos já estão familiarizados, pois é por meio deste que realizam consultas a notas, frequências, matrículas e realizam requerimentos

diversos, ou seja, bem como indica Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 417), “a coleta de dados qualitativa deve acontecer nos ambientes naturais e cotidianos dos participantes ou unidades de análise”.

O universo da pesquisa é composto por 2.006 alunos matriculados no semestre 2020.1, sendo que destes, 1.674 estão vinculados aos cursos de graduação e 332 nos cursos de pós-graduação, que incluem mestrados e especializações. Os alunos da graduação estão divididos em 1.086 matriculados em cursos de bacharelado e 588 nos cursos de formação de professores (licenciatura). Já para a pós-graduação, contabilizam-se 172 acadêmicos dos cursos de especialização (*lato sensu*) e 160 dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrados.

A amostra da pesquisa é composta por 1.181 participantes, sendo 941 alunos dos cursos de graduação, 80 dos cursos de especialização e 160 dos cursos de mestrado. Verifica-se que, do universo de 2.006 alunos matriculados no semestre 2020.1, não responderam à pesquisa 733 alunos dos cursos de graduação e 92 alunos dos cursos de especialização, representando 44% e 54%, respectivamente. O universo de alunos dos cursos de mestrado coincidiu com a amostragem, representando 100% de participação.

Na elaboração do questionário, buscou-se, inicialmente, conhecer os participantes da pesquisa verificando a qual curso estavam vinculados e se eram estudantes de graduação, especialização, mestrado profissional ou acadêmico. Desta forma, o questionário foi aplicado a 37 cursos, sendo 24 graduações presenciais (bacharelados e licenciaturas), 9 especializações presenciais (*lato sensu*) e 4 mestrados (*stricto sensu*). Ademais, no instrumento de pesquisa foi considerada a necessidade de entender as condições dos acadêmicos da instituição pública de ensino superior ao acesso a computadores (de mesa e portáteis) e telefones móveis conectados à *internet*, bem como, de verificar como ocorre a conexão e a conectividade com a rede mundial de computadores.

Para apreender o perfil de acesso às tecnologias digitais básicas e a *internet*, questionou-se se os entrevistados tinham acesso a computadores em casa (possibilidades de resposta: sim, com acesso à *internet*; sim, sem acesso à *internet*; não possuo computador). Para aqueles que afirmaram ter computadores com acesso à *internet* questionou-se qual a configuração da *internet* (possibilidades de resposta: menor do que 2 *megabytes*; maior do que 2 *megabytes*; *internet* via fibra ótica; não tenho *internet*; não sei responder, mas tenho *internet*).

Ainda, para os entrevistados que possuem acesso a computadores em casa, questionou-se quais tipos de periféricos estariam disponíveis para auxiliar nas aulas remotas (possibilidades de resposta: *webcam*; microfone; *headphone* com microfone; *headphone* sem microfone; não sei responder). Desta forma, o objetivo destas questões foi identificar aqueles que possuem acesso à *internet* por meio de computadores e qual a configuração de *internet* para o acesso aos dados. Tais informações são importantes para o planejamento e a tomada de decisão da gestão pedagógica e administrativa da universidade, pois o Núcleo de Educação a Distância - NEaD incentiva a utilização do *Moodle* como ferramenta de apoio às aulas presenciais e, em momentos de aulas remotas, orienta os docentes a utilizarem as salas virtuais baseadas neste Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, bem como seu sistema de videoconferência.

A partir da percepção da potencialidade dos telefones móveis (*smartphones*) e aparelhos portáteis (como *tablets* e *notebooks*) serem utilizados no processo ensino-aprendizagem por meio de inúmeros aplicativos sociais e *softwares* educacionais (Silva, 2018), também foi verificado junto aos respondentes se eles possuem telefones móveis (possibilidades de resposta: sim, com acesso à *internet*; sim, sem acesso à *internet*; não possui telefone móvel), sendo que para os que afirmaram que possuem este tipo de aparelho com conexão à rede mundial de computadores, verificou-se a configuração de seu pacote de dados (possibilidades de resposta: pacote pós-pago menor

que 10 *gigabyte* por mês; pacote pós-pago maior que 10 *gigabyte* por mês; pacote pré-pago menor que 10 *gigabyte* por mês; pacote pré-pago maior que 10 *gigabyte* por mês; não sei responder, mas possuo *internet*; não tenho *internet* no telefone móvel). O objetivo desta verificação foi identificar se os participantes possuem condições de manter uma frequência no acesso a videoconferências por meio dos dados móveis, uma vez que a videoconferência figura atualmente como uma das principais ferramentas em substituição às aulas presenciais.

Na segunda seção do questionário, buscou-se conhecer a frequência com que os participantes da pesquisa utilizam computadores (possibilidades de resposta: em casa, no trabalho, na universidade, em *lan house*, casa de amigos ou casa de familiares) e a *internet*, bem como captar quais são os espaços mais utilizados para realizar os acessos (possibilidades de resposta: em casa, no trabalho, na universidade, em *lan house*, redes públicas, casa de familiares, casa de amigos, *shoppings*, bares e restaurantes). Para a pesquisa, importa entender qual percentual de alunos são mais experientes na utilização de computadores e no acesso à rede mundial de computadores, pois estes dados podem, a priori, indicar um caminho explicativo da relação dos entrevistados com as tecnologias digitais e o acesso às redes.

Concebendo que as aulas remotas poderiam ser realizadas por meio da execução de atividades que deveriam ser entregues por meio digital, utilizando-se para isso as diversas mídias sociais, as redes de compartilhamento de vídeos, blogs, wikis, videoconferência ou mesmo a utilização de *softwares* de busca na *internet*, para a última seção do questionário verificou-se qual a percepção dos entrevistados sobre o uso destas mídias, *softwares* e redes de compartilhamento para realização das aulas remotas, ou seja, foi verificado se teriam condições de acessar as aulas de seu curso (graduação ou pós-graduação) de forma remota, por meio de aplicativo de videoconferência, utilizando computador ou telefone móvel (possibilidades de resposta: sim, totalmente; não, sem possibilidade; não tenho certeza, mas posso tentar).

Vinculada a esta última questão, foi perguntado aos participantes que afirmaram que iriam utilizar o telefone móvel para acessar as atividades remotas, se teriam disponíveis pacote de dados de 10 *gigabytes* por mês para acessar as aulas remotas e as videoconferências (possibilidades de resposta: sim, totalmente; não, sem possibilidade; não tenho certeza, mas posso tentar).

Diante deste levantamento, foi possível entender a capacidade dos participantes de manter uma frequência de acesso às aulas remotas e, também, nas videoconferências, pois sabe-se que estas consomem uma quantidade importante de dados móveis.

A análise dos dados observou o preenchimento obrigatório do número de matrícula dos participantes, realizando-se criterioso cotejamento com os números de matrícula assentados no sistema de registro acadêmico, e adotou como critério de exclusão as matrículas inválidas e as respostas duplicadas. Do total de 1.285 respostas, 5 constavam como matrículas inválidas e 99 duplicadas, resultando em 1.181 respostas consideradas válidas.

O critério para exclusão dos dados levou em consideração os dados informados equivocadamente ou duplicados. Para os dados duplicados, foi preservada para a análise sempre a última inserção no formulário e para os itens preenchidos equivocadamente em mais de um curso (graduação, especialização e mestrado), optou-se por manter apenas a resposta que informava a maior titulação, desconsiderando-se as respostas dos participantes com matrículas inválidas.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a análise, destaca-se que o formulário que visava identificar o perfil de acesso à *internet* pelos acadêmicos de uma universidade pública do estado de Roraima/Brasil possui 26 questões que incluem informações como matrícula, e-mail, curso de graduação/especialização ou

mestrado. A partir da questão de número seis, verifica-se se o acadêmico possui computador em casa e se este computador possui acesso à *internet* e periféricos, como *webcam* e *headphone* com microfone. Para a questão número nove, verifica-se o acesso a telefones móveis e se estes possuem acesso à *internet*, bem como a configuração do pacote de dados disponíveis. A seguir, verifica-se a frequência com que os acadêmicos utilizam computadores e em quais locais.

Também se verificou a frequência da utilização de *internet wifi* e em quais locais este acesso ocorre. Nas questões 25 e 26, verifica-se junto aos respondentes se eles teriam condições de acessar as aulas de seu curso de graduação ou pós-graduação de forma remota, por meio de videoconferência, utilizando um computador ou telefone móvel e se os acadêmicos teriam pacotes de dados ou *wifi* que suportassem a participação de videoconferências semanais, com duração média de quatro horas, durante todo o distanciamento social.

Neste sentido, conforme gráfico 1, ao questionar os acadêmicos se tinham computador em casa, percebe-se que 68% dos respondentes afirmaram que tinham computador em casa com acesso à Internet, outros 21% afirmaram que não possuem computadores e outros 11% afirmaram que tinham computador sem conexão à Internet.

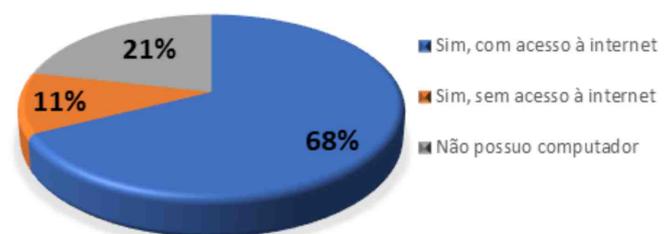


Gráfico 1: questão – possui computador em casa
Fonte: os autores

Apesar de 68% dos entrevistados afirmarem que possuem computador em casa e com acesso à *internet*, percebe-se que um percentual de 32% não tem acesso à *internet* por meio de um computador. Para os 68% dos entrevistados que afirmaram que tinham acesso a computadores com *internet*, conforme gráfico 2, questionou-se qual o tipo de conexão e a configuração de seu pacote de dados. Percebeu-se que a maioria, ou seja, 43% possuem

conexão por meio de fibra ótica, outros 23% possuem pacote de dados com mais de 2 *megabytes* de dados; 14% possuem *internet*, mas não sabem responder sobre qual tipo de configuração e outros 9% possuem *internet* com configuração de dados menor do que 2 *megabytes*.

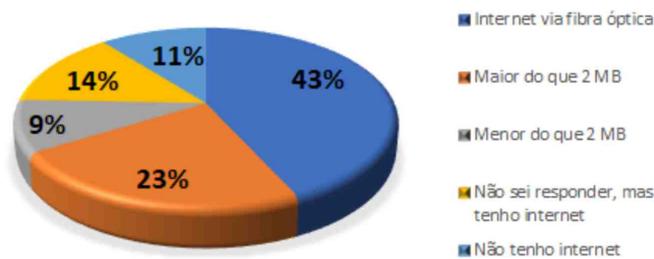


Gráfico 2: questão – configuração da *internet*
Fonte: os autores

Observa-se que 34% dos entrevistados estão na faixa dos que não possuem ou desconhecem a configuração de sua *internet* ou possuem pacote de dados menor do que 2 *megabytes*, o que poderá inviabilizar a realização de aulas remotas por meio de videoconferência, pois a qualidade do acesso à *internet* é determinante para estabelecer a frequência de uso, bem como a possibilidade de participação em atividades de tempo real. Neste sentido, complementando o raciocínio de Sorj e Guedes (2005), entende-se que a falta de qualidade no acesso à *internet* pode contribuir para a exclusão digital, ou seja “a qualidade do serviço também é importante porque algumas atividades *online* exigem conexões de alta velocidade” e assim, “ter acesso contínuo e de alta qualidade é crucial para o engajamento digital” (Mossberger; Tolbert; Mcneal, 2008 citado por Park, et al, 2015, p. 3638 – tradução nossa)

Conforme gráfico 3, ao questionar sobre o acesso a telefone móvel (*smartphone*), nota-se que 87% dos entrevistados possuem aparelhos móveis conectados à *internet*, o que corrobora os dados da PNAD (IBGE, 2018). Outros 4% não possuem e 9% possuem telefones móveis sem acesso à *internet*. Desta forma, observa-se que 13% dos entrevistados não possuem acesso à *internet*, seja por telefone móvel, seja por meio de computadores. Para este grupo, a maioria possui telefone móvel para ligações de voz convencionais e raramente fazem aquisição de dados móveis “pré-pagos”, pois

apesar de entender que a “[...] *internet* móvel influencia, complementa ou substitui o uso da *internet* por linha fixa entre vários grupos da população [...]”, as “[...] diferenças de preços tornam as redes de banda larga móvel um substituto caro para a conectividade de linha fixa” (Park, et al, 2015, p. 3638 – tradução nossa).

Sobre este aspecto, em pesquisa realizada em 2018 com alunos dos cursos de formação de professores desta mesma Instituição Pública de Ensino Superior, percebeu-se que o telefone móvel (*smartphone*):

[...] é uma ferramenta que está sempre presente na sala de aula e que os discentes de forma geral, possuem as habilidades necessárias para manuseá-lo. Outro ponto de destaque é que, de forma geral, os alunos lidam bem com as redes sociais, porém, quando se trata de aplicativos voltados para o processo ensino-aprendizagem, não há interesse ou existe pouca habilidade para a utilização de tais ferramentas (Silva, 2018, p. 121).

Logo, neste contexto de pandemia do Covid-19 e consequente necessidade de distanciamento social e instituição de aulas remotas, entende-se que “[...] não basta ter acesso a novas tecnologias; é preciso, sobretudo, saber como utilizá-las [...]” (Jacon, 2014, p. 2).

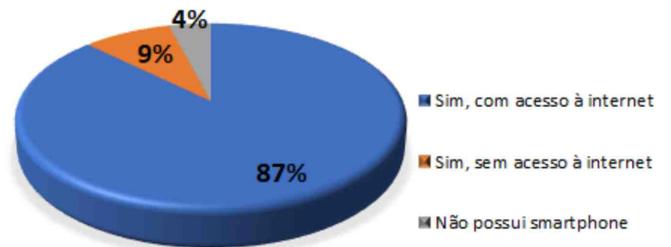


Gráfico 3: questão – possui telefone móvel
Fonte: os autores

Ao questionar sobre a configuração do pacote de dados para acesso à *internet* com telefone móvel, conforme gráfico 4, observou-se que 31% não sabem responder ao questionamento, o que nos leva a entender que este grupo possui dificuldade de compreender os conceitos e termos técnicos sobre a forma com que se conecta à *internet*.

Neste contexto, a exclusão digital é um conceito que diz respeito às extensas camadas sociais que ficaram à margem do fenômeno da

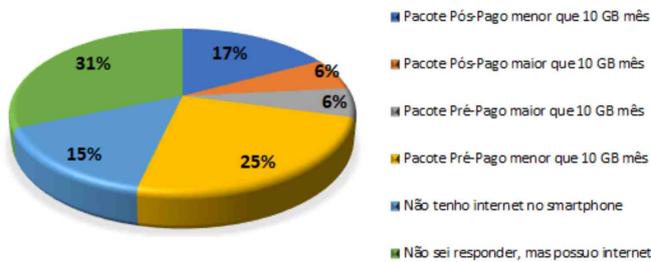


Gráfico 4: *questão* – configuração do pacote de dados
 Fonte: os autores

sociedade da informação e da extensão das redes digitais e, desta forma, deve-se “[...] considerar não somente o número de usuários e não-usuários, mas também a intensidade do uso, tanto na qualidade do acesso (baixa e alta velocidade) como no tempo efetivamente disponível” (Sorj; Guedes, 2005, p. 114) e, complementarmente, acredita-se que se encaixa neste contexto o grupo de usuários que não possui as habilidades básicas para entender e escolher a definição de um pacote de dados móveis.

Ao solicitar a opinião dos participantes sobre a possibilidade de realização de aulas remotas, quando se questionou as condições de acesso à *internet* para acessar aplicativos de videoconferência por meio de computador ou telefone móvel, percebeu-se que 49% dos entrevistados afirmaram ter condições de acesso, contra 13% que acreditam não ter nenhuma condição de acesso e outros 38% que não possuem certeza, mas queriam tentar. É importante notar que 51% dos entrevistados afirmam que não possuem condições ou certeza de que terão condições de realizar as aulas remotas por meio de videoconferência, conforme gráfico 5.

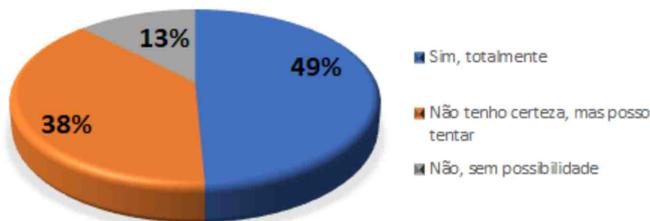


Gráfico 5: *questão* – condições de realizar videoconferência
 Fonte: os autores

Neste sentido, “considerando-se o contexto educacional, é relevante, na sociedade da informação, o conceito de excluídos digitais ao se pensar no uso de novas tecnologias, principalmente

em sala de aula” (Silva, 2018, p. 51), bem como para entender os fenômenos relativos à ausência ou à baixa conectividade, principalmente em tempos de distanciamento social, quando a conexão torna-se necessária para a realização das atividades diárias, em especial as aulas remotas, ou seja, “a exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, limitado ao universo dos incluídos e excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara seus múltiplos aspectos” (Sorj; Guedes, 2005, p. 103).

Ao questionar se o pacote de dados de *internet* dos participantes suportaria a sua participação em aulas remotas, considerando que para participar de videoconferências diárias, com duração de 4 horas, estima-se a necessidade de 10 *gigabytes* de pacote de dados por mês, percebeu-se que os valores das respostas não seguiram a tendência do gráfico 5, sendo que apenas 38% dos entrevistados afirmaram ter pacote de dados de *internet* suficiente para realizar as aulas remotas por meio de videoconferência. Por outro lado, o percentual dos que afirmam não ter nenhuma possibilidade subiu para 22%. Já o percentual dos entrevistados que não tem certeza, mas desejaria tentar realizar, continua na mesma linha, com 40%, conforme gráfico 6.

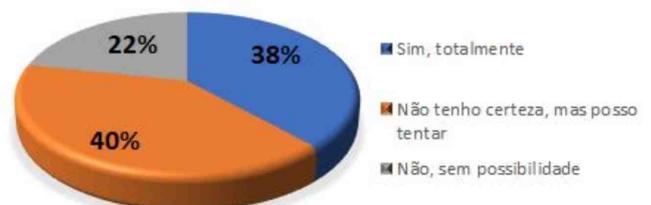


Gráfico 6: *questão* – configuração de pacote de dados
 Fonte: os autores

Ao analisar os dados acima, percebe-se que o fato de ter computador ou telefone móvel conectado à *internet* não habilita os acadêmicos a terem condições técnicas para realização de aulas remotas, pois “[...] em particular à utilização das tecnologias digitais que têm a Internet a sua base de sustentação e ação e, em especial, das ferramentas que [...] permitem a interação, a conversação, a discussão e o trabalho cooperativo, em tempo real [...]” (Costa, 2012, p. 60), necessitam não apenas de conexão, mas de conectividade de alta velocidade. Neste aspecto, percebe-se que o fato de

ter conexão não reflete uma boa conectividade para a realização de atividades virtuais mais complexas, tais como as videoconferências e a execução contínua de videoaulas ou videotutoriais.

Outras informações colhidas e analisadas nesta pesquisa destacam que, em relação à conectividade e à conexão por meio do telefone móvel, 80% dos entrevistados possuem pacote de dados pré-pagos e que estes não ultrapassam os 3 *gigabytes* e, neste contexto, percebe-se que “as novas tecnologias tornaram-se parte integrante da sociedade contemporânea e está ultrapassada a ideia de que os computadores seriam inacessíveis à maioria das pessoas” (Costa, 2004, p. 36). Porém, percebe-se que na pesquisa realizada, apenas 44% dos entrevistados afirmaram ter *webcam*, *headphone* e microfone como periféricos em funcionamento.

Em relação à frequência em que os entrevistados utilizam computadores, perceberam-se duas grandezas: metade possui uma frequência alta de utilização em casa e a outra metade possui uma frequência baixa de utilização de computadores em casa, ou seja, 19,8% contra 21,9%. Também se observa que os entrevistados possuem uma baixa frequência de utilização de computadores na universidade, no trabalho, na casa de familiares e amigos.

Já em relação à utilização da *internet*, em especial, a *wifi*, a grande maioria possui uma alta frequência na utilização em casa e, por outro lado, possuem baixa frequência na utilização no trabalho, universidade, redes públicas, casa de amigos, casa de familiares, *shoppings*, bares e restaurantes. Supõe-se que a baixa frequência na utilização de computadores e de acesso à *internet* na universidade, talvez seja o resultado da falta de investimento governamental e de políticas públicas para a aquisição de laboratórios de informática e rede de *internet* sem fio e de acesso rápido nos campi desta instituição, pois baseadas nas questões de capacidade puramente econômicas e de recursos financeiros, o investimento em tecnologias digitais aplicadas ao processo educacional é visto como sendo “[...] muito dispendiosas não só em termos de

investimento inicial (instalação de infraestruturas, aquisição de computadores e periféricos, aquisição de software, etc.), como do investimento resultante da rápida desatualização dessas tecnologias [...]” (Costa, 2004, p. 36).

Neste contexto, observa-se que o perfil de acesso à *internet* dos acadêmicos entrevistados possui forte probabilidade de comprometimento da realização de aulas remotas por meio de videoconferência, uma vez que tende a não atender a todos os alunos, embora esse número possa ser diferente no âmbito de cada turma dos cursos, com variações para mais ou para menos, o que não foi objeto de estudo desta pesquisa.

Em última análise, destaca-se que 825 acadêmicos não realizaram a pesquisa proposta e, neste sentido, cabe à reflexão do motivo das abstenções. Em um contexto de análise documental percebe-se que uma grande quantidade de alunos são oriundos dos municípios mais afastados da capital ou mesmo de áreas rurais, sendo mais complexa a situação de acesso à *internet* nestes locais do que na área urbana da capital Boa Vista (embora esta também tenha questões problemáticas na oferta da *internet*, tanto em relação à velocidade quanto de conectividade). Logo, volta-se à situação da falta de acesso à *internet*, seja por meio de computadores, seja por meio de telefones móveis, o que traz novamente a questão das “[...] preocupações de não haver serviço de *internet* nas áreas rurais” e em municípios afastados dos grandes centros onde a exclusão digital é um fator a ser refletido em “[...] relação ao impacto do isolamento social e econômico” (Park, et al, 2015, p. 3636 – tradução nossa).

Para além do distanciamento social e o uso das tecnologias impostas para o momento, o acesso à *internet* alcança hoje, conforme expõe Costa (2012, p. 60), grande potencial “[...] em termos de comunicação e interação entre as pessoas e da enorme facilidade de distribuição e atualização da informação e do conhecimento [...]”. Contudo, sua utilização está, ainda, aquém do desejado em todas as áreas do conhecimento, uma vez que são carentes os investimentos nesta área voltados às

universidades públicas do estado de Roraima e que cabe, sobretudo, aos governos, o estabelecimento de metas para esta área, uma vez que não se trata de pensar nisso como um investimento em tecnologia, mas, principalmente, em inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, os dados apresentados pela pesquisa mostram que a realidade dos acadêmicos quanto ao uso de tecnologias de informação e de comunicação, assim como o acesso à *internet* como ferramenta de ensino-aprendizagem, seja por meio de computadores ou telefones móveis, está aquém das especificações para realização de aulas remotas. Logo, a realização de atividades remotas em substituição a aulas presenciais não pode ignorar a impossibilidade de participação de parte significativa dos alunos nas atividades acadêmicas *online*.

A substituição de aulas presenciais por atividades pedagógicas remotas, a fim de minimizar os prejuízos e salvaguardar a possibilidade dos acadêmicos não perderem o semestre letivo deve estar pautada em uma gestão administrativo-pedagógica de desenvolvimento de competências e habilidades que não aumente as desigualdades educacionais geradas pela ausência de políticas públicas estatais de acesso à *internet* e uso de tecnologias de informação e comunicação como um direito diametralmente ligado ao direito fundamental à educação, de forma que leve em consideração que as limitações de acesso dos estudantes a essas tecnologias invocam a realização de políticas públicas inclusivas, que promovam o respeito às diferenças e não reforcem as desigualdades de oportunidades educacionais.

Sendo assim, as metodologias e atividades pedagógicas a serem eleitas para a substituição das aulas presenciais melhor prestigiarão o direito fundamental à educação se decididas por cada professor em conjunto com os alunos das respectivas turmas, já que devem ser democratizadas e atender as particularidades de cada caso, para que não promovam retenção, evasão ou desigualdades educacionais a qualquer

pretexto, compreendendo que o processo ensino-aprendizagem pode ir além dos limites da sala de aula, abrangendo toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica do planejamento da aula que contemple o conteúdo programático do curso, uma forma de controle de frequência, avaliação e efetiva orientação pelo professor, que poderá se valer de meios digitais, como videoaulas, conteúdos organizados em ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico etc., e também de material didático impresso com orientações pedagógicas e de leituras, pesquisas, atividades, trabalhos e exercícios de fixação de conteúdo disponibilizados aos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lília Bilati de; DE PAULA, Luiza Gonçalves. O retrato da exclusão digital na sociedade Brasileira. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, Volta Redonda, v.2, n.1, p. 55-67, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jistm/v2n1/05.pdf>>. Data de acesso: 08 de março de 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.
- COSTA, Fernando Albuquerque. Comunidades Virtuais de Aprendizagem: traços, perspectivas de estudo e desafios às instituições educativas. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.30, n.1, p.59-75, jan/abr. 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n1p59>>. Data de acesso: 23 de novembro de 2020.
- COSTA, Fernando Albuquerque. O que justifica o fraco uso dos computadores na escola. *Revista Diálogo Educacional*, v.4, n.12, p.35-47, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.7213/rde.v4i12.6926>>. Data de acesso: 23 de novembro de 2020.
- GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8.

ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 48, 2015, Kauai.

Proceedings IEEE: Computer Society, 2015. v.1, 5488 p. PARK, Sora; FREEMAN, Julie; MIDDLETON, Catherine; ALLEN, Matthew; ECKERMANN, Robin e EVERSON, Richard. Disponível em <<https://www.computer.org/csdl/proceedings/hicss/2015/12OmNyr8Yts>>. Data de acesso: 15 de novembro de 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.

JACON, Liliane da Silva Coelho. Dispositivos Móveis no Ensino de Química: o professor formador, o profissional de informática e os diálogos possíveis. 2014. 158f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Rede Amazônica de Educação em Ciência e Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2014. Disponível em <<https://ufmt.br/curso/ppgcienciassaude/userfiles/publicacoes/1d84a2625ac1a81eba1803d411d7a600.pdf>>. Data de acesso: 15 de novembro de 2020.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

RORAIMA, Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 07/2020, de 07 de abril de 2020. Dispõe sobre normatização do regime especial de aulas não presenciais para Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Roraima, em caráter excepcional, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades competentes na prevenção e combate ao Novo Coronavírus – SARS-Cov2. Disponível em <<http://www.cee.rr.gov.br/index.php/videos/send/26-resolucoes-2020/465-resolucao-n-07-2020>>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Wender Antônio da. Tecnologias digitais no

processo ensino-aprendizagem: habilidades necessárias para a construção do conhecimento científico no estado de Roraima. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso, Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Cuiabá, 2018. Disponível em <<https://ufmt.br/curso/ppgcienciassaude/userfiles/publicacoes/8d657b7f1cf53d7fa4294dab7702a0c6.pdf>>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Revistas Novos estudos, São Paulo, v.1, n.72, p.101-117, jul. 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>>. Data de acesso: 22 de novembro de 2020.



EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA EM TEMPOS DE COVID-19: O CONTEXTO DO ESTADO DA BAHIA.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/834>

FIELD EDUCATION AND DISTANCE EDUCATION IN COVID-19 TIMES: THE CONTEXT OF THE STATE OF BAHIA.

Antônio Domingos Moreira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>
Jamile de Souza Soares - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia <https://orcid.org/0000-0003-3732-5274>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da Educação do Campo, com a implantação da Educação à Distância - EaD em tempos de Covid-19 no contexto do estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa realizada a partir de um questionário pelo grupo GEPEDMDECC - UESB com perguntas abertas e fechadas por 756 educadores da Educação Básica e Superior, no período de maio de 2020. Diante desta realidade sobre a pandemia da Covid-19, com a execução de aulas à distância pelos professores das escolas do campo, tentam aproximar as informações necessárias de modo que o aluno tenha o mínimo necessário de aprendizagem nesse contexto de desigualdades educacionais. Assim sendo, os resultados da pesquisa demonstraram que existem carências nos investimentos das políticas públicas da Educação do Campo, que é uma modalidade de ensino que precisa de um olhar especial. Nessa vertente, os dados mostraram as principais problemáticas reveladas pelos professores, à ausência de direitos básicos dos estudantes, principalmente, nesse período do novo Coronavírus, por meio de aulas remotas. Contudo, a pandemia da Covid-19 vivenciada no contexto do estado da Bahia, faz-se necessário o ensino remoto, porém, potencializa as injustiças sociais e a precarização do sistema educacional.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação à Distância, Covid-19, Desigualdades Educacionais.

ABSTRACT: This work aims to analyze the impacts of Field Education, with the implementation of Distance Education - Distance Education in Covid-19 times in the context of the state of Bahia. This is a qualitative and quantitative research carried out based on a questionnaire by the GEPEDMDECC - UESB group with open and closed questions by 756 educators in Basic and College Education, in the period of May 2020. Faced with this reality about the pandemic of Covid-19, with the execution of distance classes by teachers from field schools, try to bring together the necessary information so that the student has the minimum necessary learning in this context of educational inequalities. Therefore, the results of the research demonstrated that there are shortcomings in the investments of public policies in Field Education, which is a teaching modality that needs a special look. In this regard, the data showed the main problems revealed by teachers, the lack of basic rights of students, especially in this period of the new Coronavirus, through remote classes. However, the Covid-19 pandemic experienced in the context of the state of Bahia, remote education is necessary, however, it enhances social injustices and the precariousness of the educational system.

Keywords: Field Education, Distance Education, Covid-19, Educational Inequalities.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz discussões sobre a Educação do Campo e a Educação à Distância – EaD, no estado da Bahia, com a chegada da pandemia sobre a Covid-19, imensos aos desafios para todos os setores no mundo. Na tentativa de reduzir a ampla disseminação do novo Coronavírus, medidas de distanciamento social têm sido adotadas pelos países, e ainda não se sabe exatamente quando deixarão de ser necessárias.

Seguindo os protocolos da Organização Mundial de Saúde - OMS, as secretarias de educação juntamente com o Ministério da Educação - MEC, no Brasil, usam medidas que desencadearam para o fechamento de escolas públicas e particulares, com interrupção de aulas presenciais. Já são 91% do total de alunos do mundo e mais de 95% da América Latina que estão temporariamente fora da escola devido a Covid-19. Para trazer algumas considerações sobre a Covid-19, importante frisar que o primeiro caso do novo Coronavírus, se deu a partir do alerta que o governo chinês fez com o surgimento desse vírus, que foi identificado no dia 31 de dezembro de 2019.

A doença respiratória chamada Covid-19, é causada pelo agente etiológico denominado SARS-CoV-2. Esta enfermidade surgiu inicialmente na China, em dezembro de 2019, rapidamente se espalhou pelo país e pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) declarou a Covid-19 uma pandemia. Desde então, esse vírus, que recebeu o nome técnico de Covid-19, vem matando milhares de pessoas na China onde se iniciou e foi se espelhando por toda parte do planeta fazendo vítimas fatais.

Quanto ao Brasil, o vírus foi notificado pelo Ministério da Saúde, o primeiro caso da Covid-19 aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2020. Mas veio tomar proporções na metade do mês de março para início de abril, e a partir daí o vírus foi propagando por vários estados brasileiros e às atenções das populações estão voltadas principalmente, para essa doença. Nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2020, alcançaram números gigantescos

de pessoas afetadas pelos covid-19. O Ministério da Saúde e as secretarias de saúde dos estados têm tomada algumas medidas de prevenção com alguns esforços, para conter o aumento de pessoas com o Coronavírus, mas os resultados não têm surtido efeitos positivos.

Sobre o Covid-19 é importante destacar que,

A Covid-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com Covid-19 cerca de 80 % podem ser assintomáticos e cerca de 20 % dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)". (BRASIL, 2020).

Nessa análise, sobre a propagação do Coronavírus, e a paralisação das aulas presenciais, a modalidade de Educação do Campo foi adotada o sistema de Educação à Distância em tempos da Covid-19, e nessa investigação, foi feito um estudo sobre as normativas legais inferem teoricamente à percepção de pressupostos e fundamentos que regem esta modalidade.

Considerando que a prática pedagógica utilizada inicialmente por parte das redes educacionais é a disponibilidade de “flexibilização da oferta de aulas na modalidade à distância no sistema federal de ensino” e posterior autorização em “caráter da excepcionalidade a instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino” uso de tecnologias digitais, uma vez que “dispõe sobre a disposição de substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais pelos limites estabelecidos na legislação” (BRASIL; 2020).

Nessa vertente, a realização dessa pesquisa, foi através de levantamento bibliográfico sobre Educação do Campo e a implantação de Educação à Distância, correlacionando a um recorte da pesquisa em curso, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

(UESB), no mês de maio de 2020, no estado da Bahia.

Diante desse contexto, a Educação do Campo vem sofrendo com a nova formatação de educação remota, o presente esforço busca recorrer aos dados e evidências existentes para iluminar os desafios e limitações do ensino à distância e, também, às estratégias que são mais adequadas ao se optar por lançar mão dessa alternativa.

Nessa conjuntura, se caracterizou a partir de uma importante premissa: frente a um cenário sem precedentes e que tem exigido do poder público educacional, tomadas de decisões rápidas sobre questões inéditas e altamente complexas, produções analíticas ganham maior aderência e utilidade na medida em que reconhecem o momento de excepcionalidade. Nessa linha, busca-se evitar, por exemplo, uma leitura “fria” das pesquisas sobre ensino a distância, que, em geral, se concentram em comparar “aulas a distância” com “aulas presenciais” (enquanto, no cenário atual, a questão é, fundamentalmente, uma discussão entre “aulas a distância” e “não realização de aulas”).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para execução dessa pesquisa, adotamos a metodologia da pesquisa quali-quantitativa, pelos números e percentuais que serão apresentados e também no que trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Godoy (1995, p.58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, o qual embasam também este trabalho: considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave.

Nessa perspectiva, aprofundamos a discussão a partir da pesquisa no campo educacional, sobre a modalidade de Educação do

Campo em consonância com a Educação à Distância no estado da Bahia em tempos da covid-19. A técnica para a coleta de dados foi a partir do questionário, onde Gil afirma que (1999, p.128), pode ser definido da seguinte maneira,

“Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O mesmo autor supracitado (p. 128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;

b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige treinamento dos pesquisadores;

c) garante o anonimato das respostas;

d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;

e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado

Na coleta de dados, seguindo essa linha de pensamento, as análises de dados considerando que a “essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário”, considerando o fato que de “a essência se manifesta no fenômeno”. (KOSIK, 1997, p.11). Realizamos uma discussão para aprofundarmos a pesquisa do campo educacional a Educação do Campo e a Educação à Distância em tempos de Covid-19, no estado da Bahia e as desigualdades que essa educação remota tem permitido aos educadores e educandos em tempos de pandemia.

Assim sendo, importante informar que o projeto da pesquisa foi submetido ao comitê de

ética e aprovada para que pudéssemos fazer às análises de discussões. Nessa perspectiva, foi realizado um recorte do questionário em curso das categorias, no período do mês de maio do ano de 2020, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, intitulada “Educação do Campo e Educação e à Distância em tempos de covid-19 no estado da Bahia”.

Nas análises e coleta de dados, teve como aspectos fundamentais analisar a Educação do Campo e Educação e à Distância em tempos de covid-19, no estado da Bahia”. A pesquisa centralizou por um questionário com 756 educadores da Educação Básica e Superior, sendo 152 docentes do sexo masculino, 599 docentes do sexo feminino, 02 docentes preferiram não informar o sexo e 03 não justificaram.

O questionário foi composto de perguntas abertas e fechadas, relacionadas para sistematização dos dados analisados, em categorias correlacionando como as desigualdades educacionais nas escolas do campo. A implantação do ensino emergencial de forma remota, as secretarias de educação têm abordado a necessidade de atividades online e via redes sociais, sem se falar das atividades impressas para alunos que não tem acesso à internet ou sem condições de comprar um celular ou computador. Como dito inicialmente, o questionário pode buscar resposta a diversos aspectos da realidade desses sujeitos que estudam nas escolas do campo. As perguntas levantadas, assim, poderão ter questionamentos com afirma Gil (1999, p.132), “conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros”.

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE COVID-19

Refletir sobre a Educação do Campo, requer analisar seus interesses, sua gênese e compreendê-la enquanto campo de disputa, entre modelos distintos de sociedade. Para tal, é preciso ser fiel aos

seus objetivos de origem, e “nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas.” (CALDART, 2009, p. 36).

No cenário brasileiro atual, mais especificamente no campo, predominam as contradições entre campesinato e agronegócio, o primeiro constituído por pequenos produtores e agricultores, e o agronegócio pelos latifundiários, grandes proprietários de terras. Essa contradição é reflexo da luta de classes, por um lado a produção para subsistência, do outro o mercado capitalista feroz que a todo custo busca por lucro. Os antagonismos de classe são fundamentais para a manutenção do sistema, como afirmam Marx e Engels (1999, p.7) “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes”.

Destarte, no Brasil predominou o modelo educativo alicerçado no modelo de sociedade, onde a educação para população camponesa era pensada de acordo os interesses da zona rural. A chamada educação rural, destinada aos sujeitos do campo, valorizava a cidade em detrimento a zona rural, e não reconhece o campo como lugar de vida. Assim, tivemos na história diversos movimentos que buscavam educar o campo aos interesses do capital, como o Ruralismo Pedagógico, em de 1920, onde os camponeses deixavam o campo à procura de melhores condições de trabalho e vida, e assim superlotando as cidades, coincidentemente, é pensada e difundida escolas no meio rural (LEITE, 2002).

No que se refere a sua gênese, os primeiros debates acerca da qualidade da educação no campo foram realizados no “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), promovido pelo Movimento Sem Terra (MST), com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Universidade de Brasília

(UnB), em 1997. Posteriormente, na Intitulada “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, conferencistas elaboraram propostas de políticas públicas para Educação do Campo no Brasil (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Nesse contexto, onde os movimentos sociais organizados, ao defenderem uma proposta educativa para o campo diferente da existente, que respeitasse e valorizasse os camponeses, surge a Educação do Campo,

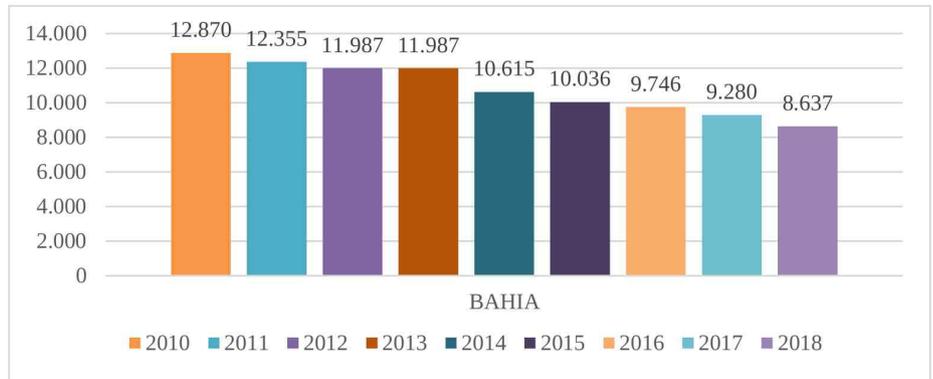
A Educação do Campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela. [...] a Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém da sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. [...] se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz crítica ao modo de conhecimento dominante [...] (CALDART, 2009, p.38).

Movimentos por estes anseios, a constatare luta dos movimentos sociais alguns marcos normativos foram conquistadas, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, (CNE/CEB nº 01/2002, CNE/CEB nº 2/2008). Também o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que consolida o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Posteriormente outros programas foram consolidados, como O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Contudo, o que garantido por lei nem sempre se efetiva na prática, e ainda predomina a negação de direitos a esses povos, como o fechamento de escolas na comunidade. No gráfico abaixo, que identifica a quantidade de escolas no campo, na Bahia, entre os anos de 2010 a 2018,

bem como demonstra a crescente diminuição de instituições ao longo dos anos, se constituindo assim um retrocesso para efetivação de direitos para esses povos.

Gráfico 1. Quantidade de escolas no campo no estado da Bahia, entre 2010-2018.



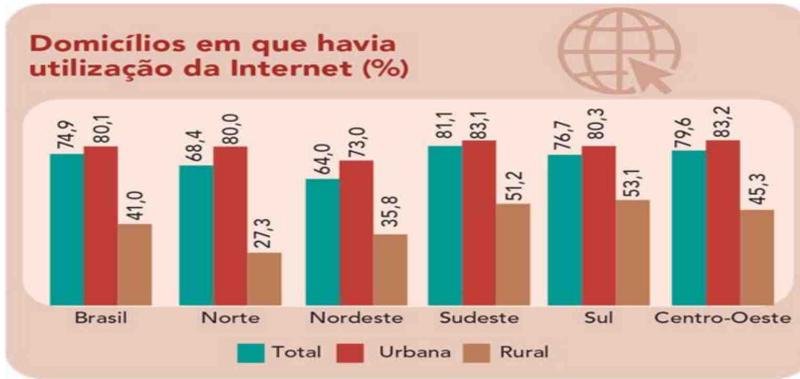
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do QEdU (2020).

As escolas do campo, na Bahia, ao longo dos anos vêm sendo fechadas, e os números assustam pela rapidez, entre 2010-2018, foram fechadas 4233 instituições. Logo, se torna evidente que esses estudantes devem agora se deslocar a cidade para ter acesso a escolarização, onde nem sempre seus modos de ser e de viver são respeitados. Além disso, em tempos de pandemia da Covid-19, esses estudantes ficam imersos ao ensino remoto, visto que, dentro dos diversos direitos que a eles são negados, além das escolas, estão também as tecnologias digitais.

Outrossim, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2017, nos domicílios que não haviam acesso à internet entre as regiões do Brasil, os percentuais no campo são mais altos que na cidade, como mostra o gráfico 2.

Na região nordeste, mais especificamente, os dados revelam que o acesso à internet na zona rural é limitado, com mais de 70% dos domicílios, sem utilização dos meios digitais. Logo, os estudantes do campo, além de não terem acesso à escola na comunidade, também não tem acesso aos canais digitais. Assim, a partir do cenário apontado pelo gráfico, cabe então indagar: como estes sujeitos que residem no campo terão acesso à

Gráfico 2: Utilização de internet por regiões no Brasil, em 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Educação à Distância - EaD? Em que medida o ensino remoto não acentua ainda mais a negação de direitos desses povos?

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A COVID-19

Sobre a paralisação das aulas presenciais e a implantação do ensino à distância na educação no Brasil, nas modalidades de Educação Básica e Superior, nas prerrogativas do Ministério da Educação, onde este estabeleceu a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus – (Covid-19) onde, esclarece no seu artigo 1º que o período de autorização é de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

Ainda nas orientações do Ministério da Educação, destaca que é de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização (MEC, 2020).

A Educação à Distância, ganhou protagonismo em um momento de crise, não há dúvidas. Para a especialista em educação, Renata Costa, professora de tecnologia do centro universitário Brazcubas, “podemos ressignificar

esse período construindo novas perspectivas para a educação brasileira”. No último ano, 1,5 milhão de alunos participaram de cursos superior no formato EAD no Brasil, de acordo com o censo da ABED, a Associação Brasileira de Educação à Distância. Esse número será alarmante em 2020, considerando o cenário atual.

Nessa análise conjuntural implantada no sistema educacional, a justificativa insere-se no papel do professor/tutor, que planeja e propõe aos alunos as situações didáticas em torno de um saber a ser apropriado e discutido pelos mesmos, estabelecendo uma relação em torno do conteúdo de um saber. O ambiente virtual de aprendizagem, proporciona ao docente elaborar uma situação de ensino, mediada pelos dispositivos tecnológicos. Essa nova forma de ensinar com recursos didáticos informáticos requer uma preparação e um planejamento da atividade que oportunize momentos de aprendizagem ativa que tenham significado tanto para o aluno quanto para o professor (Camacho et al, 2020).

Na execução da docência na EaD, a experiência do ensino presencial deve ser considerada na construção de saberes para o ensino não presencial. Por sua vez, o uso pedagógico das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), desenvolvido no ensino a distância, poderá ajudar na inserção mais efetiva desses recursos no ensino presencial. Assim, à docência presencial e à docência online na modalidade a distância, não devem ser vistas como antagônicas, mas como formas de ensinar com características próprias e que, nas suas diferenças, podem contribuir uma com a melhoria da outra (Carmo & Franco, 2019).

A Educação à Distância, tem ocupado espaços nos últimos meses nas suas plataformas virtuais pela crise sanitária instalada. Para Campos (2007), destaca que o professor/tutor deve desenvolver competências como o uso de ferramentas de interação, a disponibilidade da

Internet e um ambiente de aprendizagem que dê conta das atividades propostas; possuir um senso crítico e reflexivo sobre sua atuação, ou seja, fazer auto avaliações e atualizar-se constantemente; organização, não apenas para administrar as discussões e ajudar na construção do conhecimento dos alunos, mas também para orientar e viabilizar as atividades.

Após a propagação da Covid-19 por todo o planeta, cabe fazer algumas considerações relevantes sobre o sistema de ensino implantado: é necessário que as instituições de ensino e seus alunos tenham preparo, condições pedagógicas, humanas e tecnológicas. Conforme a Portaria n° 2.117, de 6 de Dezembro de 2019, esta impõe limites para a apresentação da oferta desta modalidade de ensino, tais como: deve estar previsto nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs dos Cursos, estar condicionada às diretrizes curriculares nacionais e estar limitado à 40% da carga horária do curso.

Com todas essas mudanças que vem ocorrendo nesse ano de 2020, operacionalizar e contribuir positivamente para o sucesso acadêmico dos estudantes, a oferta de disciplinas em EaD requer planejamento, organização, disponibilidade tecnológica para atender as demandas e capacitação dos docentes. E claro, que também devem ser de visibilidade as necessidades do aluno em termos de preparo para lidar com tecnologias da informação e comunicação e, principalmente atentar para os alunos em situação de vulnerabilidade social que não dispõem de todos os recursos para acesso aos conteúdos ministrados na modalidade EaD.

Sobre essa questão da Educação à Distância no Brasil, informações coletadas pela Cetic (2019a), o acesso à internet nos domicílios chega a 67% na rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na D. Para os

domicílios que não têm atualmente acesso à internet, o motivo mais apontado como o principal pelo não acesso é o alto custo (27%), seguido do fato de os moradores não saberem usar a internet (18%). Dados como esses indicam a necessidade de se flexibilizar a disponibilização de internet às comunidades mais vulneráveis enquanto a situação de distanciamento social se fizer necessária, para tentar elevar o acesso de estudantes à rede e buscar reduzir potenciais efeitos na desigualdade educacional.



Fonte: Cetic (2019a). Elaboração: Todos Pela Educação.

Nesses dados levantados pela Cetic (2019), considerar que o dispositivo mais utilizado para acesso à internet pelos brasileiros é o telefone celular, que já está presente em 93% dos domicílios (100% na classe A e 84% na classe D/E). Computadores, por outro lado, estão em 42% dos domicílios (sendo 47% na classe C e 9% na D/E). Isso indica um importante sinal aos sistemas educacionais, de modo que a escolha de soluções tecnológicas deve ser feita considerando conteúdos que se adaptem aos equipamentos disponíveis e, é claro, à baixa qualidade da conectividade em diversas regiões do Brasil.

Nessas análises, são consideradas, as disparidades no acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, que mostram as diferenças já existentes nos níveis de aprendizado dos alunos. As estratégias do poder público, devem lançar mão de ações que intencionalmente busquem reduzir, ao máximo, o risco de ampliação das desigualdades educacionais.

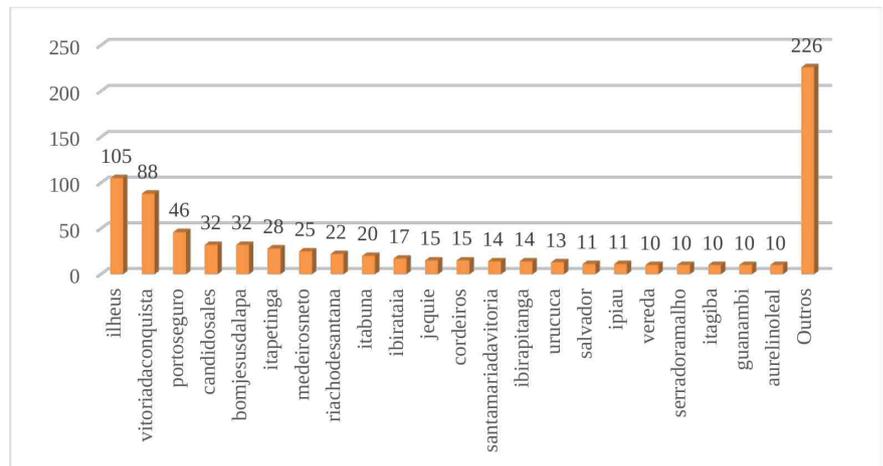
Esse novo formato de aprendizagem EaD, gera comunidades de investigação, exclui muitas classes sociais do processo de ensino e aprendizagem, seja na partilha de dúvidas, no fortalecimento de pautas coletivas. Enfim, não permitem a construção colaborativa de conhecimentos, que nos parece válido problematizar, com vistas à aquisição contextualizada e mobilizadora de benefícios formativos, profissionais e sociais (Habowski et al, 2020).

TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo analisar os impactos da Educação do Campo com a implantação da Educação à Distância, em tempos da Covid-19, no estado da Bahia, foram utilizados os questionários realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC, que pertence a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A pesquisa, que compreende o questionário, com a seguinte temática: “Os Impactos das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no estado da Bahia”. Portanto, nesse estudo foi realizado um recorte do questionário produzido pela pesquisa, evidenciando os dados que correspondem a modalidade de Educação do Campo.

Destarte, o questionário contendo questões abertas e fechadas, foi respondido por 756 profissionais da educação, sendo 79.23% do sexo feminino. Cerca de 97.22% dos sujeitos, ou seja 735, são do estado da Bahia, tendo também Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos somam menos que 2,78% do total. Desse modo, os dados são em sua maioria, referentes aos profissionais da educação que atuam na Bahia. Ademais, os municípios do estado que foram abrangidos com o estudo são apontados no gráfico.

Gráfico 3: Distribuição do questionário por cidade na Bahia-BA



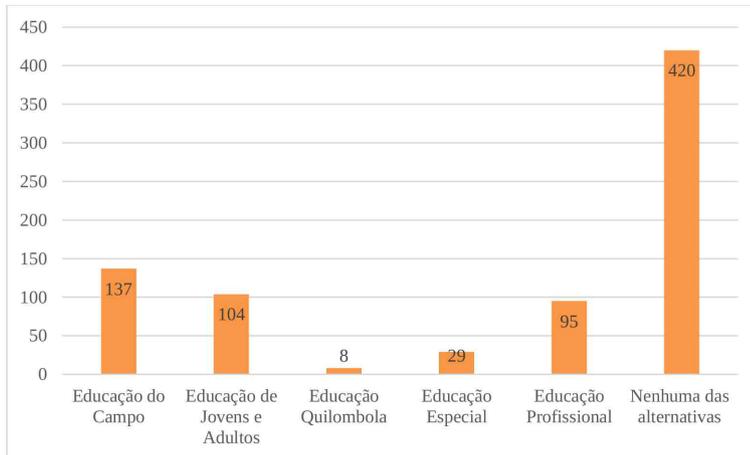
Fonte: GEPEMDECC, 2020.

Portanto, os municípios em que foram recebidos maior quantidade de questionários são: Ilhéus (105), Vitória da Conquista (88), Porto Seguro (46), Candido Sales (32), Bom Jesus da Lapa (32), seguidas de outras cidades, compreendendo um total de 22 municípios na Bahia. Além disso, no que se refere ao perfil desses profissionais da educação e suas condições de trabalho docente em tempos da Covid-19, o questionário revelou que 75.93% continuam tendo sua remuneração paga totalmente, enquanto 16.40% estão recebendo apenas de forma parcial e 7.67% afirmaram que sua remuneração não está sendo paga, o que se explica devido a 29,63%, terem contratos como regime de trabalho nas prefeituras.

No que se refere a área de atuação a maioria dos profissionais da educação que responderam ao questionário, cerca de 70.90%, afirmam atuar na educação pública municipal. Acerca da localização das escolas em que os sujeitos atuam, 73.15% estão na zona urbana e 26.85%, o que corresponde a 203 professores, na zona rural. Porém, ao serem questionados em que modalidade de educação atuam, apenas 18.77% marcaram a modalidade de educação campo, ou seja, 137 sujeitos, como mostra o gráfico abaixo.

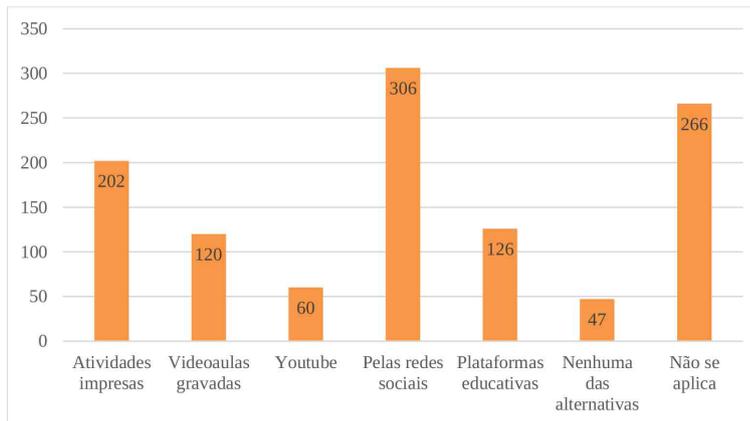
A modalidade de Educação do Campo, foi a mais abrangida nas respostas dos questionários, com 137 professores, seguida pela Educação de

Gráfico 4: Distribuição dos profissionais da educação por modalidade de ensino, a partir dos dados do questionário.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

Gráfico 5: Relação do meio pelo qual as atividades estão sendo desenvolvidas no ensino remoto, sendo as respostas dos questionários da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

Jovens e Adultos - EJA, com 104, dentre outros. Estes profissionais ao serem questionados sobre a adoção do novo modelo emergencial - ensino remoto, como alternativa de suspensão as aulas presenciais nas instituições que atuam, 41,30% afirmaram que sim, foi implantado, enquanto 27,71% apontaram que parcialmente, e 35,9% responderam que não. Assim, incluindo os que assumiram parcialmente, o ensino emergencial de forma remota e os que o adotaram por completo, somam um total de 69,01% dos sujeitos da pesquisa.

O fenômeno estruturante das escolas voltadas para os povos do campo, atribui diversos significados que devem contrapor para problematização da realidade de acordo as nuances

analizadas e que devem ser verificados de acordo com as pesquisas sobre as políticas públicas para a Educação do Campo, conforme asseveram Santos e Nunes (2020), que existe mais investimento na cidade em detrimento do campo.

Nessa análise, por causa da Covid-19, as aulas no estado da Bahia, vêm acontecendo de forma remotas por diversas ferramentas, como redes sociais, plataformas educativas, vídeo aulas gravadas, dentre outras. Contudo, os profissionais da educação, em sua maioria, apontam as redes sócias como o meio pelo qual as atividades estão sendo desenvolvidas, demonstrado no gráfico 5.

Nesse cenário, as atividades estão acontecendo por meio de plataformas digitais, como acontece na EaD. Contudo, no caso apontado pelos sujeitos da pesquisa vem acontecendo com o auxílio das redes sociais. Cerca de 306 professores afirmaram que utilizam as redes sociais, como facebook, para disponibilizar as atividades aos alunos, 202 destacam o envio de atividades impressas aos estudantes. Desse modo, como apontado anteriormente, a Educação do Campo é a modalidade mais contemplada pelos sujeitos, cabe então refletir se os estudantes do campo têm acesso as redes sociais e as atividades impressas.

Ademais, os professores ao serem questionados se os alunos têm conseguido desenvolver as atividades propostas, apenas 26,06% salientam que os estudantes têm conseguido acompanhar o ensino a distância. Além disso, foram solicitados sobre quais as dificuldades são apontadas pelos discentes devido ao fato de não conseguem ter acesso as atividades, as respostas são evidenciadas no gráfico que segue.

Nas análises de Santos e Nunes (2020),

evidenciaram que muitos professores no Brasil têm dificuldade em acessar as ferramentas tecnológicas, pois não estudaram sobre isso na formação inicial, e tão pouco na formação continuada, o que evidencia uma falta de investimento dos entes federados em políticas públicas para a formação de professores, sobre tecnologias educacionais. Outro fator que merece ser analisado é o fato de muitos professores não terem condições de acesso digital, e também, os fatores econômicos para adquirir equipamentos eletrônicos.

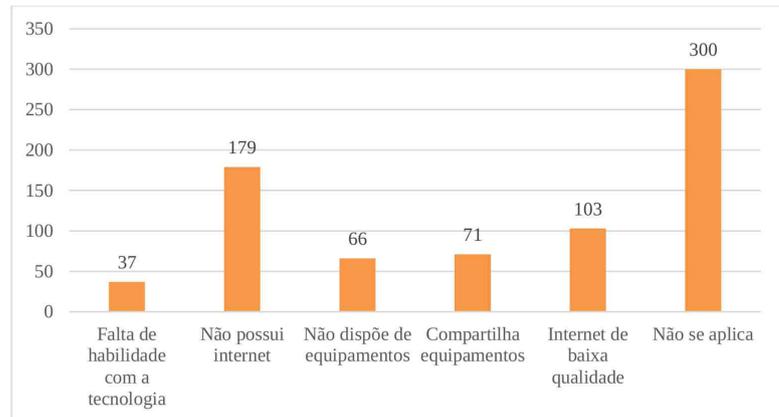
Com o advento da pandemia, escancarou-se as contradições e antecipar rapidamente processos que poderiam levar anos para o enfrentamento direto e cru. Aproveitando as brechas abertas pela pandemia, os grandes defensores da Educação à Distância e suas novas formas com nomes diferentes, tentam enfiar de goela abaixo as propostas de atividades, que tem sua materialização na venda dos grandes pacotes mercadológicos das Tecnologias da Informação e Comunicação TICs.

Para termos uma ideia o Brasil, era o quarto maior mercado de TICs no mundo, no ano de 2019 e segundo dados da International Data Corporation – IDC, é líder em inteligência de mercado, serviços de consultoria e eventos para os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e tecnologia de consumo.

O mercado brasileiro das TICs teve movimento financeiro de cerca de US\$169 bilhões ficando responsável por 5% dos negócios desse setor no mundo. Segundo Telebrasil (2018) “O mercado brasileiro da TIC, somou em 2017, R\$ 349,65 bilhões (com o dólar a R\$ 3,33), ou US\$ 105 bilhões, e retomou a sexta posição – ocupada pela França em 2016 –, de acordo com dados de pesquisa feita pela consultoria IDC, a pedido da ABES”. Como podemos observar o Brasil, saltou da 6ª posição em 2017 para 4ª posição mundial em 2019. As expectativas de crescimento desse setor no início de 2020 foram de 4,9% segundo IDC

Brasil. Ainda segundo IDC Brasil “O mercado brasileiro de TI deve seguir com alta de 5,8% por conta do crescimento do mercado de nuvem e da aceleração no mercado de software, o mercado de telecomunicações terá crescimento discreto de 0,7%, impulsionado pelos serviços de dados. No mercado corporativo, a TI crescerá 7,6% em 2020.

Gráfico 6: Dificuldades enfrentadas pelos estudantes para terem acesso ao ensino a distância, a partir das respostas dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

A maior dificuldade dos estudantes para o acesso as atividades, segundo os professores, é o fato de não possuir internet em casa, com cerca de 179 respostas. Posteriormente, a internet de baixa qualidade e o compartilhamento de equipamentos com outras pessoas, são problemáticas que permeiam o ensino a distância, no campo e na cidade. Contudo, como já salientado nesse estudo, segundo dados do IBGE, em 2017, os percentuais de acesso à internet no campo foram mais baixos que na cidade, logo, as desigualdades no acesso as atividades a distância se tornam ainda mais evidenciadas na zona rural.

Segundo a LDB no Art. 32 § 4º, “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996). Desta forma, o ensino proposto por meio de mídias digitais em tempos da Covid-19, tem sido denominado de ensino remoto, cuja finalidade é de complementação, considerando o contexto e a disponibilização das mídias tecnológicas.

Desta forma, o ensino que acontece no formato remoto, sendo disponibilizada como principal meio para a tentativa de propagação de ensino pelas secretarias de educação dos municípios, adicionado a amplitude dos prejuízos que poderão ser evidenciados referentes à aprendizagem educacional em particular aos povos do campo, uma vez que desvela o índice deficitário ao acesso as mídias tecnológicas, para o acesso as atividades pedagógicas básicas e elementares.

Analisando esses pressupostos, as desigualdades do acesso dos estudantes do campo ao ensino remoto que vem acontecendo na atualidade, permeiam as falas dos profissionais da educação nas respostas abertas dos questionários. Trazemos como exemplo nesse período de pandemia da Covid-19, a fala do (a) Professor (a) 1 (2020): “Infelizmente, os alunos da zona rural não têm acesso à internet e uma grande parte dos alunos da zona urbana também não tem esse acesso”. Além disso, a dificuldade não é apenas no acesso as atividades virtuais, mas também as impressas, como aponta o (a) Professor (a) 2 “Como trabalho na escola no meio rural não vejo alternativas, salvo enviar atividades impressas, mas temos outro problema, quem vai entregar? Os alunos moram longe da escola”.

Nessa análise constada pelos professores em tempos da Covid-19 e as desigualdades educacionais, um sistema adotado do estado mínimo, numa discussão mais ampla é abordada por Mészáros:

No reino do capital, a educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise, do sistema público de ensino, pressionando pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que uma a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (MÉSZÁROS; 2012, p.16)

Desse modo, a Educação do Campo em tempos da covid-19, se torna um grande desafio, devido as desigualdades sociais pré-existentes em nossa sociedade. O desafio não se configura

somente na forma de ensino, mas também nas problemáticas já existentes que impossibilitam os estudantes a terem acessos aos bens e serviços essenciais. Nesse sentido, cabe refletir “As medidas precisam ser adotadas diante da realidade de cada escola e as condições favorecidas pelo governo [...] como dar acesso ao ensino remoto a alunos que não tem?” (Professor (a) 3, 2020).

A fala do Professor (a) 3, mostra indignação com o sistema educacional adotado, sendo que a maioria dos alunos não têm acesso à internet e evidencia o descaso e a falta de sensibilidade por uma educação justa. A pandemia vivenciada no contexto que fez necessário o ensino remoto, potencializa as desigualdades na sociedade, desigualdades estas que são características essenciais do sistema capitalista vigente. Nesse sentido, afirma Mészáros (2008, p.12): “O capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”, logo, é impossível pensar uma sociedade justa, igualitária e democrática, dentro da lógica incorrigível do capital que vive justamente da desigualdade social e da exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa propôs refletir sobre a Educação do Campo e a Educação à Distância - EaD no estado da Bahia, com a chegada do novo Coronavírus - a Covid-19. Para tal, foi realizado um recorte do questionário, realizado em maio de 2020, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC, que pertence a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Além disso, como método condutor da pesquisa, adotamos a partir da pesquisa qualitativa, no sentido que, quanto mais pesquisamos mais apropriamos do objeto de pesquisa, na perspectiva de números, detalhes, sentidos, melhor se torna a compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito.

Nesse contexto, iniciamos o debate acerca da Educação do Campo em tempos da Covid-19, pontuando qual a realidade das escolas no campo da

Bahia, posteriormente, destacamos o ensino à distância, trazendo alguns dados estatísticos e como este vem sendo utilizado na atualidade. Em seguida, apresentamos os dados colhidos através de questionários realizados com 756 profissionais da Educação Básica e Superior, em sua maioria, pertencentes ao estado da Bahia. Assim, os dados revelaram que as desigualdades sociais se tornam ainda mais evidenciadas em período do ensino emergencial de forma remota.

Outrossim, as principais problemáticas reveladas pelos professores, evidenciaram sobre o ensino à distância, e a falta de acesso dos estudantes as atividades, sejam virtuais ou impressas. Isso acontece devido à ausência de direitos básicos desses estudantes, principalmente, que estudam nas escolas do campo, os materiais e serviços necessários para o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, esse estudo ao destacar essas questões, traz a importância do debate sobre a negação de direitos dos povos do campo e as tecnologias digitais. Além disso, é preciso ir mais fundo na problemática e indagar: como proporcionar um ensino remoto de qualidade se o modelo de sociedade capitalista que rege as relações sociais, se sustenta na ausência de direitos e nos antagonismos de classe?

Nesse sentido, às análises aqui apresentadas nesse período da Covid-19, no sistema educacional do estado da Bahia, o modelo de Educação do Campo transpôs os muros da escola, uma vez que, deve priorizar o aspecto pedagógico do campo e o respeito às diversidades dos camponeses, vinculando às questões inerentes em sua realidade, pensando as relações em suas dinâmicas históricas e, prioritariamente, em suas singularidades culturais.

Para isso, fez-se necessário fazer reflexões sobre as singularidades e seus fatores determinantes a partir das realidades evidenciadas, que devem ser pensadas para um posicionamento que minimize as desigualdades educacionais com a Educação à Distância. Pois, a priori torna-se inviável a possibilidade de estabelecer “vínculos” com sujeitos que inicialmente, não dispõem de acesso às

tecnologias digitais, adicionando a isto a necessidade de condições estruturais que influenciam na garantia da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 9.394/de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23/07/2020 às 17h55
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 20/07/2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12759-resolucoes-ceb-2008>. Acesso em: 15/07/2020.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 12/02/2020.
- CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. saúde*, Rio de Janeiro, v.7 nº1, p 35-64, mar/jun. 2009.
- Camacho, A. C. L. F., Joaquim, F. L., & Menezes, H. F. (2020). Possibilidades para o design didático em disciplinas online na saúde. *Research, Society and Development*, 9(4), e111942907.
- Campos, G. H. B., Roque, G. O. B., Amaral, S. B. (2007). *Dialética da Educação a Distância*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Carmo, R. O. S., & Franco, A. P. (2019). Da docência presencial à docência online:

- aprendizagens de professores universitários na educação a distância. *Educação em Revista*, 35, e210399.
- Cetic (2019a). Pesquisa TIC Domicílios 2019. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Acesso em: 17/07/2020.
- CEE- Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE N.º 37 de 18 de maio de 2020. Dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CEE N.º 27 de 25 de março de 2020. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_37_2020_NORMAS_COMPLEMENTARES_revisada_CDE_mesclado.pdf. Acesso em 20/07/2020
- FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. *Revista Eletrônica de Educação*. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.
- GEPEMDECC-Grupo de estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB/Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem. Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia de Covid-19. Vitória da Conquista-BA. Maio, 2020
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995
- Habowski, A. C., Conte, E., & Jacobi, D. F. (2020). Interloções e discursos de legitimação em EAD. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*. 28(106).
- LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.70).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Fonte digital: RocketEdition de 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008. 2º ed.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. 2. Ed.-São Paulo: Boitempo, 2012.
- Ministério da Educação (2020). Parecer CNE/CEB nº 19/2009, em virtude da pandemia do COVID-19. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, https://abmes.org.br/arquivos/documentos/resposta_oficiocne13032020.pdf
- Ministério da Educação (2020). Portaria nº 343, de 17 de Março de 2020 que Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 12/07/2020.
- Ministério da Educação (2019). Portaria nº 2.117, de 6 de Dezembro de 2019: Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 11/07/2020.
- Organização Mundial da Saúde (2020). Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Situation Report –51. OMS, Recuperado em 22 de Março, 2020, https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10
- QEdU (2020). Matrículas e Infraestrutura. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/censoescolar?year=2018&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 10/07/2020.
- SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. *Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro*. Editora Edufba: Salvador – Ba. 2020. (no prelo).
- Unicef (2020). Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em 22/07/2020.



Ambiente

Gestão & Desenvolvimento

ISSN 1981-4127

Ciências Biológicas e da Saúde





EFEITOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE INDICADORES DE SAÚDE DE JOVENS E ADULTOS AVALIADOS EM QUATRO MOMENTOS ANUAIS

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/910>

EFFECTS OF PHYSICAL EDUCATION ON YOUTH AND ADULT'S HEALTH INDICATORS EVALUATED IN FOUR ANNUAL MOMENTS

Vanilson Lemes - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina <https://orcid.org/0000-0003-3298-4449>
Arieli Fernandes Dias - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS <https://orcid.org/0000-0001-6648-8799>
Caroline Brand - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS <https://orcid.org/0000-0002-5624-3592>
Camila Felin Fochesatto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS <https://orcid.org/0000-0002-8777-074X>
Adroaldo Cezar Araujo Gaya - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS <https://orcid.org/0000-0002-5941-5089>
Anelise Reis Gaya - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS <https://orcid.org/0000-0002-8335-6947>

RESUMO: Objetivo: verificar o efeito de uma intervenção em educação física avaliada em diferentes períodos, considerando o recesso escolar, sobre os níveis de aptidão física cardiorrespiratória, abdominais em 1 minuto, flexibilidade e pressão arterial sistólica em jovens e adultos de ambos os sexos na educação de jovens e adultos (EJA). Métodos: Estudo pré-experimental quantitativo realizado com 27 estudantes, 9 do sexo feminino, idade média 29,38 anos (dp: $\pm 15,39$) e 18 do sexo masculino, média de idade 20,40 anos (dp: $\pm 9,34$). A intervenção aconteceu com aulas de Jump no primeiro semestre. Handebol e rúgbi foram aplicados no segundo semestre. Os efeitos da intervenção foram avaliados sobre a pressão arterial sistólica (PAS), aptidão cardiorrespiratória (APCR), flexibilidade e abdominais sit-up por meio do D de Cohen. Resultados: No sexo feminino, a APCR (efeito=0,95) e a flexibilidade (efeito=1,33) aumentaram entre março/julho. Durante o recesso houve redução dessas capacidades físicas. Em agosto/dezembro houve novo incremento de APCR, além de redução da PAS (efeito=-1,06). No sexo masculino, houve redução da PAS (efeito=-0,69) e aumento da APCR (efeito=0,84) entre agosto/dezembro. Conclusão: As aulas de ginástica melhoraram indicadores de saúde dos escolares, principalmente no sexo feminino durante o primeiro semestre, já o handebol e rúgbi aumentaram a APCR e reduziram a PAS nos dois sexos. O período de recesso reduziu as capacidades físicas dos estudantes, indicando que as aulas de educação física são importantes meios para melhorar níveis de aptidão física na EJA.

Palavras-chave: Pressão Sanguínea, aptidão cardiorrespiratória, esportes; ginástica.

ABSTRACT: Objective: To verify the effect of an intervention in physical education evaluated in different periods, considering school recess, on the levels of cardiorespiratory physical fitness, abdominals in 1 minute, flexibility, and systolic blood pressure in youth and adults education (YAE) and in both sexes. Methods: Quantitative pre-experimental study conducted with 27 students, 9 females, mean age 29.38 (SD: ± 15.39) years old and 18 males, 20.40 (SD: ± 9.34). The intervention happened with Jump classes in the first semester. Handball and rugby were applied in the second half. The effects of the intervention were assessed on systolic blood pressure (SBP), cardiorespiratory fitness (CRF), flexibility, and sit-up abdominals using Cohen's D. Results: In women, the CRF (effect = 0.95) and flexibility (effect = 1.33) increased between March / July. During recess, there was a reduction in these physical capacities. In August / December there was a further increase in CRF, together with the reduction in SBP (effect = -1.06). In males, there was a reduction in SBP (effect = -0.69) and an increase in CRF (effect = 0.84) between August / December. Conclusion: Gymnastics classes improved the health indicators of the students, especially in the female sex during the first semester, while handball and rugby increased the CRF and reduced the SBP in both sexes. The recess period reduced students' physical capacities, indicating that physical education classes are an important means of improving physical fitness levels at YAE.

Keywords: Blood pressure, cardiorespiratory fitness, sports, gymnastics.

INTRODUÇÃO

Intervenções voltadas para o aumento dos níveis de atividade física (AF) (FARIAS et al., 2010; GARCIA-HERMOSO et al., 2020), aptidão física (MINATTO et al., 2016; OLIVEIRA et al., 2017) e melhora dos hábitos de vida relacionados com a prática de exercícios físicos e esporte por meio da educação física (EF) escolar vem aumentando nos últimos anos (BRAND et al., 2020; GARCIA-HERMOSO et al., 2020; LEMES et al., 2019; VIVAS et al., 2013). Esses estudos apresentam indicadores de saúde relevantes, sendo que a aptidão física e os níveis de pressão arterial ganham destaque pela aplicabilidade simples e fidedigna, caracterizando-se como medidas apropriadas e de baixo custo para uso em ambiente educacional (BRAND et al., 2020; EWART; YOUNG; HAGBERG, 1998; GARCIA-HERMOSO et al., 2020; KETELHUT; KETELHUT; KETELHUT, 2020; LEMES et al., 2018).

As aulas de EF se constituem como momentos de ensino favoráveis ao esporte, à saúde e à prática das diversas manifestações da cultura corporal (BNCC, 2019; LEMES et al., 2020b). Além disso, são meios adequados para promoção de hábitos saudáveis, a serem levados como conhecimento ao longo da vida (BRAND et al., 2020; GARCIA-HERMOSO et al., 2020; LEMES et al., 2019; VIVAS et al., 2013). De um modo geral, as intervenções com EF para a saúde contribuem para o aumento da aptidão física, controle de indicadores da síndrome metabólica e também auxiliam na redução da pressão arterial (BRAND et al., 2020; EWART; YOUNG; HAGBERG, 1998; GARCIA-HERMOSO et al., 2020; KETELHUT; KETELHUT; KETELHUT, 2020; KNOPP; PRAT; AZEVEDO, 2014; LEMES et al., 2018).

Apesar da literatura indicar caminhos claros para intervenções em educação física escolar para a saúde de crianças e jovens (BRAND et al., 2020; EWART; YOUNG; HAGBERG, 1998; GARCIA-HERMOSO et al., 2020; KETELHUT; KETELHUT; KETELHUT, 2020; KNOPP; PRAT;

AZEVEDO, 2014; LEMES et al., 2018, 2019; VIVAS et al., 2013), o presente estudo se justifica porque no Brasil ainda existe carência de pesquisas em EF na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando: aulas práticas, realizadas no período noturno, e avaliação efetiva de desfechos em aptidão física e saúde, assim como a pressão arterial (BRASIL, 2019; CARVALHO, 2013; LEMES et al., 2017a, 2017b, 2018).

A EJA apresenta alunos com elevado risco à saúde, pois atende faixas etárias amplas (LEMES et al., 2017a, 2017c, 2019). São pessoas que deixaram de frequentar a escola na idade mais adequada, muitas vezes são expostas a situações de vulnerabilidade social e dificuldade de acesso a serviços básicos em educação e saúde (GUNTHER, 2014; HADDAD, 2007). Assim, os estudantes observam na EJA uma oportunidade para melhorarem suas condições de vida (CARVALHO, 2013; GUNTHER, 2014; HADDAD, 2007).

Nesse sentido, a EF e as escolas podem ser as únicas oportunidades para esses sujeitos terem acesso ao conhecimento, participarem de intervenções para melhorar a saúde por meio das práticas corporais. Além de serem momentos importantes para desenvolverem saberes, habilidades e competências relacionadas com as manifestações da cultura corporal (LEMES et al., 2018, 2019, 2020a). Também, é saliente a necessidade de propor estudos que avaliem e descrevam as intervenções práticas com educação física na EJA, tendo em vista que essas são um direito ao conhecimento para esses estudantes (GUNTHER, 2014). Portanto, considera-se que o presente estudo é uma contribuição relevante para conhecimentos específicos da educação física na EJA e este tem por objetivo verificar o efeito de uma intervenção em educação física avaliada em diferentes períodos, considerando o recesso escolar, sobre os níveis de aptidão física cardiorrespiratória, abdominais em 1 minuto, flexibilidade e pressão arterial sistólica em jovens e adultos de ambos os sexos.

MÉTODOS

DESENHO DO ESTUDO

Estudo pré-experimental com abordagem quantitativa (LEMES et al., 2019), de grupo único e acompanhamento em diferentes momentos de avaliação, uma intervenção em uma escola de educação básica realizada no ano 2016. Os participantes foram 27 estudantes da EJA no município de Charqueadas, Rio Grande do Sul, selecionados por conveniência já que estudavam na escola onde um dos pesquisadores trabalhava. Havia necessidade de controlar e avaliar indicadores de saúde durante as aulas práticas de educação física que aconteciam a noite para os alunos da EJA. Os alunos participaram voluntariamente do estudo, assinaram termos de assentimento e consentimento, sendo os menores de 18 anos autorizados pelos responsáveis. O presente estudo seguiu as orientações da declaração de Helsinki (WORLD MEDICAL ASSOCIATION, 2013) e foi aprovado no comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, parecer número: 1.662.821.

março, segunda semana de julho, segunda semana de agosto e penúltima semana do mês de dezembro. Todos os testes de aptidão física foram realizados de acordo com o protocolo do manual de testes do Projeto Esporte Brasil (PROESP-Br) (GAYA; GAYA, 2016; LEMES et al., 2018).

Quadro 1: Organização da aplicação e avaliação da intervenção ao longo do ano letivo

Período/evento	Descrição
Março a julho	As aulas envolveram ginástica com música em mini trampolim (<i>Jump</i>) e exercícios localizados no auditório da escola;
Julho a agosto	Recesso de 20 dias para os estudantes
Agosto a dezembro	As aulas se destinaram ao ensino do Handebol e do Rúgbi ao ar livre na quadra da escola;
Março a dezembro:	Foi verificado o efeito da intervenção com as diferentes práticas durante todo o ano letivo.
Frequência das aulas	3 vezes por semana (2 períodos de 30 minutos; 1 de 45 minutos) totalizando 120 aulas anuais envolvendo 4 turmas. 1-Sessões divididas em 3 partes; 2-Cada turma tinha sua aula separada; 3-Plano de aula padrão: a) Aquecimento e formação corporal (10-15 min.); b) Jogo/prática orientados da modalidade selecionada em conjunto com os alunos (15 a 20 min.); c) Alongamento/ exercícios de relaxamento/flexibilidade (5 a 10 min.). Também foram desenvolvidas orientações sobre hábitos de vida saudáveis de acordo com a necessidade dos estudantes envolvidos, ocorrendo uma relação de troca de informações e feedbacks durante as práticas em educação física.
Métodos de ensino, intervenção e aprendizagem aplicados nas aulas	Métodos de ensino, intervenção e aprendizagem aplicados nas aulas
Observações	Maiores detalhes sobre os métodos da EF nessa proposta podem ser obtidos em estudos anteriores (LEMES et al., 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2020a).

PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO

As aulas de EF escolar aconteceram durante um ano letivo, sendo direcionadas a promoção da saúde, considerando a prática de ginástica e esportes como eixos norteadores adequados aos aspectos locais e culturais da amostra (LEMES et al., 2017b, 2018, 2019, 2020a). A aplicação e avaliação da presente intervenção ocorreu ao longo do ano 2016, de acordo com o quadro 1.

Quadro 2. Avaliação dos indicadores de saúde: Aptidão Física e Pressão Arterial Sistólica

Indicadores	Forma de avaliação
Massa corporal (kg)	Balança marca QF-2003D, digital, precisão de 100 gramas (GAYA; GAYA, 2016).
Estatura (metros)	Fita métrica fixada na parede, estendida do ponto 0,00 (de baixo para cima), a altura de um metro. O indivíduo se posicionou descalço e um esquadro foi utilizado como régua sobre o crânio para melhorar a precisão de medida. A fita métrica utilizada foi de marca Cescof de 0,01 centímetros de precisão (GAYA; GAYA, 2016);
Teste <i>sit-up</i> Abdominais (repetições em 1 minuto)	Os sujeitos foram avaliados com o teste de <i>sit-up</i> , de acordo com o número de repetições do movimento para realizar a flexão do tronco/quadril, em decúbito dorsal, pés fixados no solo (por um avaliador), joelhos flexionados e unidos (GAYA; GAYA, 2016)
Aptidão Cardiorrespiratória (APCR)	Foram contabilizados os metros percorridos em 6 minutos no teste de caminhada/corrida de 6 minutos proposto pelo Projeto Esporte Brasil (GAYA; GAYA, 2016)
Flexibilidade	Teste sentar e alcançar sem o banco, com a fita métrica estendida no solo marcada em centímetros.
Pressão Arterial Sistólica (PAS)	Foi auscultada e anotada em milímetros de mercúrio (mmHg) de acordo com a técnica de Korotkoff com um esfigmomanômetro analógico e estetoscópio marca Premium (PICKERING et al., 2005).

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Os indicadores de saúde (quadro 2) foram mensurados por quatro professores de educação física previamente treinados, na primeira semana de

TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os dados foram tratados com a descrição de médias, desvio padrão e cálculo de tamanho de efeito *D de Cohen* entre os sexos no início do ano letivo (março). Após isso, foram utilizadas as equações de estimativa generalizadas (GEE),

ajustadas para sexo, massa corporal, idade e a variabilidade individual de cada sujeito durante os 4 momentos para calcular as médias nos diferentes períodos de avaliação. O erro padrão foi adotado como unidade de variância ajustada, em intervalos de confiança de 90% em um modelo de análise robusto. A partir dessas médias ajustadas e erros padrão, foi calculado o efeito *D de Cohen*, entre os quatro períodos de avaliação: de março a julho (intervenção); de julho a agosto (recesso); agosto a dezembro (intervenção); março a dezembro (efeito final do ano letivo). Os tamanhos de efeito foram classificados conforme sua magnitude: sem efeito <0,19; 0,19-0,39 (pequeno); 0,40 a 0,69 (médio); 0,70 acima (grande) (HOPKINS, 2000). Os cálculos foram realizados nos softwares *Microsoft office Excel 2016 e IBM SPSS for Windows* versão 20.0.

RESULTADOS

As características da amostra, distribuição média e efeitos entre sexos nas variáveis de aptidão física e PAS podem ser observadas na tabela 1. Foram observados grandes efeitos (diferenças) no que se refere ao número de abdominais, APCR, para o sexo masculino comparado ao sexo feminino, grupo que apresentou maior idade (efeito grande), maior massa corporal e PAS (efeito pequeno).

Tabela 1. Características dos sujeitos da pesquisa e comparação entre sexos (período inicial)

	Feminino (9)		Masculino (18)		D
	Média	DP	Média	DP	
Idade (Anos)	29,38	15,39	20,40	9,34	0,71
Massa corporal (kg)	72,18	22,33	65,98	17,73	0,31
Estatura (metros)	1,67	0,05	1,71	0,10	0,51
Abdominais (rep)	12,25	11,03	35,92	8,81	2,37
APCR (metros/6minutos)	598,00	96,35	992,46	184,50	2,68
Flexibilidade (cm)	22,00	6,56	32,00	15,20	0,85
PAS (mmHg)	126,25	7,44	123,08	12,51	0,31

APCR: aptidão cardiorrespiratória; PAS: pressão arterial sistólica e diastólica; AF: atividade física; DP. Desvio padrão; D: tamanho do efeito D de Cohen.

Na tabela 2 observa-se os respectivos efeitos nos diferentes períodos de avaliação. No sexo feminino, entre março e julho, houve aumento (efeito grande) na APCR e na flexibilidade. De

julho para agosto, no recesso escolar, foi observada redução na flexibilidade (efeito médio) e APCR (efeito médio). Entre agosto e dezembro a flexibilidade e a APCR aumentaram (efeitos médios), e houve grande redução no nível de PAS. No período total entre março a dezembro foi encontrado aumento da flexibilidade e redução da PAS.

Com relação ao sexo masculino, percebe-se que ocorreram pequenas melhorias na flexibilidade entre março e julho. Entre julho e agosto, no recesso, há redução da APCR, flexibilidade e PAS (efeitos pequeno e médio). De agosto para dezembro houve grande aumento da APCR e redução de médio efeito na PAS. Nos efeitos do ano letivo de março para dezembro verificou-se redução (efeito grande) da PAS e aumento da APCR (efeito pequeno).

DISCUSSÃO

Os principais resultados deste estudo indicam que a EF promoveu efeito benéfico nas variáveis da APCR e flexibilidade do sexo feminino entre março e julho, corroborando estudos que indicam as modalidades de ginástica com música favorecem à saúde das mulheres (HILL; HANNON, 2008; LEMES et al., 2017a, 2017b, 2018; MOURA et al., 2007). Esse tipo de aula é considerado um método eficiente para a melhora da aptidão física e para capacidades motoras funcionais (FURTADO; SIMÃO; LEMOS, 2004; LEMES et al., 2018; PICOLINI et al., 2015). Esses efeitos podem estar relacionados aos níveis de atividade física, aptidão física decrescentes e insuficientes à saúde no sexo feminino, sendo também inferiores ao sexo masculino (KING; LING, 2015; LEMES et al., 2020b; SALLIS et al., 2016; VON HIPPEL; BRADBURY, 2015). Nosso estudo contribui como uma sugestão para que as escolas possam oferecer

Tabela 2. Efeitos entre os meses de avaliação e erro padrão médio dos níveis de aptidão física e pressão arterial ajustados para idade nos dois sexos.

	Março			Julho			Agosto			Dezembro		
	M	D (mar-jul)		M	ep	D (jul-ago)	M	ep	D (ago-dez)	M	ep	D (mar-dez)
Feminino (9)												
Abdominais (rep)	13,52	33,37	-0,04	9,95	34,05	0,06	16,15	32,97	-0,01	14,69	32,70	0,01
APCR (metros)	603,84	34,05	0,95	694,09	29,35	-1,13	555,20	50,16	0,55	626,40	34,12	0,23
Flexibilidade (cm)	22,31	1,64	1,33	28,74	1,59	-0,57	26,17	1,43	0,68	29,33	1,65	1,49
PAS (mmHg)	126,13	2,29	0,09	127,63	7,67	0,21	132,69	7,93	-0,99	110,79	5,89	-1,06
Masculino (18)												
Abdominais (rep)	35,94	2,00	-0,25	33,98	2,77	-0,22	31,07	2,04	0,32	34,11	2,38	-0,20
APCR (metros)	993,31	47,10	0,01	995,66	48,49	-0,61	861,19	55,66	0,84	1021,68	30,73	0,17
Flexibilidade (cm)	31,85	3,65	0,24	34,91	2,34	-0,50	29,84	2,44	0,08	30,62	2,38	-0,09
PAS (mmHg)	123,32	2,24	0,35	127,66	3,52	-0,56	119,66	3,23	-0,69	111,89	2,79	-1,17

APCR: aptidão cardiorrespiratória (metros em 6 minutos); PAS pressão arterial sistólica (milímetros de mercúrio); Abdominais: repetições em 1 minuto; Flexibilidade: centímetros; ep: erro padrão da variância média ajustada para a idade; D: efeito D de Cohen ajustado para a idade em cada sexo; Efeitos maiores que 0,40 estão demarcados em negrito. D final: representa o efeito entre março e dezembro. M=variância média ajustada para idade; (mar-jul)= março a julho; (jul-ago)= julho a agosto; (ago-dez)= agosto à dezembro; (mar-dez)= março a dezembro

aulas diferenciadas ao público feminino, como de ginástica em mini trampolim (*Jump*).

Entretanto, com relação ao sexo masculino não ocorreram efeitos relevantes no primeiro período de avaliação. Os efeitos provenientes das aulas com a modalidade *Jump* foram de fato muito baixos ($d = -0,25$ a $0,35$). Isso pode ser justificado porque essa modalidade não desperta tanto o interesse, engajamento e motivação deste sexo. Evidências sugerem que há preferência dos meninos e homens por outras modalidades como os esportes coletivos que envolvem competição, disputa e contato físico (HILLAND et al., 2011; LEMES et al., 2017b, 2018, 2020a, 2020b).

No período de recesso escolar (julho e agosto) houve grande redução da aptidão física (APCR e na flexibilidade) nos dois sexos. A principal hipótese para esse resultado negativo está relacionada com o destreino, já que estes estudantes não tiveram aulas de EF durante esse período, e essa era uma das principais oportunidades para prática de exercício físico (LOBO; CARVALHO; SANTOS, 2010). Este resultado aponta que a EF é importante para manter os indivíduos praticando exercícios, para aumentarem os níveis de aptidão física à saúde.

Cabe ressaltar que a melhora da aptidão física é importante para proteger os sujeitos da EJA de fatores de risco às doenças cardiometabólicas e osteomusculares (ANDERSEN et al., 2015; BRAND et al., 2019, 2020; LEMES et al., 2018).

Além disso, a APCR está associada com melhores índices de saúde mental e desempenho cognitivo (ORTEGA, 2018; DEARY et al., 2006). Observa-se no presente estudo, que estes efeitos benéficos podem ter acontecido com maior efetividade no sexo feminino, pois as aulas de EF na escola foram oportunidades para as alunas terem acesso a prática de exercício supervisionado e, de fato, aumentarem a APCR (LEMES et al., 2017a, 2017b, 2018).

Também, é importante ressaltar que ocorreu uma diminuição da PAS no período sem aulas de EF para o sexo masculino, fato difícil de ser explicado somente pela intervenção com EF. No entanto, considera-se hipoteticamente que estes sujeitos deram continuidade na prática de esportes durante o recesso, auxiliando na manutenção/redução da pressão arterial (EWART; YOUNG; HAGBERG, 1998; GARCÍA-HERMOSO et al., 2020; KETELHUT; KETELHUT; KETELHUT, 2020). Especula-se que os estudantes praticavam futsal e corrida em maior volume nesse período, pois não precisavam frequentar a escola durante a noite. Fato favorável para redução da PAS, comparativamente ao período na escola, no qual permaneciam sentados, ou nas aulas de *Jump* onde havia menor envolvimento (destreino) (AGUIAR et al., 2012).

Por outro lado, quando as aulas de handebol e rúgbi retornaram, entre agosto e dezembro, houve incremento da APCR nos dois sexos, redução expressiva da PAS e aumento da flexibilidade no sexo feminino. Fato explicado possivelmente pelo

formato de aula ao ar livre com pequenos e grandes jogos, amplitude e volume de movimentos muito maior que nas aulas de ginástica em mini trampolim (BENDIKSEN et al., 2014; HORNSTRUP et al., 2017; LEMES et al., 2019). Ressalta-se que a prática desportiva que envolve jogo de invasão e competição é uma boa estratégia para o aumento da aptidão física. Os estudos indicam que a potência aeróbica e a flexibilidade podem aumentar com os diferentes tipos de aula envolvendo essas metodologias (AGUIAR et al., 2012; MILANOVIC et al., 2015). As aulas de educação física também são importantes para modificar parâmetros hemodinâmicos, justificando a redução da PAS por meio da presente intervenção (EWART; YOUNG; HAGBERG, 1998; GARCÍA-HERMOSO et al., 2020; KETELHUT; KETELHUT; KETELHUT, 2020; MARTÍNEZ-VIZCAÍNO et al., 2020)

Os resultados do presente estudo sugerem que dentre os papéis da EF escolar na EJA estão a manutenção da aptidão física e auxílio para o controle da PAS, principalmente das mulheres. Ressalta-se como força dessa pesquisa que existem poucos estudos de intervenção nas aulas de educação física na EJA, principalmente referentes a promoção da saúde (DI PIERRO, 2010; LEMES et al., 2017a, 2017b, 2018).

No entanto, podemos observar algumas limitações como a amostra conveniente, o baixo número de alunos na intervenção e as diferenças de faixa etária, socioculturais e biológicas, que dificultam o processo de intervenção e avaliação do desenvolvimento dos estudantes na educação física na EJA. Além disso, a inexistência de um grupo controle, falta da avaliação de variáveis intervenientes associadas com a PAS, como alimentação e hábitos de vida. Ademais, é possível sugerir que essas limitações podem ser sugestões para a realização de futuros estudos, já que este é um dos primeiros, a acompanhar os mesmos estudantes ao longo de um ano letivo com aulas de EF na EJA.

Não obstante, é importante salientar que todas as correntes pedagógicas e orientações para a EF escolar devem ser utilizadas para beneficiar os

estudantes da EJA não somente na perspectiva biológica. É possível promover também, um aumento das capacidades de superação, empenho, mais qualidade de vida, conhecimento conceitual para os estudantes saberem seus direitos de acesso e prática à todas as modalidades e manifestações da cultura corporal do movimento (LEMES, 2017c).

Portanto, conclui-se que a intervenção em educação física promoveu aumentos na APCR e flexibilidade, principalmente no sexo feminino. As aulas de EF promoveram adaptações positivas na PAS dos escolares da EJA ao longo de um ano letivo. A ginástica em minitrampolim proporcionou maiores benefícios para o sexo feminino, comparativamente ao masculino. O período de recesso escolar gerou redução de aptidão física, e o retorno das aulas com os esportes coletivos handebol e rúgbi propiciaram efeitos benéficos à saúde semelhantes na APCR e na pressão arterial nos estudantes de ambos os sexos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marco. et al. A Review on the Effects of Soccer Small-Sided Games. *Journal of Human Kinetics*, v. 33, n. 1, 2012.
- ANDERSEN, Lars Bo. et al. A new approach to define and diagnose cardiometabolic disorder in children. *Journal of diabetes research*, v. 2015, n. Cvd, p. 539835, 2015.
- BENDIKSEN, Mads. et al. Heart rate response and fitness effects of various types of physical education for 8- to 9-year-old schoolchildren. *European Journal Of Sport Science*, v. 14, n. 8, p. 861–869, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2020
- BRAND, Caroline. et al. Effect of a multicomponent intervention in components of metabolic syndrome: a study with overweight/obese low-income school-aged children. *Sport Sciences for Health*, v.16, p. 137-145, 2019.
- BRAND, Caroline. et al. Effects and prevalence of responders after a multicomponent intervention on

- cardiometabolic risk factors in children and adolescents with overweight/obesity: Action for health study. *Journal of sports sciences*, v. 38, n. 6, p. 682–691, 2020.
- CARVALHO, Rosa Malena. Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. *Revista Lugares de Educação*, v. 3, n. 5, p. 37–49, 2013.
- DEARY, Ian J. et al. Physical fitness and lifetime cognitive change. *Neurology*, v. 67, n. 7, p. 1195–1200, 2006.
- DI PIERRO, Maria Clara. Youth and adult education in the national plan for education: assessment, challenges and perspectives. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 939–959, 2010.
- EWART, Craig. K.; YOUNG, Deborah Rohm.; HAGBERG, James M. Effects of School-Based Aerobic Exercise on Blood Pressure in Adolescent Girls at Risk for Hypertension. *American Journal of Public Health*, v. 88, n. 6, p. 949–951, 1998.
- FARIAS, Edson dos Santos. et al. Efeito da atividade física programada sobre a aptidão física em escolares adolescentes. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, v. 12, n. 2, p. 98–105, 2010.
- FURTADO, Elen; SIMÃO, Roberto; LEMOS, Adriana. Análise do consumo de oxigênio, frequência cardíaca e dispêndio energético, durante as aulas do *Jump Fit*. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 10, p. 371–375, 2004.
- GARCÍA-HERMOSO, Antonio. et al. Association of Physical Education with Improvement of Health-Related Physical Fitness Outcomes and Fundamental Motor Skills among Youths: A Systematic Review and Meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, v. 74, n. 6, p. 1–11, 2020.
- GAYA, Adroaldo; GAYA, Anelise. PROESP-Br Manual de testes e avaliação. Porto Alegre. Editora Perfil. UFRGS, 2016.
- GUNTHER, Maria Cecília Camargo. O direito à educação física na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 36, n. 2, p. 400–412, 2014.
- HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 197–211, 2007.
- HILL, Grant; HANNON, James. C. An analysis of middle school students physical education physical activity preferences. *The Physical Educator*, v.65, n.04, 2008.
- HILLAND, Toni A. et al. Associations Between Selected Demographic, Biological, School Environmental and Physical Education Based Correlates, and Adolescent Physical Activity. *Pediatric Exercise Science*, v. 23, n. 1, p. 61–71, fev. 2011.
- HOPKINS, Will G. Mesasures of reliability in sports medicine and science. *Sports Medicine*, v. 30, n. 1, p. 1–15, 2000.
- HORNSTRUP, Therese et al. Fitness and health benefits of team handball training for young untrained women-A cross-disciplinary RCT on physiological adaptations and motivational aspects. *Journal of Sport and Health Science*, v. 7, p. 139–148, 2017.
- KETELHUT, Sascha; KETELHUT, Sebastian R.; KETELHUT, Kerstin. School-Based Exercise Intervention Improves Blood Pressure and Parameters of Arterial Stiffness in Children: A Randomized Controlled Trial. *Pediatric Exercise Science*, p. 1–7, 2020.
- KING, Kristi. M.; LING, Jlying. Results of a 3-Year, Nutrition and Physical Activity Intervention for Children in Rural, Low-Socioeconomic Status Elementary Schools. *Health Education Research*, v. 30, n. 4, p. 647–659, 2015.
- KNOPP, Daniele; PRAT, Ignasi A.; AZEVEDO, Mario R. Intervenções escolares de médio e longo prazo para promoção de atividade física: Revisão sistemática. *Revista Brasileira Atividade Física e Saúde*, v. 19, n. 2, p. 142–152, 2014.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. Efeitos da educação física sobre indicadores de saúde cardiometabólica em jovens e adultos com diferentes ocorrências de estresse. *Revista Ciência e Conhecimento*, v. 11, n. 2, p. 46–56, 2017a.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. Efeito das aulas de ginástica escolar nos níveis de atividade física: jump na educação de jovens e adultos (EJA). *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, v. 11, n. 70 supl 1, p. 863–870, 2017b.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. *Jump* gymnastic at

- school physical education for adolescents and adults: changes and prevalence of success in health-related physical fitness. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 23, p. 1–10, 2018.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. Efeitos da Educação Física nos níveis de aptidão cardiorrespiratória e no índice de massa corporal na Educação de Jovens e Adultos – EJA. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 33, n. 4, p. 639–647, 2019.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. A educação física escolar com aulas de JUMP e a frequência da atividade física de jovens e adultos. *Kinesis*, 2020a.
- LEMES, Vanilson Batista. et al. Associations among psychological satisfaction in physical education, sports practice, and health indicators with physical activity: Direct and indirect ways in a structural equation model proposal. *International Journal of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 2020b.
- LEMES, Vanilson Batista. Relatos de uma proposta de educação física escolar: A promoção da saúde na educação de jovens e adultos (EJA). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017c.
- LOBO, Alexandrina; CARVALHO, Joana; SANTOS, Paula. Effects of Training and Detraining on Physical Fitness, Physical Activity Patterns, Cardiovascular Variables, and HRQoL after 3 Health-Promotion Interventions in Institutionalized Elders. *International Journal of Family Medicine*, v. 2010, p. 486097, 2010.
- MARTÍNEZ-VIZCAÍNO, Vicente et al. Effectiveness of a school-based physical activity intervention on adiposity, fitness and blood pressure: MOVI-KIDS study. *British journal of sports medicine*, v. 54, n. 5, p. 279–285, 2020.
- MILANOVIC, Zoran et al. Health-Related Physical Fitness in Healthy Untrained Men: Effects on VO₂max, *Jump* Performance and Flexibility of Soccer and Moderate-Intensity Continuous Running. *PloS one*, v. 10, n. 8, p. e0135319, 2015.
- MINATTO, Giseli et al. School-Based Interventions to Improve Cardiorespiratory Fitness in Adolescents: Systematic Review with Meta-analysis. *Sports Medicine*, v. 46, n. 9, p. 1273–1292, 2016.
- MOURA, Nicole Lopes et al. A influência motivacional da música em mulheres praticantes de ginástica de academia. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 6, n. 3, p. 103–118, 2007.
- OLIVEIRA, Luciane Canto Vargas et al. Effect of an intervention in Physical Education classes on health related levels of physical fitness in youth. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 22, n. 1, p. 46–53, 2017.
- ORTEGA, Francisco B. et al. Fitness and Fatness as Health Markers through the Lifespan. *Progress in Preventive Medicine*, v. 3, n. 2, p. e0013, 2018.
- PICKERING, Thomas G et al. Recommendations for blood pressure measurement in humans and experimental animals: part 1: blood pressure measurement in humans: a statement for professionals from the Subcommittee of Professional and Public Education of the American Heart Association Cou. *Circulation*, v. 111, n. 5, p. 697–716, 2005.
- PICOLINI, Luana Carvalho et al. Efeitos da prática de *Jump* no equilíbrio e no tempo de reação em mulheres. *ConScientiae Saúde*, v. 14, n. 4, p. 585–591, 2015.
- SALLIS, James F et al. Series Physical Activity 2016 : Progress and Challenges Progress in physical activity over the Olympic quadrennium. *The Lancet*, v. 6736, n. 16, p. 1–12, 2016.
- VIVAS, Emilia Arrebola et al. Eficacia de un programa para el tratamiento del sobrepeso y la obesidad no mórbida en atención primaria y su influencia en la modificación de estilos de vida. *Nutricion Hospitalaria*, v. 28, n. 1, p. 137–141, 2013.
- VON HIPPEL, Paul T; BRADBURY, W. Kyle The effects of school physical education grants on obesity, fitness, and academic achievement. *Preventive Medicine*, v. 78, p. 44–51, 2015.
- WORLD MEDICAL ASSOCIATION. World Medical Association Declaration of Helsinki: Ethical Principles for Medical Research Involving Human Subjects. *JAMA : the journal of the American Medical Association*, v. 310, n. June 1964, p. 1–5, 2013.



Ambiente

Gestão & Desenvolvimento
ISSN 1981-4127

Ciências Socialmente Aplicadas





A EXPOSIÇÃO DA IMPRENSA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS PUBLICADOS NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA E OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM).

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/862>

THE PRESS EXHIBITION ON VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RORAIMA: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE DATA PUBLISHED IN THE JOURNAL FOLHA DE BOA VISTA AND THE ATTENDANCE CARRIED OUT BY THE SPECIALIZED DELEGACY OF WOMEN'S SERVICE (DEAM).

*Adria Leidens - Universidade Estadual de Roraima <https://orcid.org/0000-0001-9646-1271>
Giseli Deprá - Universidade Estadual de Roraima/UERR <http://lattes.cnpq.br/9855432778700243>*

RESUMO: Este artigo discute a exposição da imprensa sobre a violência contra a mulher em Roraima, analisando comparativamente os dados publicados pelo Jornal Folha de Boa Vista e os atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM-RR), no ano de 2016. A relevância está na compreensão da violência contra a mulher como fruto de uma construção social androcêntrica, que favorece uma desigualdade que insiste em permanecer e que se manifesta, no limite, por meio de situações de violência. No estado de Roraima, por exemplo, em todos os meses de 2016 mais de 200 atendimentos foram feitos na DEAM-RR. Esses dados permitiram estabelecer o objetivo geral que foi confrontar as estatísticas dos atendimentos da DEAM-RR com as notícias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista. Para alcançar o referido objetivo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, com inquirição e análise de dados sobre violência contra a mulher na DEAM-RR e no Jornal Folha de Boa Vista. Os resultados revelaram uma discrepância quantitativa de casos sobre violência contra a mulher, uma vez que, enquanto a DEAM-RR ao longo do ano realizou 2.863 atendimentos, o Jornal Folha de Boa Vista noticiou apenas aproximadamente 89 casos. Para além, verificou-se um padrão na publicação de notícias sobre violências extremas. Destarte, esses casos extremos são apenas o estopim de um processo de violência que se iniciou de forma circunspecta. A violência contra a mulher, e sua expressão fatal (feminicídio) não é resultado de algo decorrente da noite para o dia.

Palavras-chave: Violência, Mulher, Feminicídio, Imprensa.

ABSTRACT: This article discusses the press presentation on violence against women in Roraima, comparatively analyzing the data published by the Folha de Boa Vista newspaper and the assistance provided by the Specialized Police Service for Women (DEAM-RR), in 2016. The relevance lies in the understanding of violence against women as the result of an androcentric social construction, which favors an inequality that insists on remaining and that manifests itself, in the limit, through situations of violence. In the state of Roraima, for example, in every month of 2016 more than 200 calls were made at DEAM-RR. These data made it possible to establish the general objective, which was to compare DEAM-RR's service statistics with the news published in the Folha de Boa Vista newspaper. To achieve this objective, bibliographic and documentary research was used, with inquiries and analysis of data on violence against women in DEAM-RR and in the Folha de Boa Vista newspaper. The results revealed a quantitative discrepancy in cases of violence against women, since, while DEAM-RR carried out 2,863 visits throughout the year, Jornal Folha de Boa Vista reported only approximately 89 cases. In addition, there was a pattern in the publication of news on extreme violence. Thus, these extreme cases are only the trigger for a process of violence that began in a circumspect manner. Violence against women, and its fatal expression (femicide) is not the result of something that happened overnight.

Keywords: Violence, Woman, Femicide, Press.

INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa aqui proposta envolve “a exposição da imprensa sobre a violência contra a mulher em Roraima: uma análise comparativa entre os dados publicados no Jornal Folha de Boa Vista e os atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM-RR)”. Discutir esse tema é importante para compreender que a violência contra a mulher apesar de histórica é contemporânea, se manifestando na atualidade por meio de variados tipos de infrações, as quais permitem compreender que tais manifestações são resultado de uma relação desigual, na qual o gênero masculino sobrepõe o feminino e o subordina.

A tentativa de diagnóstico e enfrentamento dessa relação desigual não é recente, Colling (2014) sublinha que a categoria “gênero” surgiu com o intuito de denunciar a discriminação que a mulher sofria e sofre em todos os âmbitos, além de negar a naturalidade de uma relação dessemelhante entre os sexos. Como resultado dessa disparidade construída socialmente e reproduzida, a violência contra a mulher se instaura e sua superação se torna a cada dia mais difícil, pois, como pondera Saffioti (2004, p. 74) “a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos”.

Para especificar como a situação de violência contra as mulheres se apresenta em Roraima, Leidens (2017) aponta que em 2016 a DEAM-RR realizou mais de 200 atendimentos em todos os meses. Isso significa que um número expressivo de mulheres foi violado de maneira física, psicológica, sexual, moral e patrimonial no ano de 2016. Para além disso, esses dados implicam também no reconhecimento da intensão de rompimento com a violência por partes dessas mesmas mulheres, na medida em que elas se deslocaram à DEAM-RR em busca de atendimentos.

Tendo em vista as estatísticas de atendimentos realizados pela DEAM-RR no ano de 2016 surgiu então a problemática desta pesquisa: qual a proporção de casos de violência contra a mulher registrados na DEAM-RR com os casos noticiados na imprensa local? Esse questionamento não é secundário frente ao crônico problema da violência contra a mulher. Ao contrário, a própria Lei Maria da Penha¹, em seu artigo 8º, confere à publicização dos casos de violência um importante meio para seu enfrentamento. Mais ainda, noticiar apenas os casos de violência física repercute somente parte de um problema mais amplo, uma vez que a violência contra a mulher se mostra também por meio da violência sexual, psicológica, moral e patrimonial. Assim, pretendeu-se investigar, tanto se o quantitativo dos casos de violência retratados pela imprensa é condizente com a realidade, quanto também avaliar a natureza das notícias, ou seja, a tipificação dos casos retratados.

O foco da pesquisa na publicização de notícias sobre violência contra a mulher se justifica a partir da importância que a publicação quantitativa e qualitativa de notícias tem no enfrentamento à violência, em consonância ao supracitado artigo 8º da Lei Maria da Penha. Ou seja, expor adequadamente a preocupante situação de violência contra a mulher tem o papel de mobilizar a sociedade para a ainda vigente desigualdade de gênero, bem como suplantar a aparente normalidade da superioridade do masculino sobre o feminino.

Devido a importância da imprensa estadual no embate às desigualdades de gênero, sobretudo em relação à violência contra a mulher, este artigo confronta os números de atendimentos realizados na DEAM no ano de 2016 com as notícias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista no referido ano. A escolha desta pesquisa, contextualiza-se a questão da violência contra a mulher no Brasil identificando particularidades do estado de Roraima por meio dos dados dispostos no Mapa da

1 “Em 07 de agosto de 2006, foi aprovada a Lei 11.340, que cria mecanismos inibitivos e punitivos à violência doméstica e familiar contra a mulher. Conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, recebeu essa titulação em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de homicídio por seu marido em 1983. Além dos abusos e intimidações padecidas no decorrer de sua vida conjugal”. (LEIDENS, 2017, p. 34).

violência de 2015 que se refere a dados de 2014 (WAISELFISZ, 2015), bem como os números dos atendimentos realizados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no ano de 2016, disponibilizados pela DEAM-RR. A partir desses dados, fez-se possível a comparação com as notícias de violência divulgadas no site do Jornal Folha de Boa Vista.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica aconteceu por meio da leitura de livros, artigos, teses e investigação em informações de sítios eletrônicos, com a finalidade de promover uma discussão textual sobre a violência contra a mulher na contemporaneidade e o papel da imprensa no seu enfrentamento. Subsequentemente, realizou-se a pesquisa documental com inquirição e análise de dados sobre violência contra a mulher na DEAM-RR e no Jornal Folha de Boa Vista.

O angariamento de dados no Jornal Folha de Boa Vista foi realizado por meio de consulta digital, uma vez que este jornal é de livre acesso e suas publicações estão disponibilizadas no endereço eletrônico “<https://folhabv.com.br/>”, a escolha deste jornal se deu em razão de ter grande alcance estadual e de ser o com maior circulação local. Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas, organizadas por meses e por palavras-chave. Os dados da DEAM estão disponíveis no sistema de informação do judiciário (PROJUDI). Este sistema tem acesso restrito, porém, durante o trabalho de campo da graduação (2017), com autorização da Delegada Geral da Polícia Civil que concedeu permissão para o desenvolvimento da pesquisa na DEAM-RR, teve-se a possibilidade de analisar as estatísticas do ano de 2016. Na DEAM-RR, a Delegada Titular imprimiu e concedeu para fins de pesquisa as informações e dados quantitativos de atendimentos realizados.

Apesar da DEAM-RR ser imprescindível na investigação e repressão de crimes contra o gênero feminino, a finalidade deste trabalho foi dar destaque à imprensa, visto que a informação é uma função relevante, principalmente em se tratando do

enfrentamento à cultura sexista que origina a violência contra a mulher. Portanto, o objetivo geral deste artigo foi confrontar as estatísticas dos atendimentos da DEAM-RR com as notícias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista.

Além da introdução, o trabalho está organizado em capítulo único, em que é apresentado o desenvolvimento do tema e as problemáticas que envolvem a violência contra a mulher no Estado de Roraima. Por fim, as considerações finais, demonstram de forma essencial os resultados alcançados.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RORAIMA

O reconhecimento da participação das mulheres na historiografia é recente, os paradigmas tradicionais sobre os gêneros começaram a emergir com mais frequência a partir da década de 1970. A entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho possui grande importância na afirmação da mulher como protagonista da história, mas não se pode esquecer-se das bandeiras de luta do movimento feminista, que almejavam liberdade e igualdade de direitos. Por exemplo, a discussão das pautas femininas ocorreu com mais fervor em 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instaurou o Ano Internacional da Mulher. E de acordo com Matos (2009, p. 278), mesmo sob contexto desfavorável do governo militar brasileiro, temas polêmicos referentes à mulher começaram a ser discutidos, tais como: contracepção, aborto, reivindicações concernentes ao trabalho e à cidadania das mulheres, e violência sexual.

Desde a emergência das pautas feministas, as mulheres lutavam contra a violência sexual e ainda hoje essa questão além de recorrente, tem alcançado índices preocupantes. De acordo com o Mapa da Violência de 2015 em 2014 foram atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) 223.796 pessoas em situação de violência, destas, 75.936 homens e 147.691 mulheres (WAISELFISZ, 2015, p. 44). Aos dados do Mapa da Violência, acrescenta-se dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN),

Tabela 1 - Número de violências no SUS, segundo etapa de vida e sexo no Brasil em 2014

Etapa	Número			
	Feminino	Masculino	S/D	Total
Criança	20.707	17.411	130	38.248
Adolescente	24.708	13.248	9	37.965
Jovem	42.442	18.213	16	60.671
Adulto	52.979	21.264	13	74.256
Idoso	6.855	5.800	1	12.656
Total	147.691	75.936	169	223.796

Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 42)

do Ministério da Saúde, os quais demonstram que duas em cada três dessas vítimas foram mulheres que precisaram de atenção médica pelo extremo de violências domésticas, sexuais e/ou outras (WAISELFISZ, 2015, p. 44). É possível observar que, em média, todos os dias do ano de 2014, 405 mulheres foram atendidas em alguma unidade de saúde do país em decorrência de alguma violência sofrida.

No que se refere ao SINAN, em 2007 foi lançado um Manual de Normas e Rotinas para entender o seu funcionamento (BRASIL, 2007, p. 22), no qual as fichas de notificação deveriam informar apenas agravos de algumas doenças². Entretanto, Waiselfisz (2015, p. 10) esclarece que, as notificações de violência contra a mulher foram implantadas no SINAN apenas em 2009. Essa notificação deve ser contínua e compulsória quando há suspeita ou confirmação de violências que envolvam crianças, adolescentes (Estatuto da Criança e Adolescente), mulheres (Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher), e idosos (Estatuto do Idoso).

A notificação das violências é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante preenchimento de uma ficha específica, a qual é de suma importância para a contabilização dos casos nacionais e locais. Por meio desses dados nacionais, foi possível a complementação do Mapa da Violência de 2015, que expôs milhares de mulheres em situação de violência atendidas pelo SUS, dentre as quais: 52.979 adultas, 42.442 jovens, 24.708 adolescentes, 20.707 crianças e 6.855 idosas (WAISELFISZ, 2015, p. 44). Estes dados, podem ser observados com mais detalhes na tabela 1, na qual é perceptível que em todas as fases da vida, prevalece o quantitativo de mais mulheres que homens vítimas de violência.

Na tabela 1, além de indicar maior percentual de mulheres em situação de violência atendidas pelo SUS no Brasil, pode-se compreender que jovens e adultas foram alvo dos agressores, apresentando números quase triplicados quando comparados aos casos masculinos nas mesmas etapas de vida. O mapa da violência, que proporcionou os dados apresentados na tabela 1, também apresenta informações que demonstram a violência contra mulher no estado de Roraima (tabela 2). É possível verificar, que os dados nacionais quando comparados aos dados do estado de Roraima, também indicam que o número de mulheres agredidas é maior que o número de homens, atendidos no SUS.

Observa-se na tabela 2, que em 2014 foram atendidas pelo SUS no estado de Roraima, 839 pessoas em situação de violência, das quais 628 eram do sexo feminino e 211 do sexo masculino. No comparativo dos estados brasileiros em atendimentos masculinos realizados pelo SUS, o estado de Roraima encontrava-se em nono lugar. Em contrapartida, os atendimentos femininos proporcionaram ao estado, o terceiro lugar, atrás apenas dos estados Acre e Pará.

As tabelas 1 e 2 evidenciam a onda de violência que assola as mulheres brasileiras, e em específico as que vivem em Roraima. O desencadeamento desses crimes, segundo Leidens (2017, p. 31) está na imposição de espécimes que afeta diretamente na dessemelhança, na submissão e, conseqüentemente, na agressividade em potencial.

2 Botulismo; Carbúnculo ou “Antraz”; Cólera; Coqueluche; Doenças Exantemáticas (Sarampo e Rubéola); Dengue; Difteria; Doença de Creutzfeldt-Jacob; Doenças de Chagas (casos agudos); Esquistossomose (em área não endêmica); Febre Amarela; Febre do Nilo Ocidental; Febre Maculosa; Febre Tifóide; Hantavírus; Leptospirose; Malária; Meningite; Peste; Poliomielite/Paralisia Flácida Aguda; Raiva Humana; Sífilis; Congênita; Sífilis em gestante; Síndrome Febril Íctero-Hemorrágica Aguda; Síndrome Respiratória Aguda Grave; Tétano Neonatal e Acidental; Tularemia; Varíola.

Tabela 2 - Número por violências no SUS, segundo UF/região e sexo. Brasil. 2014

UF/Região	Número	
	Feminino	Masculino
Acre	1.018	106
Amapá	297	158
Amazonas	2.431	931
Pará	3.172	707
Rondônia	426	159
Roraima	628	211
Tocantins	1.931	741
Norte	9.903	3.013
Alagoas	1.916	1.394
Bahia	6.070	4.195
Ceará	1.863	1.241
Maranhão	1.754	856
Paraíba	1.563	942
Pernambuco	7.970	2.747
Piauí	1.328	797
Rio Grande do Norte	1.266	774
Sergipe	821	278
Nordeste	24.551	13.224
Espírito Santo	3.113	1.123
Minas Gerais	26.962	12.909
Rio de Janeiro	13.684	7.952
São Paulo	27.629	13.325
Sudeste	71.388	35.309
Paraná	12.432	6.983
Rio Grande do Sul	11.777	5.530
Santa Catarina	6.555	4.817
Sul	30.764	17.330
Distrito Federal	1.769	815
Goiás	3.143	2.312
Mato Grosso	1.269	1.026
Mato Grosso do Sul	4.904	2.907
Centro-Oeste	11.085	7.060
Brasil	147.691	75.936

Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 43 e 44)

Teles e Melo (2003, p. 18) coadunando com a ideia de Leidens (2017) caracterizam a violência contra a mulher como resultado de uma relação de dominação do homem sobre a mulher. Essa relação,

demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçado pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis submissos as mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir vir das mulheres.

Dessa forma, os estereótipos foram

produzidos e reproduzidos com a ideia de que o homem era superior e proprietário da mulher. Com essa ideia ilusória de superioridade masculina e objetificação feminina, que perfaz ainda na atualidade, os homens agredem, machucam e matam mulheres todos os dias. Inclusive, o estado de Roraima apresenta ainda estatísticas descomunais de assassinatos de mulheres.

Segundo Prado e Sanematsu (2017, p. 9) “o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero recebeu uma designação própria: feminicídio”. A lei 13.104/2015 que alterou o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos, caracteriza o feminicídio como um crime que ocorre contra a mulher por razões do sexo feminino, que envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

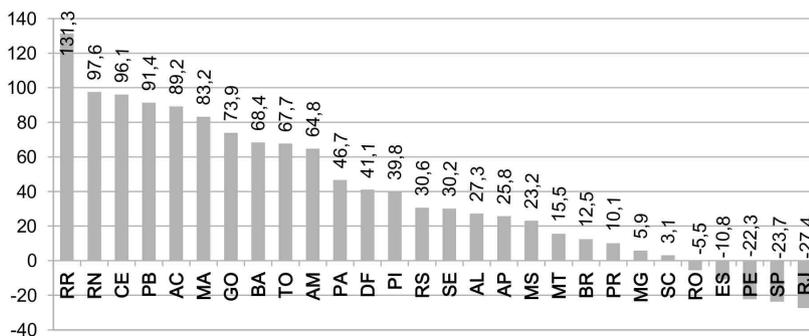
Ainda conforme Prado e Sanematsu (2017, p. 10) o feminicídio, “é a expressão extrema, final e fatal das diversas violências que atingem as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de poder entre os gêneros masculino e feminino e por construções históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais discriminatórias.”

O crime de feminicídio como o último grau de violação que o homem exerce sobre a mulher, é quase sempre antecedido por outras tipificações de violência, nas quais o gênero masculino exerce a ideia de superioridade por meio da força, para agredir, discriminar e menosprezar a situação da mulher. Essa e as outras violências sofridas pelas mulheres não são resultado de algo decorrente da noite para o dia. As mulheres vivem em contextos desiguais tolerados pela sociedade há muito tempo. O mapa da violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015) por exemplo, expõe números nacionais significativos que mostram um aumento de 252% em mortes de mulheres de 1980 a 2013, ou seja, em 1980 foram contados 1.353 casos, e em 2013, 4.762 mulheres tiveram suas vidas dilaceradas.

A elucidação de um feminicídio não é complexa, ele pode ocorrer em qualquer lugar, com qualquer mulher e em todos os ciclos de vida dela. Pode ou não ser em uma relação íntima, familiar, e com ou sem padrão sistêmico de violência. Onde estiver uma mulher, pelo simples fato de ter nascido com tal e ser considerada inferior, ela estará sujeita a sofrer essa violação fatal. Entretanto, nem todos os assassinatos de mulheres (feminicídios) podem ser ou são motivados por razões de gênero. Dessa forma, Prado e Sanematsu acrescentam que é “dever do estado, sobretudo dos sistemas de segurança e justiça, adotar práticas que permitam saber se as motivações de gênero concorreram para o assassinato” (2017, p. 19).

Sobre esse tipo extremo e fatal de violência (feminicídio), o estado de Roraima apresenta altos índices se comparados aos dados nacionais. Esse estado sobretudo, exibe as maiores taxas (por 100 mil) de 2006 a 2013 conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Aumento percentual das taxas de homicídios de mulheres (por 100 mil), no Brasil entre 2006/2013

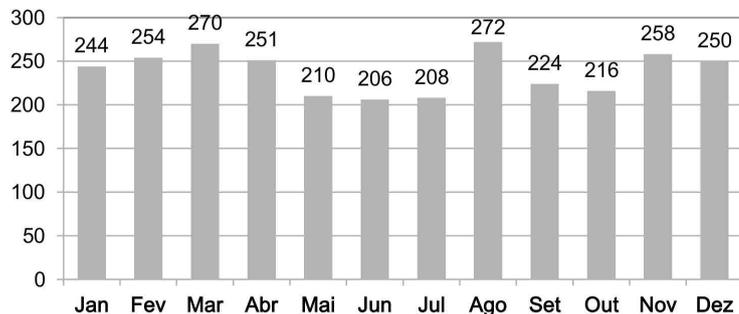


Fonte: (WAISELFISZ, 2015, p. 16)

No intervalo de tempo de 2006 a 2013 (gráfico 1), o crescimento de homicídios de mulheres em Roraima foi de 131,3%. Em 2013, o estado de Roraima exibiu um acréscimo escomunal no registros de feminicídios. Foram 15,3 homicídios por 100 mil, enquanto em estados como São Paulo e Santa Catarina esse índice era 3 por 100 mil mulheres.

Os índices contidos no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) atestam a situação alarmante apresentada em Roraima até 2013, para além, Leidens (2017) também expõe dados sobre atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no ano de 2016 (gráfico 2) à mulheres em situação de violência.

Gráfico 2 - Quantitativo de Atendimentos Realizados na DEAM - RR em 2016



Fonte: (DEAM-RR, 2017)

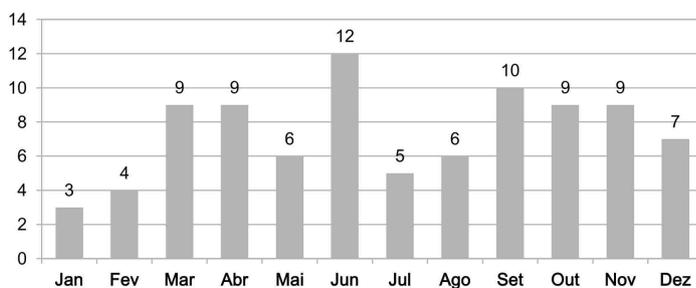
Destaca-se no gráfico 2 que os três primeiros meses do ano de 2016 apresentaram um acréscimo de atendimentos realizados na DEAM, em janeiro foram 244, fevereiro 254 e no mês de março foram 270 atendimentos a mulheres. Já em abril, maio, junho e julho os números caíram infimamente, foram 251, 210, 206 e 208 atendimentos respectivamente. O mês de agosto apresentou o maior quantitativo do ano de 2016 em atendimentos na DEAM, com um total de 272. Em setembro e outubro com um pequeno decréscimo, foram 224 e 216 atendimentos. Os dois últimos meses do ano com um percentual maior que outros meses e menor que o mês de agosto, exibiram 258 atendimentos em novembro e 250 em dezembro.

Cabe ressaltar que os números apresentados pela DEAM-RR não condizem com a totalidade de casos que ocorrem em Roraima. Situações de violência contra a mulher que ocorrem em municípios como São Luíz do Anauá e São João da Baliza que se localizam a mais de 300 km da capital, dada a distância nem sempre são registrados

na DEAM-RR, embora a Lei Maria da Penha, no art. 8º inciso IV disponha a implementação de atendimento policial especializado, em particular nas DEAM's.

No que se refere aos dados da pesquisa de Leidens (2017) sobre os atendimentos na DEAM-RR (gráfico 2), não é possível saber a proporção dos tipos de violência (física, psicológica, sexual, moral e patrimonial). Contudo, por meio das notícias publicadas sobre violência contra a mulher no site do Jornal Folha de Boa Vista, além do quantitativo (gráfico 3) divulgado em 2016, também é possível saber os tipos de notícias sobre violência que a imprensa divulga à sociedade (gráfico 4).

Gráfico 3 - Quantidade de notícias sobre violência contra a mulher publicadas pelo Jornal Folha de Boa Vista em 2016



Fonte: Autoral

O gráfico 3 expõe um baixo percentual de notícias sobre violência contra a mulher publicadas no site Folha de Boa Vista em 2016, o menor índice do ano foi em janeiro, com apenas 3 casos divulgados, e o maior encontra-se em junho com 12 casos de violência. De acordo com o gráfico 2, exposto anteriormente, em 2016 foram registrados 2.863 atendimentos na DEAM-RR, desta totalidade de casos, apenas 89 notícias sobre violência contra a mulher foram publicadas no Jornal Folha de Boa Vista conforme exposição do gráfico 3.

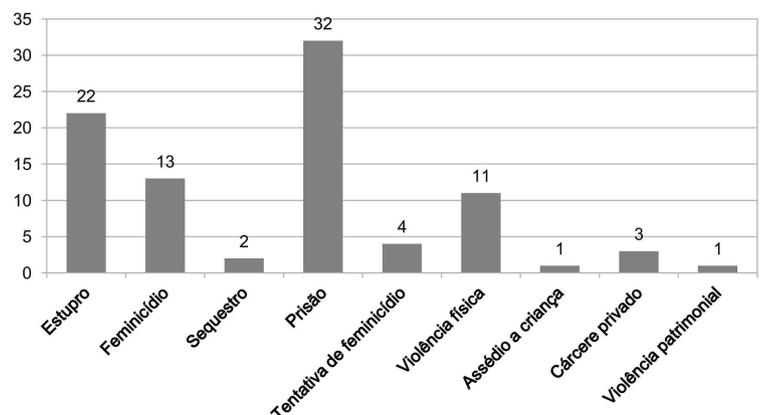
Além da pequena quantidade de notícias divulgadas no Jornal Folha de Boa Vista, há de se ressaltar que na realização da pesquisa foram selecionadas notícias com as palavras chaves: violência contra a mulher; feminicídio; crime passional; Lei

Maria da Penha; violência sexual; abuso sexual; sequestro; prisão preventiva; cárcere privado; ação criminosa; estupro; estupro de vulnerável; mandado de prisão; crime hediondo; violência extrema; e homicídio. Dentre estas palavras-chave, as maiores recorrências são de notícias sobre estupro, feminicídio e prisões, de acordo com o gráfico 4.

O gráfico 4 apresenta também um total de 89 notícias sobre violência contra a mulher publicadas no jornal Folha de Boa Vista em 2016, dentre as quais, 32 foram sobre prisões que ocorreram por feminicídio, estupro, violência física e exploração sexual. As 22 notícias referentes a estupros são em sua maioria a crianças e adolescentes (mulheres), as quais foram violentadas também quase que por unanimidade por um parente próximo. Sobre os 13 casos de feminicídios, prevalecem as relações de poder de homens sobre mulheres em relações íntimas de afeto.

A Folha de Boa Vista também divulgou 11 casos de violência física, que caracterizam crime de ódio a mulheres. Foram 4 notícias sobre tentativas de feminicídio, dentre as quais destacam-se o uso de arma branca e incêndio à residência. Sobre cárcere privado, 3 notícias foram publicadas na Folha, as quais também apresentaram violência física e sexual durante sua ocorrência. Já nos dois casos de sequestros, apenas um apresentou histórico de cárcere privado e violência sexual, o outro conforme relatado em notícia, a agredida conseguiu

Gráfico 4 – Palavras-chave em notícias sobre violência contra a mulher, publicadas na Folha de Boa Vista em 2016



Fonte: Autoral

fugir antes que qualquer outra violência acontecesse. No gráfico 4 também é possível apurar uma notícia sobre assédio a criança e uma sobre violência patrimonial, na qual o companheiro vendeu o carro da esposa sem consentimento dela.

Percebe-se a partir de então certo padrão sistemático na divulgação de notícias sobre violências extremas, e isto não ocorre de maneira aleatória, muito pelo contrário, o intuito da imprensa é justamente fazer com que mais leitores captem suas informações. Nesse sentido Luciana Soares da Silva (2013, p. 31) escreve que o sensacionalismo faz com que a população mantenha o interesse nesses noticiários, o que é bem conveniente para a imprensa.

Para que a imprensa seja mantida em foco é necessário a divulgação dos acontecimentos sensacionais conforme afirmação da pesquisadora Luciana Soares da Silva (2013). Ela relata ainda três questões do porquê a imprensa divulga notícias sobre violências sensacionais, que são: 1) relação dos sujeitos com a notícia; 2) concorrência pela aquisição e transmissão de notícias e; 3) banalização e naturalização de notícias de violência.

A primeira questão referente à “relação dos sujeitos com a notícia em si”, ocorre por meio de duas maneiras: a) experiências diretas e b) experiências indiretas, por meio de escritos, fotos e vídeos. Entretanto, nas experiências indiretas podem ocorrer divulgações manipuladas, não somente com o intuito de atrair audiência, mas também de despontar frente a concorrência (SILVA, 2013, p. 32).

A segunda questão relacionada a “divulgação de notícias sensacionais” apontada por Luciana Soares da Silva (2013, p. 32), “trata da concorrência pela aquisição e transmissão das imagens de violência”. Esta questão influencia principalmente na maneira como a notícia é apresentada, pois, determinado jornal pode por exemplo, colocar a mulher como vítima, enquanto outro jornal pode apresentá-la como culpada por ter sofrido tal violação. A exemplificar, o trecho

seguinte retirado de uma notícia de violência fatal divulgada pela Folha de Boa Vista em 19/12/2016, aborda um feminicídio como crime passionnal.

A jovem Caline Alves da Silva, de 24 anos, foi assassinada na madrugada de sábado, 17, em uma residência, no bairro Jardim Primavera, zona Oeste da Capital. Conforme a polícia, o principal suspeito é o ex-marido da vítima, que, após cometer o crime, fugiu para o estado do Amazonas e de lá ligou para os familiares da ex-mulher informando que teria cometido o homicídio. O motivo do crime ainda não foi elucidado, mas trabalha-se com a hipótese de crime passionnal (CUNHA, 2016).

Neste caso é possível observar uma reversão de culpabilidade do agressor para a vítima, colocando o sentimento de amor (passionalidade) como justificativa para o crime. O crime passionnal é o cometimento de crimes extremos, nos quais os indivíduos são possuídos por um sentimento de paixão, ou conforme Luciana Pereira da Silva (2009), por uma “lascívia exacerbada”, que seria uma atitude irracional desprovida de lógica: o comportamento passionnal.

Para Prado e Sanematsu (2017, p. 143) frases como,

‘Ataque de ciúmes’, ‘perdeu a cabeça’, ‘estava fora de si’, ‘ficou transtornado’, ‘teve um surto’, ‘ataque de loucura’: são as principais alegações para ‘justificar’ um feminicídio que, além de serem frequentemente utilizadas pelos autores do crime e por policiais e delegados, são reproduzidas com grande destaque pela imprensa.

A partir dessa reflexão compreende-se que, a divulgação de feminicídios como crimes passionais proporciona uma mudança de culpabilidade em razão de uma paixão cega, ou até mesmo em nome do amor. De acordo com Luciana Pereira da Silva (2009, p. 40), “as narrações estereotipadas possibilitam uma ampla divulgação desses crimes que alimentam a sociedade e a mente dos assassinos”. Ou seja, a violência se naturaliza, a partir do momento em que a passionalidade é tolerável e justificada para as ações de violência.

A naturalização da violência na divulgação de notícias sensacionais relaciona-se também com a terceira questão da pesquisadora Luciana Soares da Silva (2013, p. 32), que seria a banalização de

notícias violentas que tratam com naturalidade algo de natureza terrível. O que de certa forma foi realizado pelo Jornal Folha de Boa Vista no ano de 2016, que em grande maioria divulgou casos angustiantes de violência contra a mulher.

Ademais, o posicionamento jornalístico frente a violências sensacionais influencia diretamente no modo como a sociedade absorve tais notícias, e segundo Odália (1991, p. 28 citado por Silva, 2013, p. 32):

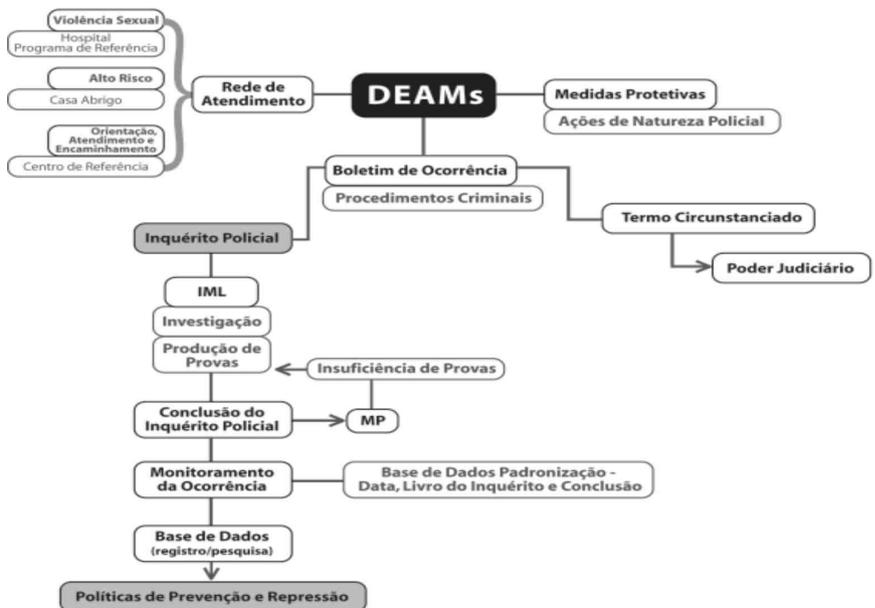
A impressão amarga que nos resta na boca é a de que riquezas e misérias são consumidas, através do jornal, do cinema, da televisão, em doses tão maciças que a vizinhança espúria funciona como um antídoto – inibidor de germes da revolta e do inconformismo. É como se experimentássemos a sensação de alívio porque a miséria está com o outro, e a riqueza poderá um dia estar conosco.

Talvez um dia as riquezas sejam alcançadas, como é certo também que uma mulher no decorrer de sua vida esteja sujeita a sofrer qualquer tipo de violência. É necessário ter empatia, e não se conformar perante a grave violação dos direitos humanos que é a violência contra a mulher. A imprensa sobretudo, possui papel imprescindível no enfrentamento a esse mal social, e consoante ao artigo 80., inciso III, da Lei Maria da Penha, ela (imprensa) deve promover o respeito, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006).

Com tamanha responsabilidade, se faz necessário discutir e avigorar o encargo da imprensa ao tratar as violências contra as mulheres, pois, a divulgação de violências extremas de nada ajuda, pelo contrário, naturaliza e legitima. De fato, a realidade precisa ser divulgada, mas além disso, o

combate à violência por meio dela, é fundamental. Uma alternativa seria por exemplo, divulgar o fluxo de atendimento da DEAM-RR (figura 1) para que as mulheres em situação de violência compreendam os procedimentos instaurados após a realização do boletim de ocorrência.

FIGURA 1: Fluxo de atendimento das DEAMs



Fonte: (BRASIL, 2006, p. 38.)

Para além da divulgação do fluxo de atendimento da DEAM-RR, outra possibilidade seria noticiar a Lei Maria da Penha. A divulgação dessa legislação, permitiria a compreensão dos tipos de violência; das medidas integradas de assistência à mulher em situação de violência e seus familiares; e sobretudo do caráter punitivo trazido pela Lei, o que de certa forma inibiria os agressores de cometerem as violações.

A divulgação da punibilidade da Lei Maria da Penha não deve ser a única a evitar possíveis agressões. A imprensa sobretudo, deve enfrentar a cultura sexista de papéis invertidos, por meio de notícias que desconstruam a ideia de naturalidade e eventualidade da violência contra a mulher.

CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho destaca-se que a violência contra a mulher tem raízes históricas e que parecem não ter superação. Este artigo buscou mostrar, para além do confronto de notícias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista com os atendimentos realizados pela DEAM-RR, a configuração da violência que ainda devasta as mulheres que vivem em Roraima.

As violações sofridas por essas mulheres são também divulgadas à sociedade por meio de sites de notícias, os quais divulgam quase sempre os casos mais extremos de violências físicas, sexuais e assassinatos, que são resultados das históricas relações desiguais de gênero.

A pesquisa não apresentou grande dificuldade em sua realização, devido a facilidade de acesso ao endereço eletrônico do Jornal Folha de Boa Vista, todavia, um pequeno contratempo ocorreu na contabilização dos dados, visto que todas as notícias de ocorrências policiais do estado de Roraima publicadas no site estão apenas em ordem cronológica. Esse pequeno contratempo não impossibilitou a análise das 89 notícias sobre violência contra a mulher, a qual estadeou um padrão sistemático na divulgação de violências extremas e/ou fatais.

Percebeu-se que a imprensa ao divulgar notícias sensacionais possui a estratégia de atrair mais leitores. Entretanto, as divulgações de casos de violência contra a mulher, nem sempre ocorrem nos parâmetros corretos, como é o caso de notícias de assassinatos de mulheres, elucidados como homicídios ou crimes passionais. Seguindo a lógica sensacionalista, algumas notícias vieram acompanhadas de vídeos ou fotos, o que para as vítimas, pode ser um fator de exposição desnecessária ou ultrajante.

Para além, destaca-se uma repetição de notícias, que ainda assim não informam o contexto de casos de feminicídio por exemplo, (que sempre ocorrem em desrespeito à condição de mulher) impossibilitando a compreensão da sociedade sobre

a caracterização desse crime hediondo.

Destarte, o Jornal Folha de Boa Vista, divulgou no ano de 2016 notícias extremas que permitiram que tragédias individuais se tornassem espetáculos sociais, que acabaram por instigar e consentir as condutas masculinas agressivas. Esses casos extremos são apenas o estopim de um processo de violência que se iniciou de forma circunspecta. A violência contra a mulher, e sua expressão fatal (feminicídio) não é resultado de algo decorrente da noite para o dia. Entretanto, essa instituição se apresenta relevante no combate à violência e nas desigualdades de gênero, por meio do seu papel primário que é informar. Espera-se num futuro próximo, um acréscimo de notícias que retratam a realidade da violência contra a mulher em Roraima, e que ao mesmo tempo desconstruam a ideia de objetificação feminina.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI Nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimentos às mulheres - DEAMs. spm, 2006. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/normas-deams.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- COLLING, Ana Maria. TEMPOS DIFERENTES, DISCURSOS IGUAIS: A construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COMBUSTÍVEL, Mulher é agredida a socos em posto de. Jornal Folha de Boa Vista, Roraima, 01 ago. 2016. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Mulher-e-agredida-a-socos-em-posto-de-combustivel/18758>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CUNHA, Tamille. CRIME PASSIONAL, Mulher é morta no Jardim Primavera e principal suspeito é ex-marido. Jornal Folha de Boa Vista, Roraima, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Mulher-e-morta-no-Jardim-Primavera-e-principal-suspeito-e-ex-marido/23537>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Feminicídio : #InvisibilidadeMata / organização Débora Prado, Maria Sanematsu ; ilustração Ligia Wang ; (editor) Fundação Rosa Luxemburg. – São Paulo : Instituto Patrícia Galvão, 2017.

LEIDENS, Adria Aragão. O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM BOA VISTA: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da percepção dos profissionais que atuam na DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Boa Vista, RR: UERR, 2017.

MATOS, Maria Izilda. Historia das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. Olhares Feministas / Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (organizadoras). - Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade. São Paulo, Livraria Quatro A. 1969.

SILVA, Luciana Pereira da. O discurso da imprensa escrita recifense nas notícias de violência contra a mulher nos casos de “legítima defesa da honra”. Recife. PUC-PE. Dissertação de metrado, 2009.

SILVA, Luciana Soares da. A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalística. São Paulo. PUC-SP. Tese de doutorado, 2013.

TELES, M. A.; MELO, M. D. O que é Violência contra a Mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015 homicídios de mulheres no Brasil. 1a. ed.

Brasília: Flacso Brasil, 2015.



O CAPACITASUAS EM RORAIMA: AÇÃO ESTRATÉGICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/857>

CAPACITASUAS IN RORAIMA: STRATEGIC ACTION FOR PERMANENT EDUCATION TO STRENGTHEN THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY.

Janaine Vóltolini de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima/UERR <https://orcid.org/0000-0001-8347-6677>

RESUMO: As transformações no mundo do trabalho apoiadas no capitalismo neoliberal implicam na ampliação da precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, na oferta de serviços públicos e na qualidade do atendimento prestado à população, tornando imperativo discutir os rumos dos recursos humanos das políticas sociais e, aqui, em destaque, da assistência social, sendo as ações de capacitação e formação profissional, potenciais aliadas do aprimoramento das políticas em todas as esferas de governo. Nesse sentido, o artigo tem o objetivo de discutir a realização do CapacitaSUAS no estado de Roraima, extremo norte do Brasil, entre os anos 2013 e 2019, como ação estratégica de qualificação dos gestores, dirigentes, trabalhadores da rede socioassistencial e conselheiros de assistência social e que resulta no fortalecimento da política de assistência social, além de se configurar como um espaço de lutas e resistência na direção da expansão de direitos sociais. Como suporte metodológico, utilizou-se revisão bibliográfica, coleta de informações em documentos publicados no Diário Oficial do Estado de Roraima - DOE e dados do Sistema de Monitoramento Acadêmico - SIMA, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, do Ministério da Cidadania - MC. Executado em Roraima em três etapas por meio de convênio tripartite, celebrado entre Governo Federal, Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - Setrabes e Universidade Estadual de Roraima - UERR, o Programa ofertou 1.037 vagas em 25 cursos introdutórios e de atualização, tendo ultrapassado o quantitativo pactuado e possibilitando, para muitos, a ressignificação do trabalho social e, sobretudo, da proteção social.

Palavras-chave: Assistência Social, CapacitaSUAS, Educação Permanente, Qualificação profissional.

ABSTRACT: The constant changes in the world of work supported by the neo-liberal capitalist system imply an increase in precarious working conditions and, consequently, in the offer and quality of public services to the population, making it imperative to discuss the directions of human resources of public policies and, here, in prominence, of social assistance policy, with training and professional training actions being potential allies for the improvement of policies in all spheres of government. In this sense, the article aims to discuss the implementation of CapacitaSUAS in the state of Roraima, in the extreme north of Brazil, between the years 2013 to 2019, as a strategic action for the qualification of managers, directors, workers in the social assistance network and social assistance counselors, which results in the strengthening of the social assistance policy, in addition to being a space for struggles and resistance towards the expansion of social rights. As a methodological support, a bibliographic review was used, collection of information in documents published in the Official Diary of the State of Roraima - DOE and data from Academic Monitoring System - SIMA, from the Information Evaluation and Management Secretariat - SAGI, Ministry of Citizenship - MC. Executed in Roraima in three stages through a tripartite agreement between Federal Government, the State Secretariat of Labor and Social Welfare - Setrabes and the State University of Roraima - UERR, the Program offered 1,037 places in 25 introductory and refresher courses, having surpassed the quantity agreed and made possible the resignification of social work and, above all, the social protection.

Keywords: Social Assistance, CapacitaSUAS, Permanent Education, Professional Qualification.

INTRODUÇÃO

O capitalismo brasileiro estrutura-se, desde seu desenvolvimento tardio no início do século XX em “um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos” (Antunes, 2006, p. 17). Endossando essa ideia de precarização e restrição de direitos, Mézáros (2006, p. 27) coloca que “atualmente, nenhum setor de trabalho está imune à miséria do desemprego e do ‘trabalho temporário’”. Para o autor, “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante” (Mészáros, 2006, p. 31).

Acrescenta-se a este cenário de desregulamentação e flexibilização, modernas formas de terceirização e até de quarteirização em cadeia da força de trabalho, situação que tende a se expandir após a recente reforma trabalhista de 2019, que pode impulsionar o aumento nos números do trabalho informal no Brasil e aprofundar ainda mais a desregulamentação do trabalho. Sobre essa questão, Filgueiras, Lima e Souza (2019), em análise dos impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas ocorridas nos últimos 10 anos no Brasil, na Espanha, na França e no México, afirmam que

[...] a despeito das particularidades de cada país, e das mudanças legais em cada um deles não serem unívocas, é possível identificar as seguintes semelhanças: 1) no campo jurídico, há tendência ao recrudescimento da mercadorização da força de trabalho, reduzindo a proteção aos trabalhadores; 2) no campo econômico, as promessas das reformas não se confirmam ou seus impactos são controversos, e sua generalização é limitada; 3) os impactos sociais são parecidos e generalizáveis, e implicam piora na venda e uso da força de trabalho na medida da efetividade das reformas (Filgueiras, Lima e Souza, 2019, p. 231).

Segundo Vasapollo (2006, p. 45) estes efeitos que causam “o mal-estar do trabalho”, fazem com que os trabalhadores vivam com medo de perder seus empregos, levando-os a viver apenas para o trabalho, o que retira deles a possibilidade de ter uma vida social. Não menos relevante, há a angústia gerada pelo avanço tecnológico que, se por

um lado gera novos formatos e postos de trabalho, por outro, além de obrigar o trabalhador a buscar constantemente atualização profissional, substitui o homem pela máquina em inúmeros espaços de trabalho, a exemplo do que tem se dado com o trabalho nas áreas rurais (especialmente nas atividades voltadas à agricultura e pecuária), e da inteligência artificial que vem ganhando cada vez mais espaço, inclusive no serviço público.

Esta realidade, que perpassa todo o mundo do trabalho, inclui necessariamente as políticas sociais como a assistência social, que, embora tenha alcançado importantes avanços normativos em diversos campos da oferta da proteção social, a partir da Constituição Federal de 1988, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS (2005), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS (2006) e da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), mantém, historicamente, práticas conservadoras e que contrariam seu próprio arcabouço teórico, como a cultura do voluntariado, o primeiro-damismo e suas “relações de gênero e de poder”, como bem explica Torres (2002), a alta rotatividade de seus trabalhadores em função de curtos contratos de trabalho mediados por processos seletivos temporários, em clara posição política de oposição à realização de concursos públicos, remunerações inferiores quando comparadas às mesmas áreas de formação que atuam nas demais políticas do tripé da seguridade social (saúde e previdência social), precárias condições de desenvolvimento do trabalho (faltam carros e combustível para realização de visitas domiciliares, computadores e internet para preenchimento de prontuários e alimentação dos sistemas de vigilância socioassistencial, salas adequadas ao atendimento individual e garantia do sigilo profissional e para guarda de arquivos e documentos e etc.).

Impulsionada por esses aspectos, a política fica debilitada, enfraquecida e sofre com o retorno ou o fortalecimento de velhas práticas, como o assistencialismo e o controle dos pobres e da

pobreza, como bem analisa Alayón (1995) e a regressão na ação de profissões como o Serviço Social, assunto discutido por Netto (2013) e que revela que a erosão dos direitos e a crise na ordem social dominante propiciam espaços fecundos para o retorno de referenciais assistencialistas no campo do trabalho na proteção social.

A ausência de conhecimento da política de assistência social reverbera diretamente no planejamento, que, por sua vez, impacta os recursos orçamentários e financeiros, além do monitoramento e avaliação e, sobretudo, na rotatividade das equipes profissionais, muitas vezes contratadas por critérios político-partidários, desmerecendo o conhecimento técnico. Isso impacta diretamente na queda de produtividade dos trabalhadores, na desvalorização profissional, nos baixos salários e, sobretudo, na qualidade do atendimento prestado à população, uma vez que a produtividade e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população estão diretamente ligados à forma como são tratados os recursos humanos da assistência social e às formas de valorização do trabalho e do trabalhador, temas estes que, por sua indiscutível relevância, carecem de aprofundamento teórico no cenário da política social brasileira.

De acordo com Brasil (2004, p. 53), a ausência de debate acerca dos recursos humanos da política de assistência social influencia na compreensão do perfil do trabalhador, além “da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios”, onde será necessária a compreensão de documentos e alimentação de bancos de dados e sistemas de informação. Tudo isso pode ainda provocar prejuízos no conhecimento e articulação com a rede socioassistencial, já que a assistência social é reconhecidamente uma política intersetorial e, certamente, no atendimento ao usuário.

A complexidade da realidade social, bem como a dinâmica das expressões da questão social

enfrentadas pela assistência social requerem de antemão, a criação de diversos serviços capazes de atender as demandas sociais apresentadas cotidianamente; por sua vez, estes serviços requerem pessoas capazes de executá-los de forma competente, necessitando da definição, estruturação e qualificação dos trabalhadores ocupantes das funções/ocupações da assistência social, ou seja, a nova política “exige alterações no processo de trabalho dos trabalhadores de modo que a prática profissional esteja em consonância com os avanços da legislação” (Couto apud Brasil, 2004, p. 54).

Para tanto, é mister destacar que a atuação dos trabalhadores, além de reivindicar profundo conhecimento da legislação, deve superar a concepção paternalista e clientelista da política, atuando na “vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos” (Brasil, 2004, p. 54), o que transforma substancialmente todo o processo de trabalho, uma vez que é impossível pensar em garantir direitos sem conhecê-los e sem saber como acessá-los.

É justamente nesta seara do compromisso com a garantia da assistência social como política pública de direito do cidadão e dever do Estado e da necessidade de se estabelecer novas relações e qualificar recursos humanos de forma continuada, oferecendo capacidade de atuação e autonomia na operação da política que surge o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS.

O programa, eixo integrante da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP, do SUAS, garante formação e capacitação permanente a gestores, dirigentes, trabalhadores da rede socioassistencial e conselheiros de assistência social, visando o aprimoramento de sua gestão em todo o país, nas três esferas de governo, a partir da qualificação da intervenção nos espaços sócio-ocupacionais e de controle social.

Resta destacar que a Política de Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS resulta de um longo e fecundo processo de debates realizados a

partir da organização de seus trabalhadores pela qualificação profissional e valorização do trabalho no SUAS, entendendo que, ao profissionalizar os atores sociais da política – gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros, novas habilidades, atitudes e possibilidades se abrem diante das necessidades de provisão de serviços e benefícios socioassistenciais mais qualificados e comprometidos com um projeto emancipatório de sociedade.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O TRABALHO NO SUAS

Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução nº 04, de 13 de março de 2013 (Brasil, 2013), a Política Nacional de Educação Permanente consagra a previsão dos artigos 6º e 19 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que preveem, respectivamente, no inciso V, “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social” e, no inciso IX, “formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social” (Brasil, 1993). Tal política se apresenta como uma resposta de avanço após a constituição, na VII Conferência Nacional de Assistência Social, do Fórum Nacional de Trabalhadores da Assistência Social – FNTSUAS (2009) e da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília – DF em 2011, que teve como tema “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”.

No caderno de textos da citada Conferência, Paiva (2011) questionava qual agenda construir para os trabalhadores do SUAS, defendendo a necessária formulação de uma agenda direcionada à organização e à luta coletiva na direção da efetivação da proteção social universal.

[...] trata-se de dotar o SUAS das ações que possam conduzir a ruptura definitiva com a condição periférica ou residual da assistência social, e da sua versão tradicional como reprodutora de mecanismos de mistificação das desigualdades e de ocultamento das suas causas, que induzem respostas (pretensamente) reformadoras das condutas individuais e grupais, sem qualquer conteúdo ou potência transformadora libertária.

Desta forma, na agenda de luta dos trabalhadores sociais – simultânea às reivindicações, mobilizações e organização – está pautada a imprescindível elaboração teórica e política, capaz de dotar as medidas de proteção socioassistencial de novos conteúdos e estratégias, que deflagrem a politização e a desalienação e, assim, a crescente autonomia crítica dos sujeitos de direitos, como princípio fundamental para avançar na contramarcha dos processos de subalternização política, de exploração econômica e de exclusão sócio-cultural (Paiva, 2011, p. 14-15).

Pensada para atender de forma interdisciplinar os trabalhadores do SUAS de diferentes áreas de formação e níveis de escolaridade, além de gestores, dirigentes e conselheiros de assistência social, a PNEP/SUAS, marco histórico da política de assistência social, tem como objetivo institucionalizar “[...] a perspectiva político-pedagógica fundada na Educação Permanente”, contribuindo para o “[...] processo de aprimoramento da gestão [...] e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais” (PNEP/SUAS, 2013, p. 7).

A PNEP/SUAS aborda a educação permanente numa perspectiva filosófica, científica, histórica, tecnológica e cuja pedagogia deve ser crítica e de aprendizagem significativa, o que garante à política um caráter inovador que assume lugar estratégico não apenas na qualificação dos atores sociais, mas, fundamentalmente, na valorização do trabalhador e, sobretudo, da política de assistência social, possibilitando, a partir da reflexão das diversas dimensões do conhecimento e do fazer profissional – teórica, metodológica, ética e política, articular conhecimento territorial com suas vivências e expectativas, papéis sociais e a subjetividade humana, configurações familiares e cotidiano, trabalho e necessidades humanas, planejamento, proteção social e garantia de direitos.

Com vistas à execução das ações de capacitação e formação, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) instituiu, pela Portaria nº 190, de 22 de dezembro de 2017, o Núcleo Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – NUNEP/SUAS, que, segundo o artigo 1º, é uma

instância colegiada de caráter consultivo, coordenada pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, por meio do Departamento de Gestão do SUAS, que tem como objetivo:

I - promover a efetivação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, aprovada pela Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; II - fomentar a unidade nacional no processo de implementação, monitoramento e avaliação das ações de formação e de capacitação, conforme os princípios e diretrizes da PNEP/SUAS.

Por sua vez, a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS), formada por Instituições de Ensino, públicas e privadas, Escolas de Governo e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que, em parceria com os órgãos de gestão e implementação do SUAS devem colaborar quanto

- a) à elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação;
- b) ao planejamento instrucional de ações de formação e capacitação;
- c) à estruturação de observatórios de práticas;
- d) à estruturação de núcleos de pesquisa dedicados a diferentes temas afetos ao SUAS;
- e) à oferta e execução, em parceria ou sob a forma de relação contratual com os órgãos gestores do SUAS, nos três níveis federativos, os tipos de ação de formação e capacitação compreendidos nos Percursos Formativos definidos nesta Política. Em razão de sua importância para a implementação desta Política e das atividades que podem desenvolver, as instituições de ensino vinculadas à Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, devem ser chamadas a compor os Núcleos de Educação Permanente do SUAS (Brasil, 2013, p. 49-50).

Com tais resoluções e portarias, o governo federal, em comunhão aos demais entes federativos e instituições de ensino, trata, portanto, de incentivar e oportunizar possibilidades múltiplas de atualização das práticas e atitudes ao passo em que encoraja, continuamente, a busca por novos conhecimentos, descoberta de talentos e aperfeiçoamento de habilidades que possam aprimorar os processos de trabalho a partir dos aportes teórico-metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Dessa forma, o

trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local. Nessa abordagem, o trabalho é entendido como um processo de trocas, de criatividade, coparticipação e corresponsabilização, de enriquecimento e comprometimento mútuos.

Diante dos aspectos já apontados e para o alcance do objetivo deste artigo, qual seja, discutir a realização do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS no estado de Roraima, extremo Norte do Brasil, entre os anos 2013 e 2019, como ação estratégica de qualificação dos gestores, dirigentes, trabalhadores da rede socioassistencial e conselheiros de assistência social, o presente estudo aborda as bases estruturantes do CapacitaSUAS num contexto de educação permanente que contempla a luta dos próprios trabalhadores e usuários por uma política de valorização do trabalho e, posteriormente, contextualizará a execução do Programa no estado de Roraima.

CAPACITASUAS

O Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS foi instituído pela Resolução CNAS nº 8, de 16 de março de 2012, que estabelece seu prazo de vigência até 2025, alterada pelas Resolução CNAS nº 28, de 14 de outubro de 2014 e Resolução CNAS nº 15, de 3 de outubro de 2017, de com o objetivo de

Contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das funções de gestão; do provimento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e da transferência de renda; e do exercício do controle social, por meio do apoio aos estados e ao Distrito Federal na execução dos seus Planos de Capacitação do SUAS (Resolução CNAS nº 15, de 3 de outubro de 2017).

O CapacitaSUAS possui gestão compartilhada entre a União, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Municípios e Instituições de Ensino, cabendo a cada um, funções específicas que vão desde a elaboração de diagnósticos de necessidade de formação e capacitação,

estruturação de planos de capacitação, elaboração de projetos pedagógicos dos cursos, formulação e divulgação de cadernos instrucionais, fomento ao cofinanciamento, instituição de convênios e contratos de cooperação técnica, definição do número de vagas, metas e financiamento na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, até a divulgação da oferta e mobilização dos gestores, trabalhadores e conselheiros, definição de normas para liberação dos cursistas, realização das inscrições, execução das capacitações, monitoramento e avaliação dos processos formativos, alimentação do Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA¹, criado para o acompanhamento monitoramento da execução dos cursos ofertados no âmbito do CapacitaSUAS em todo o país e certificação dos participantes.

A instituição do Programa prevê que este atenda a convênios em âmbito nacional, priorizando ações de capacitação voltadas à agenda prioritária dos governos, sendo que o público-alvo dos cursos de formação relaciona-se às funções exercidas no SUAS, sejam elas de gestão, provimento de serviços e benefícios ou controle social. Ainda neste aspecto, importa relatar que o controle social do CapacitaSUAS é exercido pelos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal da Assistência Social, os quais deverão apreciar e aprovar as metas e a aplicação dos recursos destinados, conforme estabelecem as Resoluções supramencionadas.

Para Tavares de Oliveira (2018, prefácio),

A compreensão do trabalhador do SUAS como protagonista de especial relevância, principal mediador e tecnologia central da política, exige formação e qualificação continuada e nos desafia à organização de um processo sistemático e permanente de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes que se transformam constantemente no âmbito do ambiente de trabalho, tendo como referência a análise das nossas práticas e seus resultados, bem como repensá-las a partir do contato com novos aportes teóricos e tecnológicos disponíveis.

De acordo com a Resolução CNAS nº 15, de 3 de outubro de 2017, são diretrizes do Programa:

a) contribuir com o fortalecimento das gestões estaduais e do Distrito Federal, visando ao

aprimoramento dos Planos de Capacitação do SUAS;

b) desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes dos trabalhadores, visando à qualificação da oferta dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e da transferência de renda no âmbito do SUAS;

c) articular teoria e prática profissional, resultando em projetos de intervenção e produção de conhecimentos para o SUAS, pautados pelos princípios da interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da historicidade;

d) contribuir e potencializar práticas democráticas e participativas na execução dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e na transferência de renda;

e) disseminar o conhecimento produzido no processo formativo para o Sistema;

f) identificar e socializar práticas socioassistenciais exitosas, com foco na participação dos usuários do SUAS;

g) fomentar a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos derivados das práticas profissionais;

h) fomentar, no âmbito das instituições de ensino e entidades de assistência social, integrantes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, o desenvolvimento de novos campos de conhecimentos relacionados ao SUAS;

i) fomentar e potencializar os Observatórios Sociais;

j) ampliar o leque de instituições de ensino com expertises em assistência social e atuantes na formação inicial e continuada dos quadros da assistência social;

l) valorizar e potencializar as instituições de ensino e entidades de assistência social no processo formativo dos trabalhadores do SUAS.

Sobre os critérios de elegibilidade e partilha para o repasse dos recursos, a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nº 4, de 5 de fevereiro de 2018, institui, no art. 1º, parágrafo único, que “são pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberados pelo CNAS, por meio de Resolução”. O documento define também, entre outras coisas, o apoio aos estados e Distrito Federal na elaboração dos planos de capacitação do SUAS, o cofinanciamento dos cursos e suas as modalidades possíveis:

Art. 2º O Programa CapacitaSUAS objetiva apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução dos respectivos planos de capacitação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS,

1 Para informações sobre os relatórios constantes do SIMA, consultar Vilas Boas et al. (2015).

com o objetivo de contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das funções de gestão no âmbito do SUAS.

Parágrafo único. A União cofinanciará, por meio do Programa CapacitaSUAS, a oferta de cursos, reconhecidos pelo gestor federal da política de assistência social, oferecidos pelos Estados e Distrito Federal em duas modalidades diferentes:

I - oferta direta, quando o órgão gestor possuir servidor público com expertise para formação e capacitação, limitada a até 30% (trinta por cento) da meta/vaga cofinanciada pela União, devendo submeter esse arranjo ao núcleo de educação permanente e aprovar no respectivo conselho de assistência social; e

II - oferta indireta, repassando a execução do objeto a instituições de ensino ou entidades de assistência social integrantes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS ou com comprovada capacidade técnica e experiência em formação e capacitação (grifo nosso).

Art. 3º As ações de formação e capacitação do Programa CapacitaSUAS deverão seguir o disposto na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social - PNEP/SUAS, aprovada pela Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do CNAS.

§ 1º O formato, conteúdo e referências bibliográficas dos cursos, que poderão ser executados nas modalidades presencial e a distância, serão organizados pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e apoiados pelo Núcleo Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - NUNEP/SUAS.

§ 2º Os Estados e o Distrito Federal poderão definir as estratégias de execução mais efetivas do Programa CapacitaSUAS para cada território, incluir novos conteúdos e referências bibliográficas e utilizar novas tecnologias disponíveis no intuito de atender às necessidades e especificidades locais, regionais e estaduais.

Desde sua concepção enquanto programa, diversas e ricas são as experiências de execução dos cursos do CapacitaSUAS pelo Brasil, cujos resultados podem ser observados em variadas publicações e relatos de pesquisadores, profissionais, gestores e conselheiros. Isto porque, os cursos ofertados possibilitam aos participantes uma imersão em suas vivências cotidianas, cada qual pensando seu território de maneira específica mas, ao mesmo tempo, conectada à rede de proteção social existente no entorno e na região, bem como, de forma crítica, é possível correlacionar as questões operacionais ao

tratamento de temas sensíveis, rompendo mitos, burocracias desmedidas, paradigmas e barreiras pessoais, profissionais e institucionais a partir da revisão de conteúdo, aprofundamento de temas, estabelecimento de novas práticas, utilização de novas metodologias e das trocas interpessoais.

Tudo isso só é possível porque, ao adotar a pedagogia crítica, o CapacitaSUAS leva os instrutores/docentes e os participantes às reflexões capazes de desconstruir/reconstruir novas possibilidades no campo do trabalho social, com uma nova visão da prática, alicerçada por uma teoria que considera a proteção social um direito e a contextualiza histórica, política, econômica e culturalmente.

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RORAIMA

O estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, foi criado a partir da Constituição Federal de 1988 é formado por 15 municípios. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tem uma população estimada (em outubro de 2020) em 631.181 pessoas (a população no Censo 2010 era 450.479 pessoas), numa área territorial de 223.644,527 km², cuja densidade demográfica é 2,01 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2010) é 0,707.

A capital de Roraima, Boa Vista, é a capital mais setentrional do país, única capital totalmente acima da linha do Equador; concentra mais de 66% da população do estado, a sede dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a maioria dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança, entre outros e, em relação à política de assistência social, é o único município a ofertar serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Conforme se verifica na tabela abaixo, além da disparidade em relação à população, Boa Vista se distancia dos demais municípios também em relação à densidade demográfica e Índice de Desenvolvimento Humano, cujas informações demonstram um melhor desempenho da capital em relação às demais localidades.

Em relação à assistência social e as proteções afiançadas, pode-se afirmar que, no tocante ao governo do estado de Roraima, a política é gerida pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – Setrabes que, de acordo com a previsão de competências previstas na LOAS (1993), “assume responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial” (Brasil, 2012, p. 19). À Setrabes, enquanto gestora estadual da política de assistência social, além de todas as responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos, previstas no artigo 12 da NOB/SUAS (2012), cabe ainda as responsabilidades previstas no artigo 15 da já referida Norma Operacional Básica.

1 para crianças advindas dos municípios do interior do estado de Roraima.

No que diz respeito aos 15 municípios de Roraima, a estes também cabe as responsabilidades previstas no artigo 12, além daquelas previstas no artigo 17 da NOB/SUAS (2012). Todos os municípios de Roraima executam a política de assistência social por meio de secretarias específicas para a finalidade. Em relação as proteções afiançadas, pode-se afirmar que todos os 15 municípios possuem, na proteção social básica, pelo menos 1 Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e os Serviços de Proteção Social Básica. Especificamente na capital Boa Vista, funcionam 7 CRAS, o Coral Arte Canto e o Programa Dedo Verde.

Tabela 1: Municípios de Roraima - população, densidade, área e IDHM

Município	População Censo 2010*	População Estimativa 2020*	Densidade Demográfica (hab/km ²)*	Área Territorial (km ²)*	IDHM 2013**
Alto Alegre	16.448	15.380	0,64	25.454,297	0.542
Amajari	9.327	13.185	0,33	28.473,450	0.484
Boa Vista	284.313	419.652	49,99	5.687,037	0.752
Bonfim	10.943	12.557	1,35	8.079,914	0.626
Cantá	13.902	18.799	1,81	7.664,831	0.619
Caracarái	18.398	22.283	0,39	47.379,903	0.624
Caroebe	8.114	10.383	0,67	12.065,896	0.639
Iracema	8.696	12.296	0,60	14.011,695	0.582
Mucajá	14.792	18.172	1,19	12.337,851	0.665
Normandia	8.940	11.532	1,28	6.959,868	0.594
Pacaraima	10.433	18.913	1,30	8.025,045	0.650
Rorainópolis	24.279	30.782	0,72	33.579,739	0.619
São João da Baliza	6.769	8.348	1,58	4.284,505	0.655
São Luiz	6.750	8.110	4,42	1.526,898	0.649
Uiramutã	8.375	10.789	1,04	8.113,598	0.453

Fonte: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados colhidos em 6 dez. 2020 em <https://cidades.ibge.gov.br/...>; **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013) – Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios (www.atlasbrasil.org.br). Elaboração própria.

Destaca-se aqui que, vinculados à Setrabes estão os serviços de proteção social especial de alta complexidade: 1 casa de passagem, 1 unidade socioeducativa mista e 3 instituições de acolhimento, sendo 1 para adolescentes do sexo masculino, 1 para adolescentes do sexo feminino e

Na proteção social especial de média complexidade, destaca-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS em 14 municípios, visto que São Luiz encerrou as atividades. Boa Vista executa ainda o Projeto Crescer, conhecido e premiado mundialmente por seu trabalho com adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, serviço de abordagem de rua, serviço de apoio e orientação à família, serviço de enfrentamento à violência e de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto – Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA.

Por fim, na proteção social especial de alta complexidade, Boa Vista conta com 1 unidade de acolhimento infantil.

O controle social é exercido pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, a exemplo do CMAS de Boa Vista e ainda do CMI – Conselho Municipal do Idoso.

Interessa destacar que, considerando o censo IBGE 2010 e a classificação dos municípios segundo total de habitantes (PNAS/2004 e NOB/SUAS 2005), percebe-se que somente a capital Boa

Vista se enquadra em município de grande porte (mais de 100 mil habitantes), sendo o restante enquadrado como de pequeno porte 1 (até 20 mil habitantes) e pequeno porte 2 (até 50 mil habitantes), o que impacta diretamente na oferta de serviços socioassistenciais.

Isto posto, resta ainda esclarecer que os trabalhadores da assistência social, além de atuarem em realidades territoriais complexas (pobreza, violência, situação de rua, pessoa com deficiência e etc.), lidam com a riqueza da multiculturalidade, visto que o estado de Roraima comporta populações urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas de várias etnias e imigrantes - principalmente Venezuelanos a partir de 2015, um cenário que exige cada vez mais proximidade com a política de educação permanente do SUAS.

CAPACITASUAS EM RORAIMA

Conforme Teixeira (2015, p. 87-88), a região Norte, de maior dimensão territorial no Brasil, inaugurou com êxito a execução do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS, numa experiência marcada, em todos os estados partícipes, pelo forte envolvimento dos atores do processo, “o intercâmbio de informações diversas, os depoimentos sobre os desafios da prática, o relato sobre resultados exitosos, a visível adesão e sintonia com os novos marcos conceituais e normativos”, embora tenham passado por complicadas questões burocráticas relacionadas ao estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, o que se desdobrou em desatualização e necessário refazimento de cronogramas.

A execução do CapacitaSUAS nessa região iniciou o processo no Brasil, precisamente no estado do Acre, e demonstrou ter vencido obstáculos, tensões, reações e temores próprios de Programas que pretendem inovar no campo das Políticas Públicas, buscando a séria qualificação de seus trabalhadores por intermédio de projetos pedagógicos concebidos e formulados no próprio âmbito do trabalho, em permanente diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES). Venceu dificuldades e converteu-se em uma aspiração que se expande visivelmente nos estados e municípios da região Norte (Teixeira, 2015, p. 87).

Trata-se de uma região abundante em diversidade sociocultural e ambiental, com características peculiares quando comparada às demais regiões do Brasil. A região amazônica, reconhecida por exuberante beleza e suas riquezas naturais, fauna e flora, traz consigo importantes contrastes, que incluem desde a multiplicidade étnica dos povos da floresta - população indígena, quilombola, seringueiros, ribeirinhos e caboclos, locais de difícil acesso e comunicação, devido a suas longas distâncias, alcançadas muitas vezes somente por aeronaves ou após longos dias de viagem em embarcações pelos rios, até o constante deslocamento populacional para áreas urbanas onde se concentram a maioria dos equipamentos públicos, o que acentua profundamente os contrastes entre as riquezas e as pobreza regionais, dada a restrição, insuficiência ou inexistência, em muitos destes locais, de oferta de serviços públicos, gerando consequências nefastas à garantia de direitos, uma vez que se inclui aqui equipamentos de saúde, educação, justiça e segurança, por exemplo.

Em Roraima, o CapacitaSUAS foi executado em 3 etapas entre os anos 2013 e 2019, a partir da celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Científica nº 69/2013, entre o Estado de Roraima, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – Setrabes e a Universidade Estadual de Roraima – UERR, publicado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, no Diário Oficial do Estado de Roraima de 27 de setembro de 2013. Anterior a este processo, a Universidade Estadual de Roraima já figurava como uma das 9 Instituições de Ensino Superior da região Norte habilitadas na RENEPSUAS, sendo que destas, 4 eram públicas – 2 estaduais e 2 federais e 5 eram privadas.

Embora o referido convênio tenha sido celebrado entre 2 entes, a execução do CapacitaSUAS deve-se à pactuação tripartite de vagas, metas e recursos, além do monitoramento e da avaliação realizados tanto pelo governo estadual quanto pelo Ministério responsável pela política de assistência social no âmbito do governo

federal. O Convênio de Cooperação Técnica e Científica n° 69/2013 previa como objetivo

Promover no âmbito dos 15 do CapacitaSUAS: municípios do Estado de Roraima a formação continuada aos gestores, trabalhadores do SUAS, conselheiros modalidades de nivelamento e atualização, em conformidade com a política nacional de capacitação do SUAS e do Plano Estadual de Capacitação, que visava²:

- a) ofertar subsídios teóricos e metodologias aos trabalhadores do SUAS;
- b) qualificar a rede de atendimento dos Centros de Referência especializados da assistência social, acolhimento institucional e centro pop;
- c) instrumentalizar os profissionais na metodologia de trabalho social com famílias;
- d) proporcionar aos operadores conhecimentos sobre os instrumentos normativos e legais vigentes, visando à oferta de um atendimento qualitativo e humanizado.

Para a execução estadual do Programa, foram pactuadas 889 vagas a serem ofertadas em 3 etapas, ficando 250 vagas na primeira, 364 vagas na segunda e 275 vagas na terceira. Inicialmente³, o governo federal disponibilizou 8 cursos, sendo 2 de introdução e 6 de atualização, todos com carga horária de 40 horas e oferta de material didático.

- Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à implementação de ações do Plano Brasil sem Miséria;

- Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social;

- Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM;

- Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS;

- Curso de Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS;

- Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial;

- Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS; e

- Curso de Atualização para a elaboração de Planos de Assistência Social.

Em Roraima, a responsabilidade pela execução do CapacitaSUAS esteve a cargo da Universidade Estadual de Roraima – UERR, por intermédio do curso de Serviço Social. Durante toda a sua execução, a coordenação pedagógica e executiva do Programa ficou a cargo das professoras do curso que assumiram as etapas num formato de revezamento e compartilhamento de responsabilidades.

De acordo com o Convênio de Cooperação Técnica e Científica n° 69/2013, cabia a UERR, entre outras coisas, assegurar a execução dos cursos com qualidade, participar do processo de alinhamento conceitual junto à equipe do Ministério e da Setrabes, assegurar a certificação dos capacitandos que concluírem, com aproveitamento, os cursos; apoiar o Ministério e Setrabes no processo de acompanhamento, realizar o monitoramento e avaliação dos cursos e alimentar o Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Para a execução das atividades, o Convênio previa recursos para aquisição de insumos (material de escritório e equipamentos), pagamento de ajuda de custo para os cursistas dos municípios do interior do estado de Roraima, pagamento de hora/aula e encargos trabalhistas referentes à contratação de instrutores docentes, passagens aéreas e recursos para contratação de apoio técnico de nível médio e superior.

Conforme previsão, anterior a todas as etapas foram realizados processos seletivos para contratação de instrutores/docentes e apoio técnico. Nas 2 primeiras etapas, as Oficinas de Alinhamento

2 De acordo com o Convênio de Cooperação Técnica e Científica n° 69/2013.

3 Ao longo dos anos, com a transição de governos, houve mudanças na nomenclatura do Ministério responsável pela política de assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cidadania) e, com a inclusão ou supressão de alguns programas federais, foram inseridos ou suprimidos também alguns cursos ou introduzidos novos títulos e conteúdos, fato que poderá ser visualizado nos quadros 1a e 1b.

Conceitual ocorreram na capital federal e, na última, na própria UERR, com duração de 2 dias e participação de todos os 6 instrutores/docentes selecionados, a coordenação executiva e 2 técnicos do Ministério da Cidadania.

Sobre as oficinas de alinhamento conceitual, Teixeira (2015, p. 88) destaca que

[...] o trabalho precedente de construção de matrizes pedagógicas para cada curso, com orientação de conteúdos para aulas dialogadas e para oficinas, contribuiu sobretudo para manter a unidade nacional do Programa CapacitaSUAS, sem prejuízo para aspectos específicos decorrentes das diversidades culturais, econômicas e territoriais regionais.

Além da Oficina de Alinhamento Conceitual, a última etapa do CapacitaSUAS contou com aula inaugural, realizada no auditório da Setrabes, com o tema: Educação Permanente e o Trabalho no SUAS. Na ocasião, também foram apresentados os cursos aos participantes e as definições deliberadas na Comissão Intergestores Bipartite – CIB em relação ao quantitativo de vagas por município, calendário de execução das atividades, organização do trabalho e liberação dos profissionais para os cursos, além dos termos de compromisso e documentação específica para inscrição e recebimento de ajuda de custo.

Todos os participantes dos cursos, nas 3 etapas, receberam material instrucional ofertado pelo governo federal. Na última etapa, por se tratar de atualização, 2 cursos tiveram material em formato online, por meio da página do CapacitaSUAS na internet.

Conforme se observa nos Quadros 1a, 1b e 2, o CapacitaSUAS em Roraima ofertou 1.037 vagas em 25 cursos de introdução ou atualização, sendo 148 vagas além da previsão inicial pactuada para execução no estado. Foram 139 vagas distribuídas nos 3 cursos ofertados em 2013, 361 vagas distribuídas nos 8 cursos ofertados em 2014, 129 vagas distribuídas nos 4 cursos ofertados em 2016, 139 vagas distribuídas nos 4 cursos ofertados em 2017 e 269 vagas distribuídas nos 6 cursos ofertados em 2019.

Quadro 1a: Execução das vagas pactuadas – por ano (2013-2019)

Nº	Ano de execução	Curso	Qtd. de cursistas
1	2013	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	46
2	2013	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	53
3	2013	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	40
4	2014	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	16
5	2014	Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e estratégias de Enfrentamento à Pobreza	46
6	2014	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	19
7	2014	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	70
8	2014	Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e estratégias de Enfrentamento à Pobreza	56
9	2014	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	43
10	2014	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	61
11	2014	Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e estratégias de Enfrentamento à Pobreza	50
12	2016	Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	28
13	2016	Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social	26
14	2016	Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social	40

Fonte: Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA/SAGI/Ministério da Cidadania. Acesso em 9 de junho de 2020. Quadro elaborado pela autora.

Após a execução de cada curso, obrigatoriamente, os cursistas respondiam uma avaliação de reação. A frequência dos cursos ficava a cargo de cada instrutor/docente e, após sua organização, os cursistas eram certificados. Vale lembrar que os trabalhadores, gestores, dirigentes e conselheiros de assistência social poderiam se inscrever em mais de 1 curso, de acordo com sua área atuação e disponibilidade.

Quadro 1b: Execução das vagas pactuadas – por ano (2013-2019)

Nº	Ano de execução	Curso	Qtd. de cursistas
15	2016	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	35
16	2017	Atualização em Vigilância Socioassistencial	43
17	2017	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	39
18	2017	Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	30
19	2017	Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano Brasil Sem Miséria	27
20	2019	Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social	29
21	2019	Atualização em Vigilância Socioassistencial	39
22	2019	Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	36
23	2019	Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	47
24	2019	Atualização sobre Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial	54
25	2019	Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	64
Total de vagas executadas:			1.037

Fonte: Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA/SAGI/Ministério da Cidadania. Acesso em 9 de junho de 2020. Quadro elaborado pela autora.

Em Roraima, o perfil das turmas se desenhou de forma heterogênea em relação à formação (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, administradores, educadores sociais e etc.) e ao tempo de experiência em atividades na política de assistência social (recém-formados sem experiência ou poucos meses de experiência, profissionais com experiência de 5, 10 e mais anos de atuação na política, profissionais com conhecimento da proteção social básica, profissionais que já atuaram nas proteções básica e especial, entre outros).

Em relação ao gênero, 915 (88%) declararam feminino e 122 (12%) masculino, um dado que não difere muito de outras localidades em razão da histórica predominância de mulheres na política de assistência social e em profissões como serviço social, psicologia e pedagogia (Cisne, 2004; Craveiro e Machado, 2011; Lisboa, 2010).

Quadro 2 – Execução das vagas pactuadas - por curso (2013-2019)

Curso	Qtd. de turmas	Total de cursistas
Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	6	269
Atualização em Vigilância Socioassistencial	2	82
Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social	3	95
Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	1	30
Atualização sobre Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial	1	54
Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano Brasil Sem Miséria	1	27
Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e estratégias de Enfrentamento à Pobreza	3	152
Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS	2	64
Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS	6	264
TOTAL	25	1.037

Fonte: Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA/SAGI/Ministério da Cidadania. Acesso em 9 de junho de 2020. Quadro elaborado pela autora.

O perfil dos profissionais revelou alguns dados preocupantes e o principal deles é a forma de inserção dos profissionais na política de assistência social. Até 2019, mais de 80% eram contratados temporariamente por meio de seleções simplificadas ou, de forma mais agravante nos municípios do interior, por meio de indicações políticas ou a partir de outras influências, inclusive para cargos de gestão, situação essa que reflete fragilidade em diversos aspectos considerados

cruciais para a oferta dos serviços e a qualidade do atendimento prestado à população, como é o caso da alta rotatividade dos profissionais, que prejudica o planejamento e a continuidade das ações, além, entre outras coisas, do conhecimento do serviço e da vinculação com a população e equipe de trabalho. Essa situação contraria frontalmente a NOB-RH/SUAS.

Especificamente os cursos de Vigilância Socioassistencial e Controle Social acenderam luzes de atenção: no primeiro, uma expressiva quantidade de profissionais sem conhecimento da necessidade de realização de ações de vigilância ou ainda, sem condições de fazê-la – sem estrutura física ou equipamentos e internet por exemplo; no segundo, o registro sempre marcado da ainda frágil condição de muitas instâncias de controle social no estado – debilidade de condições estruturais e, principalmente, de autonomia para exercício do controle social – lembra-se aqui novamente a situação dos trabalhadores da assistência com vínculos precários de trabalho e a difícil situação de atuar livremente nos conselhos de assistência social.

Ainda em relação à Vigilância Socioassistencial, afiançada no SUAS como instrumento de proteção social, responsável pela identificação e prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social nos territórios, vale a pena destacar que essa noção, bem como tratam Ferreira e Pereira (2016, p. 212), “ultrapassa os limites geográficos e deve ser baseada no reconhecimento das capacidades criadas, coletivamente, no território, enquanto espaço de vivência com características políticas, econômicas e culturais”.

Outra preocupação apontada pelo Sistema de Monitoramento Acadêmico diz respeito ao CadSUAS, sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho de assistência social. Em Roraima, 42,8% dos cursistas não possuem o cadastro completo no CadSUAS, 48,52% possuem pendências de atualização e

8,67% não constam neste sistema.

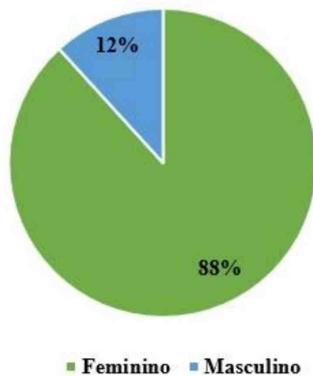


Gráfico 1: Cursistas CapacitaSUAS Roraima – por gênero (2013-2019)

Fonte: Fichas de inscrição dos cursos do CapacitaSUAS em Roraima. Elaboração própria.

Sobre a frequência e desempenho dos cursistas, 731 (70%) tiveram desempenho suficiente/satisfatório, 247 (24%) desistente/insuficiente e 59 (6%) evadido/insatisfatório. Pode-se relacionar esses dados ao já apontado acima: rotatividade de profissionais, profissionais recém-contratados e não liberados para o desenvolvimento de todo o curso, profissionais inscritos num curso e, posteriormente, transferidos para outro serviço e impedidos de permanecer na totalidade da carga-horária, entre outros motivos.

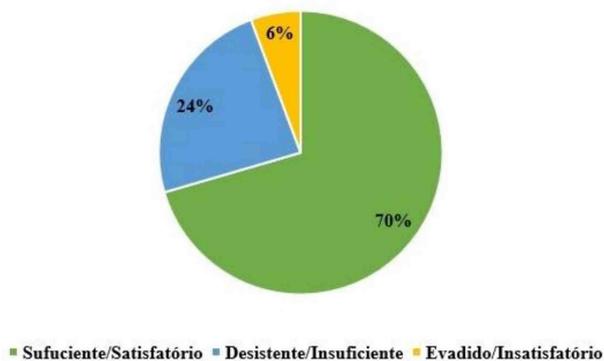


Gráfico 2: Frequência e desempenho dos cursistas CapacitaSUAS Roraima (2013-2019)

Fonte: Sistema de Monitoramento Acadêmico – SIMA/SAGI/Ministério da Cidadania. Acesso em 9 de junho de 2020.

Por fim, na contramão das fragilidades já descritas e nas relacionadas às burocracias que impactaram em mudanças de cronograma, contratação de instrutores/docentes e equipe de

apoio e de pontuais dificuldades relacionadas à infraestrutura e acesso à internet (o que causou alguma demora nos envios de fichas de inscrição e documentos de cursistas, além de dificuldades na alimentação do SIMA), há que se pontuar o excelente resultado alcançado pelo CapacitaSUAS em Roraima, que, entre os muitos pontos positivos, podem ser destacados, para além do cumprimento das metas quantitativas pactuadas:

- a recepção dos cursos/oficinas pelos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS, cujo planejamento considerou as necessidades e interesses locais;

- a metodologia utilizada nas oficinas, que, por meio da pedagogia crítica, fortaleceu as trocas entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a compreensão e a agregação de valores e conteúdo;

- a construção do trabalho coletivo, utilizando cartografias, mapas mentais e chuvas de ideias permitiu, além de novas perspectivas de atuação, novos olhares sobre o fazer profissional, num movimento de ressignificação da própria política de assistência social;

- a abertura para o trabalho de temas sensíveis (violências e violações de direitos, por exemplo), permitiu a criação de um maior conhecimento e envolvimento com a rede de proteção social, o que possibilita novas interfaces legais e articulações institucionais;

- o fomento aos debates a partir de casos reais permitiu a percepção das peculiaridades territoriais e a influência da política de assistência social sobre elas, estabelecendo estratégias de enfrentamento da questão social a partir das diferentes vivências em cada realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social, reconhecida legalmente como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica da

Assistência Social – LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e Sistema Único da Assistência Social – SUAS (2005), tem se consolidado e fortalecido na garantia de direitos e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Como política de proteção social, situada no tripé da Seguridade Social que envolve ainda a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social aprimorou ao longo dos anos uma clareza conceitual extraordinária, possibilitando integração e articulação com outras políticas públicas, como educação, habitação, trabalho, segurança, entre outras, sem perder o foco objetivo a que veio, a fim de materializar direitos e acesso a bens e serviços essenciais à população que dela demanda.

Nessa perspectiva, a intervenção dos profissionais da assistência social deve se pautar na complexidade das relações sociais, nas desigualdades de classe e seus determinantes históricos e nas expressões da questão social, intervindo num horizonte amplo e não limitado à ideia pré-concebida de gestão da pobreza.

A consolidação da NOB-RH/SUAS como eixo balizador da gestão do trabalho na política de assistência social indica a implantação de uma política de reconhecimento e valorização do trabalhador e a necessidade do investimento em recursos humanos, dando-lhes condições favoráveis à realização de suas atribuições/funções, incentivando a educação permanente e a manutenção institucional do trabalhador em seu local de trabalho, ao invés da alta rotatividade de contratações precarizadas, fortalecendo assim as competências das equipes multiprofissionais e a garantia da qualidade dos serviços socioassistenciais.

Em Roraima, o CapacitaSUAS, executado como uma das estratégias de educação permanente para fortalecimento do SUAS apresentou resultados positivos, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, tendo superado as metas pactuadas e levado qualificação profissional a trabalhadores, gestores, dirigentes e conselheiros do

SUAS dos 15 municípios do estado, concretizando um novo modelo de trabalho, que reflete sobre as vivências da população e atua, em cada território, de maneira propositiva e direcionada a partir das competências e capacidades adquiridas.

Obviamente que a execução do CapacitaSUAS em Roraima teve também muitos momentos de adversidades, contudo, a superação dos desafios impostos pelas burocracias institucionais, ampliadas a cada mudança de gestão governamental (federal, estadual ou municipal), demonstra a relevância do Programa, destacando aqui os esforços das secretarias estadual e municipais de assistência social e da Universidade Estadual de Roraima.

É preciso apontar para a necessária ampliação dos investimentos na política de assistência social e para a continuidade de programas como o CapacitaSUAS, fazendo valer o que está posto na NOB-RH/SUAS, ainda não largamente incorporada em Roraima. Investir na política de assistência social perpassa contratar profissionais via concurso público, oferecer-lhes condições dignas de trabalho e salários, investindo em suas carreiras para que, assim, finalmente, sejam abolidos das estruturas públicas o assistencialismo, o primeiro-damismo e o voluntariado.

Acredita-se, por fim, serem estas, algumas das condições imprescindíveis para a manutenção sadia e segura dos trabalhadores da política de assistência social, pois a conjunção desses fatores é capaz de garantir autonomia e assegurar escolhas técnicas, éticas, democráticas e participativas entre gestores, equipes técnicas e conselheiros. Valorizar o profissional, reconhecer e fortalecer seus conhecimentos, suas habilidades e competências reforça, sem sombra de dúvidas, o compromisso com o trabalho, com os usuários dos serviços, o interesse pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas da realidade local, o planejamento e a execução de ações em rede e coletivamente com outros profissionais e, principalmente, garante direitos e melhora a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, Norberto. Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? Tradução de Balkys Villalobos de Netto. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Data de acesso: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Data de acesso: 23 de novembro de 2020.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1ª ed. Brasília: MDS, 2013, 57p. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf>. Data de acesso: 23 de novembro de 2020.
- CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012>>. Data de acesso: 15 de novembro de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=102523>>. Data de acesso: 22 de novembro de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Institui a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=104175>>. Data de acesso: 22 de novembro de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS nº 08, de 16 de março de 2012. Institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-8-de-16-de-marco-de-2012>>. Data de acesso: 15 de novembro de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS nº 04, de 13 de março de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/8250-2/>>. Data de acesso: 15 de novembro de 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução CNAS nº 28, de 14 de outubro de 2014. Altera a Resolução CNAS nº 8, de 16 de março de 2012, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal. Disponível em: <<https://setades.es.gov.br/Media/>>

seadh/Capacita%20SUAS/
Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNAS_028_2014.pdf
f>. Data de acesso: 23 de novembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 15, de 3 de outubro de 2017. Altera a Resolução nº 8, de 16 de março de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19334707/do1-2017-10-04-resolucao-n-15-de-3-de-outubro-de-2017-19334554>. Data de acesso: 10 de novembro de 2020.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

FERREIRA, Silvia Aline Silva; PEREIRA, Vanessa Bellão. Capacita SUAS no Pará: uma abordagem a partir da diversidade territorial. Serviço Social em Revista, v. 18, n. 2, p. 210-228. Londrina, jan.-jun., 2016.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira; SOUZA, Ilan Fonseca de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. Caderno CRH. Salvador, v. 32, n. 86, p. 231-251, maio-ago. 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálisis. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan-jun., 2010.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 190, de 22 de dezembro de 2017

(DOU de 23/11/2017). Institui o Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no serviço social. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n.º 41, 2013.

PAIVA, Beatriz Augusto. Trabalhadores Sociais do SUAS: qual agenda construir? In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Textos VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011. 144p.

TAVARES de OLIVEIRA, Paula Vanusa de Santana. Prefácio. In: SILVA, Aristóteles Veloso; TAVARES de OLIVEIRA, Paula Vanusa de Santana; GONÇALVES, Rosineide Maria (Orgs.). Programa CapacitaSUAS no estado de Pernambuco: experiências temáticas dos cursos de ensino a distância. Caruaru: Editora Asces, 2018. 240p.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O CapacitaSUAS na região norte: apreensões, desafios e vitórias. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 22. Brasília, DF: MDS, 2015.

TORRES, Iraildes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

VILAS BOAS et al. A experiência de monitoramento do Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS (CapacitaSUAS). Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 9, jan.-jun. 2015, p. 100-115.



A EQUIDADE NO SUBSISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO CONCEITO DE AMARTYA SEN AO MODELO DE SAÚDE INDÍGENA BRASILEIRO.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/921>

EQUITY IN THE INDIGENOUS HEALTH CARE SUBSYSTEM: AN ANALYSIS OF THE APPLICABILITY OF THE AMARTYA SEN CONCEPT TO THE BRAZILIAN INDIGENOUS HEALTH MODEL.

João Luiz Pereira de Araújo - Universidade Federal Fluminense/UFF <http://lattes.cnpq.br/7796911442368964>

RESUMO: O Brasil adota um modelo de assistência à saúde dos povos indígenas que visa a reconhecer suas singularidades, costumes e hábitos culturais instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde. Considerando que a execução das ações de saúde em terra indígena deve priorizar as idiossincrasias do usuário, é necessário estudar a equidade na construção da política pública que proporcionou tal assistência diferenciada. Assim, conclui-se que o modelo de comparação das realizações sociais e da teoria da escolha social originado no Iluminismo e cuja consolidação das ideias podem ser verificadas na obra de Amartya Sen influenciou a formulação da atual política pública de saúde indígena brasileira, considerando o reconhecimento de identidades fator necessário para se concretizar o ideal de justiça formulado pelo referido autor.

Palavras-chave: Amartya Sen, Justiça social, Equidade em saúde, Saúde de populações indígenas.

ABSTRACT: Brazil has an indigenous healthcare model which aims to recognize their uniqueness, behaviors and cultural habits by instituting the Indigenous Healthcare Subsystem. Whereas that the implementation of health programs in indigenous territory has to prioritize the idiosyncrasies, it is necessary to study the equity in the formulation of public policy which provided an unpaired assistance to indigenous. Therefore, it is concluded that the model of comparison of social achievements and the theory of social choice originated in the Enlightenment and whose consolidation of ideas can be verified in the work of Amartya Sen has influenced the formulation of the current Brazilian indigenous health policy, considering the recognition of identities as an indispensable factor to achieve the ideal of justice formulated by that author.

Keywords: Amartya Sen, Social Justice, Health Fairness, Indigenous Health.

INTRODUÇÃO

O Brasil adota um modelo de assistência à saúde dos povos indígenas que visa a reconhecer suas singularidades, costumes e hábitos culturais. Nesta mesma linha de pensamento, o legislador infraconstitucional editou, em 23 de setembro de 1999, a Lei n. 9.836, que acrescenta dispositivos à Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde, SUS.

Dado o dispositivo constitucional insculpido no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, frente às especificidades étnicas e respeitando o direito de estender aos índios os benefícios da legislação comum, tornou-se imprescindível a criação de um subsistema de saúde diferenciado e inserido na Política Nacional de Saúde (LOUZADA, 2007).

Do mesmo modo, “a igualdade é uma exigência fundamental da justiça. Estabelecer as características de uma sociedade justa inclui, especialmente, afirmar a igualdade como a condição inicial para a sua efetivação e avaliação” (ZAMBAM, 2009, p. 11). Portanto, é necessário eliminar desigualdades em busca de se atingir “um ideal clássico que impulse à reflexão e à busca por mecanismos que efetivem a justiça. Com essa compreensão, a ocorrência de desigualdades assinala a existência de injustiças” (ZAMBAM, 2009, p. 11).

Assim, o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas foi instituído, garantindo aos povos indígenas o acesso universal à saúde de acordo com as diretrizes do SUS. Todavia, este acesso se configura como uma via diferenciada, onde se considera a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política dos povos indígenas (BRASIL, 2002), de modo a favorecer os serviços de saúde prestados a essa população.

Mesmo antes da positivação do acesso diferenciado do indígena às ações de saúde, a

sociedade internacional já pressionava os Estados para que as particularidades das populações indígenas fossem asseguradas. O fundamento de se garantir tal tratamento diferenciado aos indígenas reside na “existência das diferenças que caracterizam e constituem a identidade humana, da sociedade e da natureza” (ZAMBAM, 2009, p. 11).

No entanto, mesmo diante da evolução legislativa garantidora da equidade na garantia do direito constitucional à saúde que a Lei 9.836 trouxe ao ordenamento jurídico, as reivindicações dos povos originários e das organizações indigenistas continuam. Os avanços que o Subsistema implantou necessitam de adequações, novas demandas surgem, vulnerabilidades persistem. Concretizar a saúde como um bem estar físico, mental e social, com respeito às singularidades dos povos tradicionais é ainda desafiador.

Em tempos de pandemia do novo coronavírus, essas reivindicações tomam proporções maiores e em busca do direito de existir e manter a integridade dos diversos povos originários, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) juntamente com os partidos políticos PSOL, PSB, REDE, PC do B, PDT e PT propuseram uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 709, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU n. 3 (saúde e bem-estar) e n. 10 (redução das desigualdades), que aborda questões de alta complexidade, grande impacto e repercussão, em busca do direito à saúde e o controle da propagação da pandemia dentro das comunidades indígenas.

Desta forma, entender que o adoecer não é democrático e atinge grupos socialmente vulneráveis como os povos tradicionais consiste em avançar na garantia do direito à saúde já implantado no Brasil. Desta forma, é necessário que o Direito das Minorias seja compreendido pela sociedade envolvente, de forma a proporcionar uma convivência em torno de uma aliança democrática em defesa desses direitos. A garantia da preservação dos direitos e garantias dessas minorias, como os

indígenas, encontra escopo no direito internacional, uma vez que os direitos dos povos indígenas também gozam de proteção internacional, estando o Brasil, como signatário de Tratados e Convenções já ratificados, obrigado a respeitá-los sob o risco de ser compelido internacionalmente para tal. (2009).

No entanto, somente se alcança a efetivação do direito das minorias entendendo que justiça consiste em conceito amplo e rico em definições. Por certo o conceito de justiça tem sido arduamente trabalhado desde a Antiguidade até os dias atuais. Na construção do conhecimento exposto neste trabalho, optou-se por uma escola filosófica originada no Iluminismo e a evolução que lhe foi dada por Amartya Sen.

No sentido liberal, liberdade consiste na capacidade de cada cidadão ter a sua concepção razoável acerca da vida digna, bem como de procurar realizar seus objetivos, sem que sofra interferências impeditivas externas (CITTADINO, 2009). Torna-se, então, necessário se individualizar o tratamento do sujeito de direitos, garantindo a preservação de suas peculiaridades e particularidades (PIOVESAN, 2010).

Compreende-se que ainda persiste a ideia de que a distribuição de direitos e liberdades dentro de uma sociedade é uma “questão polêmica e de difícil resposta na filosofia política, isso porque o debate pode suscitar diversas concepções de justiça distributiva, todas elas, cada uma ao seu modo, buscando soluções para as diversas formas de desigualdades” (DAOU e BRITO Filho, 2017). O que se busca é uma justiça mais acolhedora, fundada no reconhecimento das características comportamentais, na valoração do outro, reconhecendo-o e respeitando-o com toda a diversidade de cultura a ele associada, visando à justiça social.

Uma teoria da justiça almeja apresentar uma estrutura de argumentação bem articulada e contextualizada, com os elementos suficientes para a organização social justa. Tal proposição tem sentido na medida em que contribui para a transformação da realidade injusta (ZAMBAM,

A linha de argumentação racional que se entende como base dessa equidade em saúde promovida para os povos originários brasileiros se sustenta na abordagem da comparação focada em realizações. Essa corrente filosófica pode ser encontrada na obra de Adam Smith, Marquês de Condorcet, Jeremy Bentham, Mary Wollstonecraft, Karl Marx e John Stuart Mill, cuja construção metodológica tem sua gênese no Iluminismo do século XVIII realizando, com o interesse de remover injustiças evidentes, comparações focadas nas realizações sociais, por se entender que injustiças podem estar ligadas ao modo como as pessoas vivem e não a instituições (CONSANI, 2016).

Neste sentido, fundamentado na necessidade de uma compreensão da justiça baseada na importância das vidas, experiências e realizações humanas, busca-se comprovar a aplicação dos conceitos fundamentais da teoria desenvolvida por Amartya Sen na construção da equidade presente no Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que embora tenha sido construída após a criação do referido subsistema, concentra em si a formulação mais atual e elaborada dessa corrente do pensamento filosófico da justiça social da abordagem da comparação focada em realizações.

A abordagem feita por Amartya Sen sobre a justiça social está perfilada às teorias da escolha social. “As teorias da escolha social remontam à Revolução Francesa. Sen aponta Condorcet e Borda como seus precursores, cuja motivação era evitar a arbitrariedade e a instabilidade nos processos de escolha social” (CONSANI, 2016, p. 90).

A IDEIA DE JUSTIÇA EM AMARTYA SEN

Diversos pensadores construíram teorias acerca da equidade e de como o direito à diferença influencia o direito à igualdade e, de certo modo, a importância daquele na concretização deste. Amartya Sen, sistematizando a ideia de filósofos iluministas, estruturou uma teoria de igualdade onde o cerne da discussão reside no

reconhecimento da identidade do sujeito de direitos, adota a perspectiva de que o agente deve ser mantido como foco central da análise de igualdade para que se conceba um tratamento que realmente contemple suas necessidades (SEN, 2011).

Em sua argumentação, Amartya Sen insiste na existência de uma multiplicidade de elementos que precisam ser levados em conta na justificação de uma tomada de decisão concreta: liberdade, capacidade (*capability*), recursos, resultados, felicidade e igualdade são critérios a ser considerados, e que não podem ser incorporados em um sistema que defina para cada um deles um valor predeterminado (SEN, 2011).

É neste sentido que César Arjona e colaboradores acreditam que o estudo multidisciplinar (direito, economia, ética, antropologia, psicologia, sociologia, teoria política), e não somente a doutrina jurídica, deve ser a norma e não a exceção, a fim de que as soluções perpassem por pressupostos culturais, jurídicos, econômicos ou de outra natureza que prestigie a diferença (ARJONA et al., 2012).

Desta forma, todas as necessidades do indivíduo seriam consideradas quando da formulação das políticas públicas. Reconhecer a identidade significa relativizar o ser humano, compreender que o tratamento ao outro deve considerar as singularidades por ele apresentadas, sem o etnocentrismo que há muito prevalece nas políticas públicas.

A teoria de Amartya Sen “tornou-se uma referência importante para as questões que envolvem as condições de justiça no contexto contemporâneo ao focalizar a liberdade como temática central e referência em torno da qual se estrutura uma organização social justa” (ZAMBAM, 2009, p. 20).

Importante referir que Sen contribui com uma metodologia por meio da qual se pode avaliar o envolvimento e, mais ainda, a melhoria incremental no estado de vida de cada indivíduo ao

reconhecer que temos perspectivas plurais sobre justiça e equidade. Para Sen, isso pode ser feito por meio do que ele denominou "perspectiva da capacidade" (*capability approach*). Agindo assim, Sen modifica o pensamento sobre justiça dominante e, na visão de Arjona e colaboradores, ao unir incrementalismo (*incrementalism*), engajamento (*engagement*) e capacidade (*capability*) Sen formou uma estrutura integrada que desafia os conceitos clássicos de justiça abstrata e dependente de perfeição (ARJONA et al., 2012).

A EQUIDADE COMO PRINCÍPIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO

A respeito das políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, observa-se que, nada obstante os ideais de assimilação e integração outrora propostos, os indígenas têm garantido, mesmo que aquém do necessário, direitos a eles reconhecidos internacionalmente.

Ademais, com o advento da atual Constituição Federal, houve uma substancial melhoria nas relações entre Estado e povos indígenas por meio do tratamento diferenciado às minorias étnicas, uma vez que a Constituição de 1988 reconheceu os direitos dos povos originários às suas terras; a políticas sociais diferenciadas e adequadas às suas especificidades culturais; a autorrepresentação jurídico-política; a preservação de suas línguas e culturas; e, no campo da saúde, a criação de um subsistema específico para o atendimento aos povos indígenas.

A necessidade de desconstruir o estigma da tutela e da incapacidade política e intelectual que lhes foi atribuído pelo mundo do branco no processo de colonização parece ter levado os dirigentes a valorizar a iniciativa do Ministério da Saúde de estabelecer uma parceria técnico-política (GARNELO e SAMPAIO, 2005). Assim, os indígenas se apropriaram das reuniões dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena para imprimir às ações de saúde a dinâmica mais adequada para cada particularidade étnica.

Um avanço, neste aspecto, se refere à

percepção das enormes diversidades existentes entre diferentes Distritos Sanitários Especiais Indígenas, DSEI. O respeito às particularidades de cada etnia, de cada região, favorece a construção de um atendimento mais apropriado a reconhecer a identidade daquele grupo étnico, buscando o bem-estar das comunidades assistidas.

O SUBSISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS COMO GARANTIA DO DIREITO À DIFERENÇA

É mister reconhecer que as “condições de saúde e de adoecimento estão determinadas pelas desigualdades que se expressam em indicadores de morbi-mortalidade, no acesso e na distribuição dos serviços, na formulação das políticas e na construção das práticas de saúde” (SENA e SILVA, 2007, p. 773).

A interação entre a sociedade ocidental e populações indígenas pode resultar em transformações socioculturais e epidemiológicas profundas. As alterações após o contato podem permear diversas dimensões do modo de ser e viver de um determinado grupo (COIMBRA et al., 2000). “A correção de tal desigualdade exigirá décadas de investimento, não apenas em saúde, mas em um amplo conjunto de políticas sociais que promovam a melhoria geral das condições de vida” (GARNELO, 2012, p. 35).

É primordial ter em mente que os povos indígenas no Brasil apresentam “um complexo e dinâmico quadro de saúde, diretamente relacionado a processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas à expansão e à consolidação de frentes demográficas e econômicas da sociedade nacional nas diversas regiões do país” (SANTOS e COIMBRA Jr., 2005, p. 13). Tais peculiaridades devem ser consideradas quando da formulação de políticas públicas de saúde, festejando a assistência que considere toda a gama de diferenças socioculturais por esses povos apresentadas.

Agindo assim, garantir-se-á a proteção aos direitos fundamentais dos indígenas, cumprindo o

hodierno comando de relativização cultural em relação ao modo de vida dos indígenas. Norberto Bobbio observa que a grande questão atual com relação aos direitos do homem não se baseia mais em fundamentá-los, e sim protegê-los. Neste sentido, assevera:

O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados (BOBBIO, 2004, p. 17).

Em termos de direitos fundamentais, Amartya Sen atribui à saúde o status de ser uma das condições mais importantes da vida humana e um constituinte criticamente significativo das capacidades humanas que devemos valorar (SEN, 2002).

Dentro das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Governo brasileiro, contemplar o indígena com um subsistema que respeite e valore seus hábitos e costumes diferenciados, relativizando a assistência à saúde prestada assegura o direito à diferença insculpido no Texto Constitucional.

Mostra-se notório que os avanços que se observam no modelo de assistência à saúde indígena foram impulsionados pela própria Constituição Federal de 1988 ao ter inovado com o reconhecimento aos índios da sua organização social, línguas, costumes, crenças, e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Tais avanços positivados na Carta Magna associados ao contexto da saúde pública como um direito de todos e dever do Estado, levou as organizações indígenas a reivindicar o modelo na forma que atualmente se desenvolve.

Nada obstante, na forma original como o SUS foi concebido, a população indígena não representava uma de suas prioridades, posto que, à época, a prestação de cuidados à saúde desses

grupos ainda estava sob a responsabilidade do órgão indigenista.

No entanto, necessitou-se considerar que o modelo de gestão de um sistema de saúde é um meio para prover atendimento adequado à população. Desta forma, o atual modelo de organização dos serviços de saúde para as populações indígenas, baseado em regionalizar o serviço por meio de Distritos Sanitários, teve sua gênese no âmbito das Conferências Nacionais de Saúde, no início da década de 1990.

A concepção e o modelo de Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI, demonstram avanços evidentes, “particularmente por ter promovido uma extensão de cobertura sanitária onde anteriormente só havia o vazio” (GARNELO, 2004, p. 13).

Os DSEI se caracterizam como uma rede interconectada de serviços de saúde, capaz de oferecer cuidados de atenção primária à saúde, adequados às necessidades sanitárias da maioria da população (GARNELO, 2012). O foco do planejamento das ações sempre prioriza as demandas encontradas na região. Entender que o perfil de morbidade das populações indígenas difere entre os distritos agrega qualidade ao cuidado de saúde ofertado. As reuniões de Conselhos Locais e Distritais de Saúde mobilizam o debate acerca da qualidade do serviço prestado e levantam os principais agravos que acometem a população ali adstrita.

Por certo, os 34 DSEI implantados em todo o Brasil contemplam as características peculiares de cada área indígena. Em sua concepção, buscou-se preservar um “processo de discussão que envolvesse vários atores sociais, tais como: as organizações indígenas, os profissionais de saúde, as ONGs, as universidades e órgãos federais como a FUNASA e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)” (ATHIAS e MACHADO, 2001, p. 426).

A legislação prevê que “os DSEI possuam uma rede de serviços formada por estabelecimentos que compõem sua infraestrutura física, que pode

estar localizada nas aldeias ou cidades onde se realiza o atendimento na rede SUS” (CRUZ, 2012, p. 190). Dessa forma, cria-se uma rede de assistência à saúde do usuário indígena que contempla o princípio da integralidade de assistência, previsto no inciso II do artigo 7º da Lei n. 8.080/90. Por integralidade entende-se “o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”.

Neste sentido, tem-se que o Posto de Saúde seria a unidade mais simples do Distrito Sanitário. Nele atuaria o Agente Indígena de Saúde e deveria haver pelo menos um posto de saúde em cada aldeia.

O nível seguinte de complexidade é representado pelo Polo-Base, uma unidade de saúde que deve contar com médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, os quais se responsabilizariam pelo atendimento das aldeias geograficamente próximas a ele. A vinculação de uma unidade de saúde a um território e população específicos constitui aquilo que é chamado em saúde pública de área de abrangência da unidade de saúde.

Segundo o modelo do subsistema de saúde indígena, a equipe baseada nesta unidade de saúde, preferencialmente sediada no interior das terras indígenas, deve prover atenção básica à saúde da população sob sua responsabilidade, atuando de modo articulado ao trabalho do agente de saúde e efetuando visitas periódicas de atendimento aos comunitários (GARNELO, 2012, p. 30).

Um resultado positivo surgido após a implantação do modelo de distritalização foi o aumento da participação das Organizações Indígenas (LANGDON, 2007). Os convênios entre tais organizações e a FUNASA para o fornecimento de serviços de saúde às comunidades indígenas tornaram-se a regra do modelo de atenção à saúde desenvolvido no âmbito do subsistema.

O que se busca com o novo modelo de atenção é, entre outros, assegurar a preservação dos aspectos socioculturais diferenciados do usuário indígena. Tal anseio leva ao reconhecimento de culturas distintas que devem ser consideradas

quando das formulações de políticas públicas. Nada obstante, torna-se imprescindível que no âmbito do subsistema de atenção à saúde indígena se entenda “de que forma é possível conciliar o acesso universal aos bens e serviços de saúde a uma atenção que garanta a diferenciação, sem interferir, no entanto, na qualidade dos serviços ofertados” (NOVO, 2011, p. 1.363).

Para se chegar a uma concepção multicultural de direitos humanos deve-se superar o debate sobre universalismo e relativismo cultural, pois, em sua visão, trata-se de “um debate intrinsecamente falso, cujos conceitos polares são igualmente prejudiciais para uma concepção emancipatória de direitos humanos” (SANTOS, 1997, p. 21). O autor sustenta que “contra o relativismo há que desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora, capacitação de desarme, emancipação de regulação” (SANTOS, 1997, p. 21).

No caso de um diálogo intercultural, a troca não ocorre somente entre diferentes saberes, vai além, instituindo relações de trocas entre diferentes e incomensuráveis culturas. Assim, é mister que se reconheça as incompletudes mútuas para que se estabeleça um diálogo intercultural (SANTOS, 1997).

Somente assim não se incorre na privação de direitos fundamentais, incluindo-se aí o direito a saúde, e dos bens essenciais para a sobrevivência humana. Tal privação desafia as condições para a estruturação de uma organização social justa (ZAMBAM, 2009). Dentro desse conceito de organização social justa há de se prezar pelo atendimento às necessidades básicas em conformidade com os recursos disponíveis, bem como a administração de tais recursos.

O SUS oferece, como concepção geral, a possibilidade de criação de sistemas de saúde baseados na realidade local, o que favoreceria a diversidade de modelos. Os princípios de acesso universal, atenção diferenciada, e controle social são os princípios que governam esse Subsistema.

Neste diapasão, uma das inovações desse modo-lo de DSEI consiste na afirmação de que os índios participariam da organização dos serviços através das instâncias de controle social, com representação nos Conselhos e Conferências de Saúde (CRUZ, 2012).

Dentro da atenção diferenciada, outra inovação do subsistema consiste no enfoque que se destinou à medicina tradicional. Desde a década de 1970, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que os Estados nacionais integrem a seus sistemas de saúde oficiais as medicinas tradicionais. Tal recomendação fora fortalecida pela Declaração de Alma-Ata, que em 1978 reconhece que “os praticantes das medicinas tradicionais podem colaborar nos cuidados primários de saúde, desde que devidamente treinados para trabalhar e responder às necessidades de saúde das comunidades” (FERREIRA, 2013, p. 205).

Ao planejar desenvolver ações de saúde com populações indígenas deve-se considerar a inter-relação entre a medicina ocidental e a medicina tradicional, procurando compreender as crenças e costumes locais. Os conhecimentos populares são próprios de uma comunidade e diferenciados de acordo com a cultura local. Ao basear o atendimento na produção de consensos, incorporam-se novos conhecimentos e amplia-se a autoconfiança de ambos os sujeitos do processo – população e profissional de saúde – nos novos saberes produzidos nessa interação (BARBOSA et al., 2007).

Todavia, embora já tenha recomendado tal prática desde a década de 1970, somente em 2002 a OMS define as “diretrizes para o estabelecimento de relações de cooperação entre os sistemas oficiais de saúde e os praticantes das Medicinas Tradicionais como forma de ampliar a cobertura e o acesso da população dos países em desenvolvimento aos serviços de atenção primária à saúde” (FERREIRA, 2013, p. 205).

Já no Brasil, “as recomendações dos organismos internacionais são efetivadas por meio de políticas públicas delineadas como ações e

programas governamentais voltados para a realização de objetivos específicos” (FERREIRA, 2013, p. 206). Dentre os diferentes objetivos a serem alcançados, pode-se destacar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que define as medicinas indígenas como sistemas tradicionais de saúde que operam com abordagem holística e se baseiam no princípio de harmonia das relações sociocósmicas.

A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS SOB O PRINCÍPIO DA EQUIDADE PROPOSTO POR AMARTYA SEN

A crença em barreiras intransponíveis entre os valores das diferentes culturas surgiu e ressurgiu várias vezes ao longo dos séculos, estando fortemente articulada nos dias atuais. Ao contrário dos estereótipos culturais, as histórias de diferentes países do mundo têm mostrado variações consideráveis ao longo do tempo, bem como entre grupos diferentes dentro do mesmo país. “Ser culturalmente não-partidário requer respeitar a participação de pessoas de qualquer canto da terra” (SEN, 2005, p. 162).

Neste sentido, Amartya Sen argumenta que o conceito de capacidade define a liberdade da pessoa para ter um tipo de vida ou outro (SEN, 2011). Justamente nessa definição de capacidade que se encaixa o subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas. Ora, no intuito de privilegiar a equidade, criou-se uma política pública que possibilita ao indígena a opção de usufruir do acesso à saúde pública por meio de um subsistema construído de modo que festeje suas idiossincrasias.

Outrossim, ao se entender as liberdades substantivas de forma plúrima, tem-se uma avaliação mais equânime de justiça, possibilitando “condições para que a construção dos argumentos e das proposições não dependa de pré-compreensões homogêneas e, por isso, limitadas a referências globais, sem contemplar as características individuais ou comuns a certos grupos ou contextos” (ZAMBAM, 2009, p. 140).

Diferentes indivíduos, em distintas sociedades, alcançam diferentes níveis de desenvolvimento das capacidades e valoram também de forma diferente cada desempenho possível. Desta forma, uma boa política igualitária deveria ser sensível a essas variações (SEN, 2011).

É neste sentido que Sen define a liberdade eficaz como o estado de coisas em que as escolhas de uma pessoa são respeitadas, assim como suas consequências, mesmo que o indivíduo não possa controlar os procedimentos que produzam tal resultado (SEN, 1985).

Este igualitarismo de oportunidades, a que Sen denomina de autêntica igualdade complexa, tem profundas implicações no campo da saúde. Por isso, Sen afirma que nenhuma concepção de justiça social de base equitativa pode desconsiderar o gigantesco papel da saúde na existência humana, seja no campo das possibilidades de uma pessoa alcançar uma vida livre de enfermidades, seja na ampliação das capacidades e funcionamentos, caso goze de boa saúde (SEN, 2002).

Assim, para se compreender a equidade em saúde como aspecto fundamental da justiça social, é importante referir o conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS), que define, no preâmbulo da sua Constituição, a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades (WHO, 1946).

Coadunando com tal conceito, “O SUS, ao menos em sua proposta normativa, parece considerar as desigualdades sociais, pois parte de uma definição de saúde abrangente e de um modelo de política que visa a articular políticas e serviços sociais que estão além da prestação de serviços de saúde” (MARIO, 2013, p. 149).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 196, o princípio de que a saúde é um direito de todos. No entanto, entre este princípio e a garantia de seu cumprimento, interpõe-se uma distância considerável, já que “não basta preconizar as mesmas bases sanitárias para toda sociedade,

uma vez que as demandas pessoais são deveras abrangentes, podendo, neste caso, se produzir um aguçamento das disparidades” (SIQUEIRA-BATISTA e SCHRAMM, 2005, p. 138).

Estabelecido tal conceito, vislumbra-se a amplitude do termo saúde, que é muito mais que o antônimo de doença. Assim, toda aproximação à saúde a partir desta abordagem conceitual preconizada pela OMS, e garantida pela atual Constituição brasileira, deve ser baseada numa compreensão do que os sujeitos e grupos definidos valoram como estilos de vida. Assim, não há um caminho possível para definir a saúde objetivamente (no sentido moderno do termo). Mesmo se fosse possível determinar, com certeza absoluta, a ausência de doença por procedimentos sofisticados, essa informação técnica e tecnológica seria uma base probatória insuficiente para dar conta da saúde entendida em sentido positivo (RESTREPO-OCHOA, 2013).

Há de se compreender, neste processo complexo, o usuário das políticas e serviços de saúde. Os procedimentos adotados quando da elaboração de tais políticas podem criar fatores capazes de aproximar as capacidades para escolha do funcionamento “estar livre da doença e da dor”. O indivíduo tem que se ver não apenas como um paciente, mas também como um agente de mudança. A pena pela inércia e apatia pode ser o adoecimento e a morte (SEN, 1999).

Neste diapasão, “as reivindicações identitárias podem ser interpretadas como uma estratégia de resistência ou mudança da situação de incerteza, visto que a sua motivação se constitui na perda de referenciais pelos grupos sociais” (SCHNEIDER e LUCAS, 2009, p. 54).

Para Amartya Sen a melhoria da saúde é parte constitutiva do desenvolvimento, sendo que o reforço para a boa saúde pode ser auxiliado por uma variedade de ações, incluindo as políticas públicas (SEN, 1999). O autor acredita que mesmo quando uma economia é pobre, grandes melhorias na saúde podem ser alcançadas por meio da utilização dos recursos disponíveis de uma forma socialmente

produtiva.

Pertinente se faz a compreensão do indígena como minoria nesse cenário de políticas públicas de saúde. Tem-se o conceito de minoria como categoria jurídica, não se tratando de um conceito estatístico, mas sociológico, sendo necessário que se inclua populações de todos os tamanhos, desde que apresentem características culturais específicas que as diferenciem das outras (LEVY, 2009).

De fato, Amartya Sen entende que a igualdade, como uma ideia abstrata, não tem muito poder, e que o verdadeiro trabalho começa com a especificação do objeto que se pretende igualar (SEN, 2002). O passo central, então, é a especificação do espaço em que a igualdade deve ser buscada, que, no caso em tela, trata-se da atenção à saúde dos povos indígenas.

A saúde, então, se torna uma preocupação crítica, tornando fundamental a equidade em saúde para a compreensão da justiça social. A melhoria da saúde é parte constitutiva do desenvolvimento, visto que a boa saúde pode também ajudar a contribuir para o aumento do crescimento econômico (SEN, 1999). Em consequência, a equidade em saúde mostra-se inescapavelmente multidimensional como uma preocupação (SEN, 2002).

Assim, um enfoque adequado da política de saúde que possibilite a composição do tecido multifatorial do processo saúde-doença deve ter em conta “não apenas fatores sociais e econômicos, mas também uma variedade de elementos, como as predisposições biológicas, as (dis)capacidades pessoais, as características antropológicas e culturais, os riscos epidemiológicos, as influências ambientais e climáticas, entre outros” (SIQUEIRA-BATISTA e SCHRAMM, 2005, p. 138).

Enfim, a equidade em saúde se apresenta sob muitos aspectos, sendo um conceito multidimensional onde se incluem preocupações com a conquista da saúde e a capacidade de alcançar uma boa saúde (SEN, 2002). Além disso, um compromisso adequado com a equidade na

saúde também requer que as considerações sejam integradas com as mais amplas questões de justiça social e equidade global, observando adequadamente a versatilidade de recursos, o alcance diverso e o impacto sobre diferentes contextos sociais.

Fundamentando-se na teoria de Sen, parte-se da premissa de que referente à equidade em saúde não se pode estar apenas preocupado com a desigualdade em saúde ou cuidados de saúde. Deve-se levar em conta a forma como a alocação de recursos e arranjos sociais interligam o pilar saúde com outros estratos sociais (SEN, 2002).

É neste sentido que a formulação de um subsistema contemplando as peculiaridades dos povos indígenas coaduna com o disposto na Constituição Federal de 1988. A atenção diferenciada supõe que os profissionais de saúde devam considerar a particularidade cultural da comunidade indígena e respeitar práticas de saúde tradicionais e curandeiros.

Relevante compreender que a teoria de Amartya Sen entende como importante para a estimação da vantagem individual não só “o nível de bem-estar efetivamente alcançado, mas também a liberdade que uma pessoa tem de escolher entre diferentes tipos de vida. E o nível dessa liberdade desfrutada por uma pessoa constitui o que Sen denomina sua capacidade” (VITA, 1999, p. 1).

Por certo os povos indígenas, desde a promulgação da Lei n. 9.836/99, que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, têm acesso à atenção básica de saúde, em seu primeiro nível de complexidade, tanto na atenção primária estabelecida em unidades básicas de saúde nos municípios brasileiros, como nos postos de saúde indígenas localizados nas circunscrições dos polos-base. Tal disponibilidade de acesso festeja o pensamento de Amartya Sen que estabelece como ideal que a abordagem da capacidade considere toda a extensão da liberdade para escolher entre diferentes pacotes de funcionamentos (SEN, 2012).

Priorizando a ótica das convicções e valores

do próprio agente, a atual política de atenção à saúde dos povos indígenas fortalece o papel do usuário indígena como parte fundamental na elaboração do planejamento das atividades de saúde a serem desenvolvidas. “A liberdade de escolha pode de fato ter importância direta para a qualidade de vida e bem-estar de uma pessoa” (SEN, 2012, p. 92).

A sociedade democrática reconhece a identidade individual e considera a proteção dos direitos fundamentais dos membros de grupos culturais com necessidades específicas (SCHNEIDER e LUCAS, 2009). Neste sentido, pode-se referir à participação da comunidade nas políticas públicas de saúde.

Uma sociedade que não garante aos seus cidadãos condições de saúde não sustenta a justiça como uma de suas características, visto que não assegurará a todos as mesmas condições e oportunidades para realizarem algo valioso, tolhendo-lhes a plena cidadania. Assim, a saúde encontra papel fundamental para garantir a plena participação dos indivíduos em sociedade, garantindo-lhes condições de realizar suas expectativas ao longo de suas vidas (DANIELS, 2001).

O direito à saúde tem demandas amplas que vão muito além de legislar sobre bons cuidados, envolvendo aspectos múltiplos da vida social do indivíduo. Assim, ao entender a saúde como direito, reconhecemos a necessidade de um forte compromisso social em relação aos aspectos da boa saúde.

Desta forma, assumindo um papel mais participativo nas políticas públicas de saúde, o usuário indígena deve considerar especificamente o seu próprio papel na promoção de seus objetivos (SEN, 2012). Nesta concepção, o êxito da condição de agente depende precisamente do papel que o usuário desempenha na produção da realização dos objetivos almejados.

O controle social é um relevante elemento de gestão e, por certo, mostra-se fortalecido como

princípio do Sistema Único de Saúde insculpido no Texto Constitucional, artigo 198, inciso III, bem como infraconstitucionalmente no inciso VIII do artigo 7º da Lei n. 8.080/90. Reforçado no âmbito do subsistema indígena por força do artigo 19-H, onde se lê que: “As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso”.

Os indígenas também participam da assistência prestada de forma ativa, desempenhando papéis de agentes indígenas de saúde (AIS), parteiras tradicionais indígenas e curandeiros. A inserção desses profissionais indígenas nas ações de saúde visa a preservar traços de suas medicinas tradicionais que carregam consigo toda a valoração cultural da etnia, mantendo aspectos importantíssimos de reconhecimento para o usuário.

É necessário apontar que os índios também têm desenvolvido conhecimentos e saberes sobre saúde, e, como no caso da nossa biomedicina, estes saberes compõem seu sistema de saúde, definindo o que é doença e saúde, o que causa doenças e o que as cura, o que é cura. As respostas culturais para estes conceitos de saúde e doença são diferentes daquelas da biomedicina e resultam em noções, valores e expectativas diferentes e específicos segundo a etnia particular. O primeiro passo para realizar o princípio da legislação sobre saúde indígena é o reconhecimento que estas diferenças são legítimas e fazem parte de um sistema cultural de saúde. Não são superstições ou fragmentos de um pensamento menos evoluído (LANGDON, 2001, p. 160).

Assim, o respeito à dinâmica já consolidada na medicina tradicional indígena e a permissão para que as práticas de pajelança ocorram, mesmo que de forma incipiente, já configuram um avanço nas políticas públicas em termos de respeito à cultura indígena.

Nada obstante as dificuldades práticas enfrentadas na formação dos agentes indígenas de saúde, é certo que estimular e interagir com o conhecimento tradicional das populações indígenas e fomentar a formação desses agentes nos moldes do que o Ministério da Saúde preconiza garante a

equidade no sentido de estimular as capacidades que os AIS já detêm, por serem membros da comunidade, bem como as habilidades que adquiriram ao receberem formação por meio de módulos pedagógicos para conhecer as doenças endêmicas na região.

Os AIS, sob a perspectiva das comunidades, “são agentes representantes da prática biomédica, pois emergem no contexto da interação inter e intraétnica como atores que detêm um conhecimento específico e são capazes de garantir o acesso aos recursos materiais e simbólicos ofertados pelos serviços de saúde” (DIEHL et al., 2012, 823).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas preconiza a formação desses AIS como ponto fulcral na promoção de uma atenção diferenciada, visto que o agente constitui elo entre a comunidade e a equipe multidisciplinar de saúde indígena.

Outro aspecto do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas que festeja a teoria da equidade formulada por Amartya Sen está presente na definição do órgão competente pela execução das ações de saúde.

O SUS sustenta como princípio basilar, expresso no artigo 7º, inciso IX, alínea “a” da Lei n. 8.080, a municipalização dos serviços de saúde. Ocorre que municipalizar a saúde indígena seria extremamente danoso para o usuário do subsistema, uma vez que o conflito de interesse entre sociedade envolvente e comunidades indígenas é, em regra, bastante presente nas relações dos povos indígenas com os gestores municipais.

Frente aos mais de cinco mil prefeitos municipais e dezenas de milhares de vereadores, as necessidades do usuário indígena correriam o risco real de não serem contempladas de forma que se priorizassem seus hábitos e costumes sociais e culturais. Assim, a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu artigo 27, inciso XX, alínea “c” dispõe que compete ao Ministério da Saúde a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e

recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios.

Manter o gerenciamento e a execução das ações no nível federal garante a proteção das minorias indígenas por meio de ações governamentais mais técnicas e menos envolvidas com interesses locais que poderiam fragilizar a assistência. No entanto, tem sido um desafio para o Ministério da Saúde realizar a operacionalização das ações, visto que o órgão ministerial tem expertise em planejamento, monitoramento e avaliação das ações de saúde, ficando a cargo dos municípios, em regra, a execução das atividades em saúde.

É possível também observar a equidade, conforme formulada por Sen, na distribuição dos distritos sanitários nas unidades federadas, que “obedeceu às características culturais e distribuição das terras indígenas, bem como a critérios demográficos que contribuíram para a definição de suas localizações e áreas de abrangência” (GARNELO, 2012, p. 27).

Por certo, a implantação do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas agregou tratamento desigual para que se contemplassem as particularidades dos diferentes usuários indígenas distribuídos pelos 34 DSEI atualmente existentes. A positivação de tais políticas públicas demonstra um reconhecimento da identidade do indígena, respeitando suas capacidades em relação a viver uma vida saudável.

CONCLUSÃO

Considerando a igualdade material como condição sine qua non da justiça, dentro do que preceitua Amartya Sen em sua teoria da equidade que considera as capacidades do agente, tem-se que o advento do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas trouxe o reconhecimento das singularidades sociais e culturais para esses povos, possibilitando-lhes um planejamento estratégico que priorize as doenças endêmicas na região, ampla atuação dos usuários por meio das ações do controle social e oportunidades de serem assistidos

em suas comunidades por equipes multidisciplinares de saúde indígena que respeitam as manifestações de medicina tradicional.

Por certo que a assistência prestada aos povos indígenas encontra desafios epidemiológicos bastante distintos dos enfrentados nas unidades básicas de saúde dos municípios brasileiros. Pensar em equidade no subsistema envolve um planejamento centrado no usuário e nas principais endemias presentes na região a ser assistida, incluindo estratégias diferenciadas para o usuário indígena como tem ocorrido no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

A participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde constitui uma inovação trazida pela implantação do SUS. No entanto, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas há um forte movimento para que o controle social seja realmente efetivo e a participação dos usuários, por meio de seus conselheiros indígenas de saúde, contribua para a construção de políticas de saúde que mantenham as diretrizes do que já se conquistou e garanta um atendimento focado nas demandas sociais por eles levantadas nas reuniões locais do Conselho de Saúde, bem como nas reuniões em âmbito distrital.

Fortalecendo a equidade, no sentido de reconhecimento de identidades e fortalecimento das capacidades, os usuários indígenas têm fóruns de discussão separados dos usuários não indígenas. Suas conferências de saúde, mesmo em nível nacional, ocorrem em paralelo à Conferência Nacional de Saúde. Desta forma, nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena a discussão é pautada sobre um quadro epidemiológico e demandas distintas das enfrentadas na Conferência Nacional.

O atendimento prestado pelas equipes multidisciplinares festeja a equidade ao se ofertar ao usuário indígena um profissional capacitado para atuar sobre os agravos mais presentes na região. Torna-se imprescindível que tal profissional seja sensibilizado antropológicamente, considerando as diferenças sociais e culturais das etnias a serem atendidas.

Ademais, os profissionais que compõem as equipes prestam a assistência aos indígenas no seio da comunidade, sendo necessário que ocorram visitas domiciliares periódicas tanto para o atendimento da demanda presente como para a busca ativa de novos casos de doenças epidêmicas e das endemias prevalentes na comunidade.

Importante referir que uma vez na comunidade, os integrantes das equipes são orientados a respeitar as manifestações da medicina tradicional indígena realizadas, em regra, pelo curandeiro. O respeito à intervenção da medicina tradicional é estimulado institucionalmente, sendo usual a promoção de cursos de sensibilização para os profissionais não indígenas da equipe, bem como cursos de capacitação para os profissionais indígenas como as parteiras indígenas e os agentes indígenas de saúde.

Resta claro que todas essas ações contribuíram para que se cumprisse, no âmbito do subsistema, o mandamento principiológico do SUS de acesso universal à saúde. Tal acesso diferenciado no nível mais básico da atenção à saúde considera as peculiaridades indígenas, favorecendo a esses usuários uma qualidade de vida que anteriormente não lhes era possível.

Somente uma teoria da justiça que festeje as capacidades do agente e conceba um processo comparativo que visa a verificar meios de combater ou quiçá eliminar injustiças extremas pode conceber um subsistema tão peculiar para contemplar os anseios dos usuários indígenas. O respeito à diferença, considerando as identidades dos indígenas, é o grande diferencial da atual política de saúde indígena introduzido pela Lei n. 9.836/99. Por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, os usuários conseguem desenvolver suas capacidades no sentido de usufruir de um modelo de atenção construído de forma a preservar suas tradições e assegurar um atendimento primário dentro da sua comunidade, aplicando e fortalecendo a garantia constitucional do direito à saúde. Uma vez que a inexistência dos DSEI dificultaria o acesso universal à saúde para algumas tribos indígenas que têm fatores

geográficos, linguísticos, sociais e culturais como barreiras a serem superadas quando do acesso aos serviços de saúde ofertados pelo SUS.

Além disso, há de se considerar as relações, em regra, conflituosas existentes entre índios e sociedade envolvente, dificultando o gerenciamento, em nível local, das ações de saúde voltadas para os indígenas. É certo que disputas originadas por conflitos entre culturas são temas que desafiam a construção de estruturas que viabilizem a realização da justiça. Devem-se considerar os interesses, geralmente, antagônicos, que envolvem, em regra, demarcações de terras indígenas, polarizando a relação do gestor local com os povos indígenas que habitam a área do município.

Diante de tal fragilidade, correto agiu o legislador infraconstitucional quando estabeleceu o gerenciamento das ações de saúde indígena em âmbito federal, mitigando os possíveis conflitos já instalados e que repercutiriam na esfera da saúde.

Por fim, quando da elaboração do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, o legislador aplicou os conceitos fundamentais do modelo de comparação das realizações sociais e da teoria da escolha social, cuja gênese remonta ao Iluminismo e tem – nos dias atuais – na teoria de justiça de Amartya Sen o mais destacado representante, festejando, assim, a equidade ao considerar que o SUS promoverá a articulação do Subsistema com os órgãos responsáveis pela política indígena do País. Estando toda a estrutura do SUS apta a servir de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, ocorrendo as necessárias adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.

REFERÊNCIAS

ARJONA, César; JAMAL, Arif A.; MENKEL-MEADOW, Carrie; RAMRAJ, Victor V.; SATIRO, Francisco. Senses of Sen: reflections on Amartya Sen's ideas of justice. *International Journal of Law*

- in Context, v. 8, n. 1, p. 155-178, mar. 2012.
- ATHIAS, Renato; MACHADO, Marina. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. *Cad. Saúde Pública*, v. 17, n. 2, p. 425-431, mar-abr, 2001.
- BARBOSA, Maria Aparecida Rodrigues da Silva; TEIXEIRA, Neuma Zamariano Fanaia; PEREIRA, Wilza Rocha. Consulta de enfermagem - um diálogo entre os saberes técnicos e populares em saúde. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. 1-6, jun., 2007.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Edit. Elsevier, 2004. 97 p.
- BRASIL. FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*, 2 ed. Brasília, 2002. 40 p.
- CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, direito e justiça distributiva*. 4 ed. Rio de Janeiro: Edit. Lumen, 2009. 246 p.
- COIMBRA Jr., Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. *Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 125-132, 2000.
- CONSANI, Cristina Foroni. *Justiça como equidade ou justiça focada em realizações? As concepções de justiça de John Rawls e de Amartya Sen*. *Saberes*, v. 1, n. 13, p. 76-96, mar., 2016.
- CRUZ, Katiane Ribeiro da. *A Saúde Indigenista e os Desafios da Participação Indígena*. *Rev Saúde Soc.*, v. 21, supl. 1, p. 185-198, 2012.
- DANIELS, Norman. *Justice, Health and Health Care*. *American Journal of Bioethics*, v. 1, p. 2–39, 2001.
- DAOU, Heloisa Sami; BRITO Filho, José Claudio Monteiro de. *John Rawls e Amartya Sen: paralelo entre a teoria de justiça como equidade e a justiça focada nas realizações*. *Rev. de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*, v. 3, n. 2, p. 1 -21, jul./dez., 2017.
- DIEHL, Eliana Elisabeth; LANGDON, Esther Jean; DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. *Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros*. *Cad. Saúde Pública*, v. 28, n. 5, p. 819-831, maio, 2012.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. *A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.20, n.1, p.203-219, jan./mar. 2013.
- GARNELO, Luiza. *Política de Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Análise Situacional do Período de 1990 a 2004*. Porto Velho, RO: Edit. Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia, 2004. 29 p.
- GARNELO, Luiza. *Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde*. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). *Saúde Indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 18-59.
- GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully. *Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de fazer ver e fazer crer nas políticas de saúde*. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 4, p. 1217-1223, 2005.
- LANGDON, Esther Jean. *A tolerância e a política de saúde do índio no Brasil: São compatíveis os saberes biomédicos e saberes indígenas?* In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN, Roseli. (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade*. São Paulo: EDUSP, 2001, v. 1, p. 157-166.
- _____. *Diversidade cultural e os desafios da política brasileira de saúde do índio [editorial]*. *Rev Saúde Soc.*, v. 16, n. 2, p. 7-12, 2007.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. *O direito das minorias e as nações indígenas no Brasil*. *Caderno CRH*, v. 22, n. 57, p. 493-505, Set./Dez. 2009.
- LOUZADA, Jaime. *Avaliação do trabalho da enfermagem na área indígena Yanomami dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro – Amazonas*. 2007. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias da Amazônia) - Instituto Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- MARIO, Camila Gonçalves de. *Saúde como questão de justiça*. 2013. 332 f. Tese (Doutorado em

- Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- NOVO, Marina Pereira. Política e intermedicalidade no Alto Xingu: do modelo à prática de atenção à saúde indígena. *Cad. Saúde Pública*, v. 27, n. 7, p. 1362-1370, jul., 2011.
- PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas. In: NOVELINO Marcelo. *Leituras complementares de Constitucional. Direitos humanos e direitos fundamentais*. Cap. IV. 4 ed. Salvador, BA: Edit. JusPodivm; 2010. 495 p.
- RESTREPO-OCHOA, Diego Alveiro. La salud y la vida buena: aportes del enfoque de las capacidades de Amartya Sen para el razonamiento ético en salud pública. *Cad. Saúde Pública*, v. 29, n. 12, p. 2371-2382, dez, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Rev Crítica de Ciências Sociais*. n.48, p. 11-32, jun 1997.
- SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA Jr, Carlos E. A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: COIMBRA Jr., Carlos E. A, SANTOS, Ricardo Ventura; ESCOBAR, Ana Lúcia, (orgs). *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005. 260 p.
- SCHNEIDER, Bruna Dallepiane; LUCAS, Douglas Cesar. Multiculturalismo: identidades em busca de reconhecimento. *Direito em debate*, ano XVII, n. 31, p. 35-58, jan.-jun. 2009.
- SEN, Amartya. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures 1984. *The Journey of Philosophy*, v. LXXXII, n. 4, p. 169-221, apr. 1985.
- _____. Health in development. In: Fifty-second World Health Assembly. World Health Organization. 1999, Geneva. Agenda 4. v. A52, n. 9, p. 1-8, may. 1999.
- _____. Why health equity? *Health Econ*. v. 11, p. 659-666, 2002.
- _____. Human Rights and Capabilities. *Journal of Human Development*, v. 6, n. 2, p. 151-166, jul. 2005.
- _____. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Edit. Companhia das Letras, 2011. 491 p.
- _____. *Desigualdade reexaminada*. 3 ed. Rio de Janeiro: Edit. Record, 2012. 301 p.
- SENA, Roseni Rosângela de; SILVA, Kênia Lara. Políticas e práticas de saúde rumo à equidade. *Rev Esc Enferm USP*, v. 41, p. 771-6, 2007.
- SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 129-142, 0005.
- VITA, Álvaro de. *Justiça Distributiva: A Crítica de Sen a Rawls*. Dados, v.42, n.3, 1999.
- WHO – World Health Organization. International Health Conference. Constitution. 22 July 1946. Available at <<http://www.who.int/governance/eb/constitution/en/>>. Accessed in January, 21st, 2021.
- ZAMBAM, Neuro José. *A teoria da justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável*. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

Ambiente

Gestão e Desenvolvimento



ISSN 1981-4127

Tel. (95) 2121-0944

<https://periodicos.uerr.edu.br/ambiente>

e-mail: contato@periodicos.uerr.edu.br